



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



MARIZA DE SOUZA COVARY

**LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL EM *CAMALOTES E GUAVIRAIS*, DE
ULISSES SERRA**

Campo Grande/MS
2021

MARIZA DE SOUZA COVARY

Literatura e memória cultural em *Camalotes e Guavirais*, de Ulisses Serra

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura.

Linha de pesquisa: Literatura, Sociedade e História.

Orientadora: Professora Doutora Susylene Dias de Araujo

Campo Grande/MS
2021

MARIZA DE SOUZA COVARY

Literatura e memória cultural em *Camalotes e Guavirais*, de Ulisses Serra

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura.

Linha de pesquisa: Literatura, Sociedade e História.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Susylene Dias de Araujo (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Rosicley Andrade Coimbra
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Andre Rezende Benatti
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Profa. Dra. Zélia Ramona Nolasco (suplente)
Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 24 de agosto de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu suporte e minha força durante essa jornada. A Ele minha eterna gratidão por permitir a realização desse objetivo entendendo que: *Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez* (JOÃO 1: 3).

Estendo os agradecimentos, destacando:

Minha família por compreender a minha ausência, minha mãe Maria Aparecida Pereira e meus irmãos que de uma forma ou de outra me apoiaram nesse caminho.

Meu esposo Ademar J. Covary pelo auxílio com nossas filhas na minha ausência, ânimo e incentivo nos momentos de fragilidade e dificuldades.

Minhas filhas queridas, princesas Dani e Manu, porque por mais que eu não deixasse transparecer, elas perceberam em mim o cansaço, a ansiedade e as lágrimas na reta final. O carinho delas é um bálsamo!

À Carla Zurutuza, uma menina amada que se tornou amiga irmã. Uma guerreira que jamais esquecerei enquanto eu viver.

Todos os professores do Programa de Mestrado da UEMS/Campo Grande, que com seus ensinamentos somaram ao meu aprendizado e crescimento profissional.

À minha orientadora professora doutora Susylene Dias de Araújo, por todas palavras proferidas, principalmente, aquelas que me levaram a certeza do reconhecimento do caminho a trilhar ao passo que aumentava a minha FÉ em um tempo sombrio.

Agradeço, em especial, à minha comadre Simonica Bidin (*in memoriam*), que durante o andamento de seu mestrado em Matemática, na cidade de Dourados, lançou-me um desafio, e eu aceitei. Ela seguiu firme mesmo acometida por uma doença terminal, que a sentenciou, justamente quando tudo parou, no início de 2020. Nem todos compreendemos a colheita, porém seguimos plantando.

Agradeço aos meus colegas professores, da Escola Municipal Porfíria Lopes do Nascimento, em Sidrolândia/MS.

Preservar significa recuperar no tempo a memória de Campo Grande.

(ARCA, n. 07, 2000).

COVARY, Mariza de Souza. *Literatura e memória cultural em Camalotes e Guavirais, de Ulisses Serra*, 2021. f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2021.

RESUMO

A proposta da nossa dissertação é estudar a obra *Camalotes e Guavirais*, do escritor corumbaense Ulisses Serra, republicado em 1898. Buscamos analisar pela perspectiva da historiografia literária o conceito de memória cultural, selecionamos o recorte de três crônicas: *Quem construiu o primeiro rancho?*, *A Rua 14 do meu tempo* e *Cenas da Rua 14* realizamos a leitura das crônicas na perspectiva do autor que permeiam na temática memorialístico, isto é, no ponto de vida da memória coletiva respaldado na memória cultural, pois recuperamos vários contextos históricos. Estruturamos a dissertação em três capítulos: o primeiro capítulo, apontamos algumas considerações da historiografia literária brasileira e sul-mato-grossense, expomos a divisão do estado, a construção da identidade, assim como o contexto literário dos principais escritores de Mato Grosso do Sul. No segundo capítulo, explanamos a vida de Ulisses Serra e suas contribuições na literatura sul-mato-grossense na perspectiva de crônicas, atribuindo sentido a memória cultural na identidade sul-mato-grossense. No terceiro salientamos as análises das duas crônicas apontadas como estudo, na concepção história e memória associada à memória cultural para entendermos a construção da identidade local. Recorremos nossas análises com base nos seguintes teóricos: Aleida Assman (2011), Antonio Candido (1993, 2003), Alfredo Bosi (2017) Flora Bender e Ilka Laurito (1993), Jaques Le Goff (1990), Flora Süssekind (1990), Aleida Assman (2011), Maurice Halbwachs (1990), Zilá Bernd (1992), José Couto Vieira Pontes (1981), Marisa Bittar (2009), Maria da Glória Sá Rosa; Albana Xavier Nogueira (2011), entres outros que são relevantes para o estudo e fornecem fundamentos para a construção da nossa dissertação em relação historiografia literária, memória cultural, e formação da identidade histórico-cultural de Mato Grosso do Sul, e Campo Grande a partir das concepções pesquisadas.

Palavras-chave: Ulisses Serra. Literatura Sul-mato-grossense. Crônica. Identidade cultural local. Memória Cultural.

COVARY, Mariza de Souza. *Literature and cultural memory in Camalotes and Guavirais*, by Ulysses Serra, 2021. p. Dissertation (Masters in Letters) – State University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2021.

ABSTRACT

The proposal of our dissertation is to study the work *Camalotes e Guavirais*, by the Corumbaense writer Ulysses Serra, republished in 1989. We seek to analyze from the perspective of literary historiography the concept of cultural memory. Para this, we selected the clipping of tree chronicles: *Who built the first ranch?*, *The 14th Street of my time* and *14th Street Scenes*, in which we read the chronicles from the perspective of the author, which permeates in the memorialistic theme, that is, the point of life of collective memory, supported by cultural memory. This process was possible because we recovered several historical contexts. We structured the dissertation in three chapters: in the first chapter, we point out some considerations of Brazilian literary historiography and South Mato Grosso. We expose the division of the state, the construction of identity, as well as the literary context of the main writers of Mato Grosso do Sul. In the second chapter, we explain the life of Ulysses Serra and his contributions in the South Mato Grosso literature from the perspective of chronicles, attributing meaning to cultural memory in the South Mato Grosso identity. In the third, we emphasize the analysis of the two chronicles pointed out as a study, in the conception of history and memory associated with cultural memory to understand the construction of local identity. We use our analyses based on the following theorists: Aleida Assman (2011), Antonio Candido (1993, 2003), Alfredo Bosi (2017) Flora Bender and Ilka Laurito (1993), Jaques Le Goff (1990), Flora Süssekind (1990), Aleida Assman (2011), Maurice Halbwachs (1990), Zilá Bernd (1992), José Couto Vieira Pontes (1981), Marisa Bittar (2009), Maria da Glória Sá Rosa; Albana Xavier Nogueira (2011), among others that are relevant to the study and provide foundations for the construction of our dissertation in relation to literary historiography, cultural memory, and formation of the historical-cultural identity of Mato Grosso do Sul, and Campo Grande from the researched conceptions.

Keywords: Ulysses Serra. Literature Sul-mato-grossense. Chronicle. Local cultural identity. Cultural Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Antes e Depois da Divisão de Mato Grosso, regiões Norte e Sul.....	19
Figura 2 – Deputados constituintes, eleitos em 1978.....	20
Figura 3 – Escritor Corumbaense Ulisses Serra.....	42
Figura 4 – Sede da Academia de Sul-Mato-Grossense de Letras.....	50
Figura 5 – Busto de Bronze do escritor Ulisses Serra.....	51
Figura 6 – Placa fixada ao Busto de Bronze do escritor Ulisses Serra.....	51
Figura 7 – Familiares do escritor Ulisses Serra, a filha Marli Serra, o neto Ulysses Serra Neto (Noninho, ao centro), e os bisnetos Ulisses Serra e Clara Serra.....	52
Figura 8 – Propriedade rural típica do início do século XX.....	58
Figura 9 – Artigo Vespasiano Barbosa Martins sobre primeiro morador da cidade.....	61
Figura 10 – Igreja de São Benedito – Comunidade Tia Eva.....	65
Figura 11 – Sede da Fazenda Bálsamo, construída 1880.....	70
Figura 12 – O Beco - trilheiro deserto, curto e sem saída.....	73
Figura 13 – Desfile de carro ornamentado para o Carnaval.....	83
Figura 14 – Início do desenvolvimento da Rua 14 de Julho.....	90
Figura 15 – Edifício José Abrão localizado na Rua 14 de Julho.....	95
Figura 16 – Padaria Hespânica (1923, Família Cubel)	95
Figura 17 – Cinelândia Bar – Edifício Olinda.....	95
Figura 18 – Ponto de encontro dos campo-grandenses.....	99
Figura 19 – Demolição do relógio da 14 de Julho.....	100
Figura 20 – Rua 14 de Julho, antes da revitalização.....	102
Figura 21 – Réplica do relógio da 14 de Julho, em 2000.....	104
Figura 22 – Réplica do relógio da 14 de julho revitalizado.....	106
Figura 23 – Rua 14 de Julho do nosso tempo, em 2020 revitalizada.....	107

LISTA DE ABREVIÇÃO

ALMS – Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

ARCA – Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS.

CG – Campo Grande.

FIEMS – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul.

IEL – Instituto Euvaldo Lodi.

MS – Mato Grosso do Sul.

PMCG – Prefeitura Municipal de Campo Grande.

TJMS - Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

TJMT – Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

UBE – União Brasileira de Escritores.

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA E SUL-MATO- GROSSENSE.....	13
1.1 Breve considerações da historiografia literária brasileira.....	13
1.2 A divisão do Estado e a construção da identidade de Mato Grosso do Sul.....	17
1.3 Historiografia literária dos principais escritores de Mato Grosso do Sul.....	24
2. ULISSES SERRA: O CRONISTA E A OBRA DE DOIS EXTREMOS.....	33
2.1 Perspectiva de conceituação da Crônica.....	33
2.2 Ulisses Serra: representação na Literatura Sul-Mato-Grossense.....	42
2.3 Memória Cultural: uma perspectiva de identidade cultural regional.....	48
3. HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA EM <i>CAMALOTES E GUAVIRAIS</i>	58
3.1 A perspectiva da memória histórica na tradição oral sobre os fundadores, em <i>Quem ergueu o primeiro rancho?</i>	58
3.2 Concepção da memória e a identidade cultural, em <i>A Rua 14 do meu tempo</i>	73
3.3 <i>Cenas da Rua 14</i> de Julho do nosso tempo: o espaço revitalizado.....	92
Considerações Finais	108
Referências.....	109

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como finalidade compreender o processo historiográfico sob a perspectiva da memória cultural na literatura sul-mato-grossense. Isso significa elucidar a partir da ótica do autor Ulisses Serra, na obra *Camalotes e Guavirais* (1989) as relações entre memória e identidade histórico-sociocultural no contexto pós divisionista (1964-1985) na região centro-oeste. Na abordagem essa temática levantou as seguintes indagações: qual a relação do autor com o município Campo Grande e seu legado? De que forma a obra colabora para a representação da identidade cultural? Como a memória histórica da capital Campo Grande é evidenciada na memória cultural?

Buscamos evidenciar as compreensões acerca dessas interrogações temos o objetivo desenvolver a investigação com fundamentação teórica em análise de três crônicas de Ulisses Serra: *Quem ergueu o primeiro rancho?*, *A Rua 14 do meu tempo*, e *Cenas da Rua 14*. As estratégias metodológicas foram pesquisas bibliográficas pertinentes a memória cultural em livros, jornais, sites e revistas concernentes a memória cultural que vinculam informações e ocorrências de cunho histórico na obra.

No capítulo I é realizamos as fundamentações teóricas sobre a historiografia literária brasileira com base nos seguintes teóricos Alfredo Bosi (2017), Flora Sussekind (1990), Antonio Candido (2003), seguido de registro historiográfico da literatura sul mato-grossense a partir de Maria da Glória Sá Rosa; Albana Xavier Nogueira (2011), José Couto Vieira Pontes (1981) e Marisa Bitar (2009), os quais englobam fatores concernentes a divisão do Estado e a construção da identidade pós divisionista.

No capítulo II conceituaremos a crônica, pois a base da pesquisa para a análise final é o livro de crônicas mencionado acima, pautado na teoria de Flora Bender e Ilka Laurito (1993), Jorge de Sá, (1985), Alfredo Bosi (2015), posteriormente, a inserção do escritor Ulisses Serra na literatura de Mato Grosso do Sul, breve relato de sua biografia e a memória cultural sob a perspectiva historiográfica cultural deixada pelo autor que representa relevância para a identidade cultural da região de Mato Grosso do Sul.

No capítulo III realizaremos a análise das crônicas: *Quem ergueu o primeiro rancho?*, *A Rua 14 do meu tempo*, e *Cenas da Rua 14* embasados no conceito da memória cultural, utilizamos como aporte teórico os autores Aleida Assman (2011), Maurice Halbwachs (1990), Zilá Bernd (1992) e Jacques Le Goff (1990), Ecléa Bosi (1994) que nos auxiliaram na compreensão e busca das respostas as quais iniciamos.

Nas considerações finais, registramos o resultado da pesquisa as formas da memória cultural (coletiva, individual, histórica e local) e sua importância na construção identitária da região centro-oeste com base na obra do escritor corumbaense Ulisses Serra, correlacionando as análises com a solução das questões que levaram ao desenvolvimento dessa dissertação.

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA E SUL-MATO-GROSSENSE

1.1 Breve considerações da historiografia literária brasileira

Primeiramente, tecemos algumas considerações a respeito da historiografia literária brasileira, de modo geral, trata de um conjunto de grandes obras, escritas por brasileiros e por estrangeiros, as quais garantem abordagens fidedignas que possibilitam pensarmos na formação de identidade nacional do Brasil. Na perspectiva de compreendermos os estudos historiográficos literários tanto sincrônico como diacrônico; na linha da miscigenação (branco, negro e índios), os quais foram os mais discutidos e pesquisados enquanto temática para a formação histórico-cultural do Brasil.

Conforme o estudioso Alfredo Bosi, em seu livro *História Concisa da Literatura Brasileira* (2017), este aponta que após o descobrimento, durante os três primeiros séculos, a produção literária no Brasil foi consequência do complexo colonial e havia necessidade da ruptura com os modelos europeus. Nesse sentido, Alfredo Bosi aponta

O problema das *origens* da nossa literatura não pode formular-se em termos de Europa, onde foi a maturação das grandes nações modernas que condicionou toda a história cultural, mas nos mesmos termos das outras literaturas americanas, isto é, a partir da afirmação de um complexo colonial de vida e de pensamento (BOSI, 2017. p. 11).

Conforme Bosi, a literatura colonial era uma mistura dos movimentos literários europeus com o conteúdo colonial e nativista. Dessa maneira, os registros de informações eram feitos pelos escritos europeus e missionários, como por exemplo: a *Carta* de Caminha, Pero Gândavo e os jesuítas, buscavam anotar suas impressões iniciais da colônia e, posteriormente, mandavam as informações registradas para metrópole. Dessa forma, após a Independência do Brasil, em 1822, o país precisava construir e buscar sua identidade nacional histórico e cultural, logo, primeiramente, a literatura brasileira foi registrada por meio dos escritores viajantes por meio dos vestígios históricos acerca do país que já não pertencia a Portugal.

Bosi (2017) identifica as características gerais do Romantismo no século XIX, e destaca a exaltação da natureza, o herói, o amor, a pátria, religião e relata a situação dos vários romantismos, destacando o nível estético. Tais registros de busca de identidade são observados, tardiamente, nas respectivas obras dos seguintes movimentos literários: Romantismo Brasileiro, em *Iracema*

(1858), e o *Guarani* (1865), de José de Alencar; nas poesias escritas por Gonçalves Dias, em (1846); no movimento realismo nas obras de Silvio Romero (1878), e José Veríssimo (1886); no modernismo Brasileiro, em *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade. Na concepção de Bosi (2017), a respeito de José de Alencar, o escritor foi considerado o principal precursor da narrativa do Romantismo Brasileiro. Sua obra apresentava a preocupação com a construção da identidade nacional brasileira, a busca por temática do povo indígena relacionando natureza, costumes e a língua brasileira, também, destacamos o uso da linguagem coloquial, a idealização da figura, e a adoção do vocabulário indígena em seus textos.

O estudioso referido, contempla algumas observações do romantismo brasileiro,

[...] Mas aqui, como nos outros ciclos culturais, o todo é algo mais que a soma das partes: é gênese e explicação. O amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado, que afloram tantas vezes na poesia romântica, são conteúdos brutos, espalhados por toda a história das literaturas, e pouco ensinam ao intérprete do texto, a não ser quando postos em situação, tematizados e lidos como estruturas estéticas (BOSI, 2017, p. 95).

Logo, o movimento literário romantismo concebe para a literatura brasileira possuir o cerne próprio, interligado com a essência do escritor que remete suas vivências, experiências do local, o qual está inserido. Assim, as obras apontam para o meio social das mazelas, dos enfrentamentos, da natureza, das linguagens, entre outros, que espelham para além de si próprio, a representatividade do sujeito na história literária. Esses traços não estão e nem são invisíveis na historiografia literária brasileira ou latino-americana em contraponto à literatura europeia.

Com o advento do processo cultural na literatura, e a partir do Romantismo, a exigência de um discurso centrado no indivíduo culminou em novos estudos, a fim de reconstituir as origens das literaturas nacionais. A partir disso, o critério de ajuizamento das obras de arte, nos quesitos *valor - povo*, *valor – nação*, foi instaurado por historiadores democráticos, que mediam os ideais de liberdade em progresso da ideologia, corrente positivista e evolucionista que predominou ao longo do século XIX.

Dessa forma, a palavra “pertencimento”, na literatura, esteve no auge, condenando textos naturalistas e simbolistas como menos nacionais que os textos do Romantismo, tidos como os verdadeiros criadores de uma literatura brasileira. A estudiosa Zilá Bernd (1992), em *Literatura e Identidade Nacional*, faz seguinte ponderação a respeito da literatura brasileira,

Retraçar a história da Literatura Brasileira corresponde a identificar etapas sucessivas que vão do reconhecimento dos primeiros escritos como manifestações literárias, ao processo de constituição dessas manifestações em literatura nacional, até sua transformação em objeto de estudo e saber (BERND, 1992, p. 32).

É significativo reconhecermos os escritores brasileiros para traçarmos a historiografia literária, sendo relevante dizermos, que se não fosse a corrente hegemônica em busca e luta pela independência política em detrimento da defesa da individualidade e das particularidades das obras literárias brasileiras, não teríamos uma identidade literária nacional. Os precursores foram José de Alencar, e Gonçalves Dias são padrões de representações bem-sucedidos ao enaltecer a beleza indígena, valorizando-os e representando-os, de fato não teríamos uma historiografia literária efetivamente brasileira.

O estudioso Antonio Candido (2017), em *Formação da literatura brasileira momentos decisivos* contempla, “Graças ao Romantismo, a nossa literatura pôde se adequar ao presente” (CANDIDO, 2017, p. 327). Na perspectiva de Antonio Candido o sentimento de nacionalidade nos escritores começa ser compreendido de formas mais diversas, assim a literatura e identidade nacional vai encontrando o seu lugar.

O movimento romantismo é marcado por um período de diversas rupturas, principalmente ao movimento arcádico do Brasil. Além da busca pelo nacionalismo, o movimento sobrepõe características de sentimentos, emoções, sensibilidade, religiosidade, regionalismo, indianismo, valorização da fauna e flora. E Candido acrescenta,

Assim, pois, três graus na matéria romanesca, determinados pelo espaço em que se desenvolve a narrativa: cidade, campo, selva; ou, por outra, vida urbana, vida rural, vida primitiva. À figura dominante do período, José de Alencar, passou pelos três e nos três deixou boas obras: *Lucíola*, *O Sertanejo*, *Iracema*. É esse caráter de exploração e levantamento — não apenas em sua obra, mas nas dos outros — que dá à ficção romântica importância capital como tomada de consciência da realidade brasileira no plano da arte: verdadeira consecução do ideal de nacionalismo literário (CANDIDO, 2017, p. 433).

A partir desse contexto, percebe-se que o conceito de uma historiografia cultural se alarga, uma vez que, ocorre o entendimento que, no Brasil, o indianismo configurou-se como patrimônio nacional, sendo ele universal, vivo, e convencional nas dimensões existenciais, históricas e culturais para o nacionalismo literário.

Já para estudiosa Flora Süssekind (1990), em *Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem* a autora discute a importância da formação na prosa de ficção baseada na formação do país, por meio de relatos de viagens e, aponta as contribuições desses relatos para história cultural da literatura brasileira,

Roteiro imperioso, paisagem útil, classificações, notas, desenhos feitos de imediato. Nada de apenas passar pelos lugares. Era preciso aumentar sempre as coleções, tentar instruir eventuais colaboradores na preparação de vegetais e animais para os futuros estudos de História Natural, apresentar sugestões para o país — desde agrícolas a educativas ou literárias —, defender os “povos naturais” encontrados, dê preferência

levando algum botocudo para a Europa, como Fez Neuwied com o “seu” Queck, e como tenta desesperadamente fazer Saint-Hilaire, que não consegue levar nenhum dos três indígenas que “coleta”, em momentos diversos da viagem, para este fim (SÜSSEKIND, 1990, p. 116).

Flora Süssekind mostra a importância e a contribuição dos relatos dos viajantes. A partir deles cria-se o estereótipo de criação e vivência no Brasil, e nota-se que está impregnado de narrativas anteriores à Independência, pois, em inúmeras literaturas brasileiras, os autores consideraram questões relacionadas, principalmente, às descrições da paisagem natural, da fauna e da flora, da natureza como um todo, sendo assim, um registro escrito relevante para historiografia literária brasileira.

Süssekind (1990, p. 116) afirma que “não parece ser apenas com o que se diz neles que dialoga com a prosa de ficção, formação no país, mas com os relatos enquanto gênero específico de discurso”. Isto é, a preocupação de Flora é em relação a contribuição de autoafirmação da paisagem ser diferente do escrito e atemporalizada, ficando como um estigma que acaba sendo a marca registrada do Brasil. Quanto a isso Süssekind (1990) esclarece em sua obra

“O Brasil não é longe dali” e guiar os seus olhos e os passos de algum personagem matas adentro ou litoral afora. Trata-se igualmente de aproveitar nas descrições o olhar inicialmente espantado dos visitantes estrangeiros e transformá-lo numa adjetivação abundante que já indique ao leitor de antemão como se devem observar tais paisagens. E, apesar de se listarem sabiás, periquitas, matas, maracujás, mandiocas, palmeiras e beija-flores, evitam-se demasiadas nomenclaturas e classificações específicas em prol da simples afirmação de variedade e de uma etiqueta que procura englobar toda a lista e a paisagem: “brasileira”. O que amplia ainda mais o alcance do olhar “generalizador” do naturalista. E, em vez de se descreverem espécimes e vistas marcando bastante as diferenças de gênero, família e conformação, na prosa de ficção tem-se uma única classificação para quaisquer cenas de natureza: Brasil (SÜSSEKIND, 1990, p. 126).

A referida autora demonstra certa preocupação com os relatos de perfeição da paisagem do país, pois a beleza está nos campos e não no lugar citadino, o que faz que o Brasil esteja longe. De fato, em Machado de Assis, José de Alencar, entre outros autores, os primeiros escritores aproveitaram exageradamente das descrições dessas paisagens, sob um olhar inicial e único do país, contudo com ironias, sarcasmos e uma pitada de humor em situações não pertinentes, salientando uma crítica social existente.

Para Süssekind, o excesso da “brasilidade” poderia não ser verdade, cenas indígenas, da terra e do heroísmo, da natureza sempre deram matéria excessiva para os poemas. Esses questionamentos refletem ao debate, em relação com a realidade social do Brasil, questões como: a escravidão, os massacres indígenas, o excesso de conservadorismo, um Brasil com destruição na flora e fauna, estas temáticas foram suprimidas e veladas por alguns autores em seus textos, pois focaram apenas no excesso da beleza natural. A crônica tem um sentido de

representar essa crítica social, porém não é o nosso foco nesta pesquisa.

Portanto, podemos observar, na literatura sul-mato-grossense a característica da beleza natural está presente na escrita de alguns autores: Acyr Vaz Guimarães, Arassuay Gomes de Castro, Manoel de Barros, Augusto César Proença, Lobivar de Matos, Hélio Serejo, Ulisses Serra, entre outros. Elegemos o escritor Ulisses Serra, e sua obra *Camalotes e Guavirais*, edição de 1989, como *corpus* desta pesquisa. Por sua narrativa, notamos as características das paisagens naturais, a descrição e a exaltação da natureza são representatividade do Pantanal, dos indígenas, dos rios e dos animais representados na literatura sul-mato-grossense.

1.2 A divisão do Estado e a construção da identidade de Mato Grosso do Sul

Historicamente, do Descobrimento do Brasil, em 1500, até o século XXI, ocorreram e ocorrem grandes acontecimentos para a História do Brasil e do mundo, e principalmente, no estado de Mato Grosso do Sul (M.S). E ao falarmos da divisão, da construção da identidade, e de destacarmos os escritores e as obras que compõem o quadro histórico-literário que consolidou a identidade do povo sul-mato-grossense da origem e evolução do estado. Para uma melhor compreensão dos fundamentos de uma literatura efetivamente sul-mato-grossense, com base em fatores históricos, é necessário, tanto ao leitor quanto ao pesquisador, um breve retorno ao tempo.

No final do século XVIII e o início do XIX, temos um movimento que busca a independência e a identidade nacional brasileira, e relativamente procurava-se estabilidade, política, econômica e social. De acordo com as pesquisadoras Lori Alice Gressler, Luiza Mello Vasconcelos, e Zelia Peres de Souza Kruger (2008), em *História do Mato Grosso do Sul* relatam que a eclosão da Guerra do Paraguai “foi a maior intervenção militar brasileira em solo estrangeiro” (GRESSLER, VASCONCELOS, KRUGER, 2008, p. 74). Na concepção das pesquisadoras referidas anteriormente, contemplam que “Quando o Paraguai avançou em território sul-mato-grossense, o Forte Coimbra e as Colônias Militares às margens dos rios Nioaque, Dourados e Miranda, assim como a fortificação de Bela Vista e o Núcleo Colonial do Taquari (hoje Coxim), foram atacados” (GRESSLER, VASCONCELOS, KRUGER, 2008, p. 75).

Foi um conflito de grande proporção para América do Sul, até momento estado do Mato Grosso, e mais tarde tornar-se-ia no território sul-mato-grossense. A Guerra do Paraguai durou

entre 1864 a 1870, uma das maiores tropas em combate no Brasil, mesmo com forte exército paraguaio perderam a guerra para a Tríplice Aliança. A região Mato Grosso do Sul (ainda estado do Mato Grosso) ficou com uma grande parte das terras devastadas e abandonadas pela administração do governo da província de Mato Grosso, porém às terras eram mais férteis para agropecuária, o que iria atrair atenção dos migrantes de diversos lugares.

Os aspectos fundamentais e diversas estratificações quanto às questões desigualdades entre as regiões Sul e Norte de Mato Grosso, a pesquisadora Marisa Bittar (2009), em *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso* reitera “O isolamento em que vivia uma região em relação a outra fez com que se formasse no Sul uma classe economicamente poderosa que rivalizava com a do Norte e que acabou sobrepujando as oligarquias tradicionais daquela região” (BITTAR, 2009, p. 83).

Pertencente ao município de Nioaque, e em virtude dessas manifestações de independência e desigualdade, levam o governo da província de Mato Grosso, segundo matéria na *Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – ARCA*¹, da historiadora Alisolete Antonia Weingärtner (1995), em *Campo Grande: o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul* confirma “Lei Provincial nº 792, de 23 de novembro de 1889, a criar no Município de Nioaque o Distrito de Paz de Campo Grande. E dez anos depois, a Lei nº 225, 26 de agosto de 1899 eleva Campo Grande, à categoria de vila e determina a criação do Município” (WEINGÄRTNER, 1995, p. 6).

De acordo com as considerações de Bittar (2009) assegura

Era tão difícil a comunicação entre norte e sul, que para os divisionistas da década de 1930, esse fato por si só, justificava a sua causa, pois Cuiabá conforme lamentavam, distava de Campo Grande 1.000 quilômetros em linha reta, enquanto que daquela antiga sede a Ponta Porã, no Sul, na fronteira com o Paraguai, a distância era de 1.300 quilômetros (BITTAR, 2009, p. 37).

Nesse sentido, a narrativa dos acontecimentos históricos da região centro-oeste permeia uma identidade cultural genuína, as quais existem possibilidades de demonstrar as transformações ocorridas no processo de instauração do estado Mato Grosso do Sul, pela memória cultural, a partir de crônicas selecionadas, notadamente atribuídas à capital Campo Grande, na obra de Ulisses Serra.

O historiador José Couto Vieira Pontes (1981), em *História da Literatura Sul-mato-grossense* argumenta as razões que na época configuraram motivos para que Campo Grande

¹ *Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA)*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/>. Acesso em: 10 set. de 2021.

fosse instituída como município da Comarca de Nioaque, em 1889. O motivo principal foi a distância, entre outros fatores relacionados como: a densidade demográfica, as questões socioeconômicas, os conflitos sociais e as inquietações filosóficas, além da falta de comunicação entre as regiões Sul e Norte do estado do Mato Grosso.

Contudo, passados dez anos, Nioaque desmembra o município de Campo Grande, o qual foi emancipado pela *Resolução n. 225, de 26 de agosto de 1899*, segundo informações disponíveis no site *Nioaque no Contexto Histórico Séculos XIX-XXI na História do Mato Grosso do Sul*, do jornalista José Vicente Dalmolin, em 03 de maio de 2016, ao que afirma:

O Coronel Antonio Pedro Alves de Barros, Presidente do Estado de Mato Grosso. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art 1º É elevada á categoria de villa a Parochia de Campo Grande, constituindo um município na comarca de Nioac.

Art 2º Revogam se as disposições em contrario.

Mando portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer que a cumpram e façam cumprir fielmente. O secretario do Governo a faço imprimir, publicar e correr [...] (DALMOLIN, 2016, n. p.).

Logo, a consolidação da divisão por parte desses grupos deu-se devido à própria política da época, em que o coronelismo sentenciava questões diversas de acordo com sua influência e poder, uma dessas questões foi a disputa socioeconômica. Inserimos uma figura das respectivas regiões norte e sul:



Figura 1 – O Antes e Depois da Divisão de Mato Grosso, regiões Norte e Sul. (Foto: Tribunal de Justiça de Mato Grosso).

Fonte: Disponível em: http://www.tjmt.jus.br/noticias/52525#.YUV_yVPmODY.

Acesso em: 10 set. 2021.

No aspecto visual da figura 1, temos o antes e o depois da divisão. Dessa forma, o Estado de Mato Grosso, passou ter a existência do Estado de Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977, e a perspectiva do estado de encontrar sua identidade sociocultural. Bittar (2009) afirma que desde a emancipação municipal, o sonho era a realização da divisão das regiões Sul e Norte do Estado de Mato Grosso, a qual demorou quase um século.

Atentamos para a figura abaixo,



Figura 2 – Deputados constituintes, eleitos em 1978. (Foto: Arquivo/ALEMS).
 Fonte: Disponível em: <https://www.al.ms.gov.br/Paginas/1/historia>.
 Acesso em: 10 set. 2021.

Conforme a figura 2, posteriormente, a divisão do estado nas regiões Sul e Norte, aconteceu a solenidade da nossa primeira Promulgação da Constituição de Mato Grosso do Sul, no teatro Glauce Rocha, em 13 de junho de 1979. A Assembleia Constituinte se tornou Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com jornalista Oswaldo Júnior, do *Site Assembleia Legislativa MS*, foram empossados os deputados constituintes: Alberto Cubel, Ary Rigo, Cecílio Gaeta, Getúlio Gideão, Horácio Cerzósimo, Londres Machado, Odilon Nacasato, Onevan de Matos, Oswaldo Dutra, Paulo Saldanha, Ramez Tebet, Roberto Orro, Rudel Trindade, Sérgio Cruz, Sultan Rasslan, Valdomiro Gonçalves, Walter Carneiro e Zenóbio dos Santos.

Em conformidade com Pontes (1981) sobre a busca da identidade Sul-Mato-Grossense afirma

As literaturas estaduais, no Brasil, seguiram sempre os modelos da Metrópole, que por sua vez seguia a orientação cultural européia, principalmente a francesa, donde provieram o romantismo, o realismo, o simbolismo, etc. [...] Parece que os tempos preservam o sonho de Machado de Assis, em seu discurso de instalação da Academia Brasileira de Letras: conservar, na Federação, a unidade literária. [...] Neste modesto ensaio, procuramos abordar a história literária de nosso Estado a partir das temáticas destacáveis, focalizando suas tendências e preocupações, sob a influência do meio, da época, das escolas literárias, não criando privilégio para este ou aquele método (PONTES, 1981, p. 13-14).

A literatura regionalista está ligada ao processo de encontrar uma identidade nacional, como vimos em: José de Alencar por meio do indianismo, no romantismo brasileiro. Nesse processo identitário, parte da identidade de Mato Grosso do Sul está ligada aos migrantes sertanistas, os quais representam os seus costumes, uso, linguajar, o conservadorismo do município, o reconhecimento nominal tanto dos fundadores quanto dos objetos rurais.

Com o crescimento da cidade devido a população local e com chegada dos imigrantes manifestaram as desordens e violência pela cidade. Pontes (1981) atesta

Temos em mente estudar os aspectos literários de uma região rica e fértil, promissora, de povoamento recente, ainda de escasso coeficiente demográfico, mas que, com seus pequenos contingentes humanos, muitas vezes apoiados e fortalecidos pelos de outros estados, não deixou de participar ativamente de muitos episódios da soberania nacional, e recentemente até mesmo da economia brasileira, com a expansão da agricultura, fatos que influem e influirão insofismavelmente no pensamento de seus homens e nos contornos de sua Literatura (PONTES, 1981, p. :14).

As terras férteis influenciaram na divisão das regiões Sul e Norte, pois era um fator de riqueza para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. A respeito desse assunto as autoras citadas afirmam:

Na região que hoje compreende ao estado de Mato Grosso do Sul, a terra sempre foi, e ainda é, o principal fator de produção e riqueza. Dessa forma a economia do estado baseia-se na agricultura e na pecuária, principalmente na produção de soja, milho, cana-de-açúcar e gado. [...] É bem provável que os índios Guaicuru, após o contato com os espanhóis tenham sido os primeiros criadores de gado na região do atual Mato Grosso do Sul (GRESSLER, VASCONCELOS, KRUGER, 2008, p. 109).

Outra característica, e a criação de gado, a tradicional bovinocultura, permanece ainda como fonte econômica, assim como a agricultura e a plantação e produção de erva-mate, que perpetua a tradição do *tereré* (grifos nossos), bebida gelada de origem guarani conhecida em diversos lugares, considerado patrimônio imaterial de Mato Grosso do Sul. A respeito desse assunto riquezas entre regiões norte e sul, Ricardo da Silva (2009), em *Labirintos da memória: Uma análise sobre fato e ficção na história de Mato Grosso do Sul* pondera,

Até mesmo toda sorte de diferenciações naturais e culturais entre o norte e o sul de Mato Grosso, são apontadas como causa para a divisão. Hidelbrando Campestrini e

Acyr Vaz Guimarães chegam a enumerar particularidades sociais, paisagísticas e de povoamento, para afirmarem que apenas se separou o que já era por natureza dividido: Na verdade, Mato Grosso sempre foi dual: norte e sul - por diferenças geográficas, históricas, administrativas e culturais.

O sul é formado basicamente pelo planalto da serra de Maracaju (de terras, topografia e clima propícios à agricultura) e pelas planícies da Vacaria e do rio Paraguai (principalmente o Pantanal), excelentes para a pecuária. O norte é mais planalto e mais bacia amazônica, bem diferente do sul, principalmente no clima.

O norte foi povoado, durante os primeiros séculos de ocupação, por aventureiros em busca de riquezas, sem interesse no povoamento, tanto que, com o decréscimo da produção do ouro, a população diminuiu. O sul baseou-se na pecuária extensiva que fixou o homem à terra, beneficiado ainda pela chegada de numerosas levas de imigrantes determinados a fazer riqueza com a pecuária e com a agricultura (Campestrini; Guimarães, 1991, citado por SILVA, p. 5).

A agropecuária é uma característica sul-mato-grossense e diversos escritores representaram em suas obras essas temáticas, principalmente, a bovinocultura. Na concepção dos envolvidos, à criação do gado estava ligada ao tradicionalismo econômico e cultural do estado.

Em referência ao assunto, Pontes (1981, p. 19) afirma que a literatura sul-mato-grossense passou por um período embrionário, “[...] um fenômeno de transposição, de natureza socioeconômica, em que populações de outras unidades de Federação, principalmente paulistas e mineiros, se teriam transferidos para cá, com suas experiências e promovido o nosso desenvolvimento” (PONTES, 1981, p. 19). Os grupos que surgiram trouxeram sua cultura, gerando uma cultura multiforme. Sobre essa questão Pontes (1981) aponta:

Assim, numa sociedade de homens afeitos a duras e arriscadas lides do campo, sujeitos aos constantes assédios dos índios e aos ataques dos bandoleiros, dificilmente se desenvolveria, naqueles rudes tempos, alguma atividade cultural. Literatura é fenômeno de aglomerados humanos, de convivência, em que se chocam as tradições com as contradições, de modo que é necessário, antes de tudo, para apreciar a história literária de uma determinada região, pesquisar a formação de seus primeiros núcleos populacionais, urbanos ou rurais (PONTES, 1981, p. 21).

Pelas experiências moldadas pelo fluxo imigratório, enquanto molde mestiço de costumes e tradições, Serra comprova a existência dessas colônias. “A colônia japonesa tinha nele o seu grande médico e amigo, que a todos e sob todos os aspectos inspirava plena e absoluta confiança (SERRA, 1989, p. 23). Povos de origem japonesa, turcos, poloneses, portugueses, alemães, italianos formam, juntamente com sua cultura própria, uma celebração às nações na capital sul-mato-grossense.

Compreendemos que os fluxos migratórios que concentraram na região promoveram uma cultura mista que, posteriormente, seria denominada cultura híbrida², culturas criadas em

² Conceito da obra *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*, de Néstor García Canclini, 2008.

regiões de intenso fluxo de pessoas aos espaços de fronteira. Além da agropecuária, a identidade do estado se reflete, inclusive, na gastronomia, no artesanato indígena, nas produções musicais, nas festas populares, nas danças e nas artes plásticas, e na literatura, conforme Pontes afirma que

Também, é necessário salientar que toda obra de ficção tem o seu momento de explosão, e chega a termo em determinados estágios da evolução do pensamento e da sensibilidade do homem, em sociedade, como ocorreu, de maneira inatingível, com a ebulição romântica de Victor Hugo. Quando ouvimos de algum observador que o Pantanal ainda não produziu uma grande ficção regionalista (produziu boa poesia, com Pedro Medeiros e Lobivar de Matos, e a crônica excelente com Ulysses Serra) e necessário que salientamos este fator desencadeador: a contemporaneidade do motivo com a obra e o “padrão” [...] O grande momento de ficção regionalista verificou-se, no Brasil, no romance de Nordeste, com Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Graciliano Ramos (PONTES, 1981, p. 79).

Certamente, com a divisão vieram diversos interesses econômicos, sociais, históricos e políticos, entre outras situações que geraram disputas internas. A exemplo disso, observamos que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul disputaram a identidade social do autor Manoel de Barros, contestaram o nascimento do autor foi na região norte, e não no sul.

Em relação a obra de Ulisses Serra, *Camalotes e Guavirais* (1989) foi a única obra publicada. A primeira edição, em 1971, a narrativa possui caráter historiográfico e memorialístico, a respeito até dessa divisão de estado e da fundação de Campo Grande. As crônicas ponderam com certa reflexão a memória cultural da região centro-oeste, por meio da figuração das mazelas humanas. Esses traços são percebidos no desenvolvimento a partir fundação e construção do município de Campo Grande e em relação a simplicidade e apreciação da natureza na cidade de Corumbá.

A obra *Camalotes e Guavirais*, foi republicada em 1989, como coletânea de crônicas e reunião de textos escritos em tempo e espaços diferentes. Alguns textos foram publicados em jornais e revistas da capital Campo Grande e, posteriormente, e foi realizado algumas correções póstumas da sua primeira edição publicada, em 13 de outubro de 1971, a qual incomodava muito o autor, devido seu perfeccionismo.

Em algumas das suas narrativas, Ulisses revela histórias de personagens em espaços únicos que compõem o processo do desenvolvimento e construção identitária da população campo-grandense. As personagens figuradas pelos pioneiros estão ligadas aos nomes de ruas, de casas tradicionais, de prédios, de comércios antigos, de cinemas, de praças e monumentos, entre outros, e isso, faz parte do acervo da memória e identidade cultural local.

1.3 Historiografia Literária dos principais escritores de Mato Grosso do Sul

Nas obras literárias, nossa leitura sempre é guiada pelo olhar do autor, isto é, as informações dos acontecimentos históricos essas podem ou não ser verdadeiras, e isso estimula o leitor desvendar os fatos e acontecimentos à medida que lê, a experiência da descoberta, dos segredos, alegrias, certezas e dúvidas, coragem, medo das frustrações, não são compartilhando dos mesmos sentimentos do autor quando a obra ainda era só dele.

Dessa maneira, escritores publicaram obras com leituras e discussões acerca da divisão das regiões Norte e Sul, as quais evocam curiosidades no leitor, em relação ao motivo da divisão, as consequências que causaram, polêmicas envolvidas na divisão, a fim de dar um vislumbre das ocorrências através do tempo, isto é, pela historiografia literária.

O Sul de Mato Grosso, compreendido como espaço que abriu margem para a implantação de Mato Grosso do Sul, e conseqüentemente da literatura sul-mato-grossense, viabiliza ao leitor revisitar, através das obras, o contexto que o envolve sua memória cultural, ou seja, uma reaproximação da época no momento do debate.

Alguns desses pontos curiosos surgem por meio das transformações e manifestações culturais, da consolidação da memória local, da identidade dos autores, da representatividade do povo nas narrativas, do período de uma construção literária entre os séculos XIX e XX. As escritoras Maria da Glória Sá Rosa e Albana Xavier Nogueira (2011), em *A Literatura Sul-mato-grossense na ótica de seus construtores*, nos auxiliam na compreensão dessa literatura e afirmam

[...] o discurso literário, como resultado de um tipo de fazer humano, testemunha e expressa sonhos, riquezas, misérias, desafios, conflitos, absurdos, contrastes, impasses que contribuem para definir a dimensão cultural de um povo, de uma região, ou mesmo de uma localidade, em que se misturam diversas tendências, influenciadas, contemporaneamente, pela cultura eletrônica global, que desqualifica velhos paradigmas incorpora outros mais recentes, cuja consolidação só a história poderá atestar (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p. 29).

Notadamente, observa-se a composição da maioria das obras literárias, o aspecto de sua variedade de assuntos, transcorrendo pela representatividade e diversidade locais, em busca de uma identidade local. Essa busca intensificou, após a divisão do Estado, conforme Ricardo da Silva (2009) argumenta,

[...] partir de 1978, um verdadeiro *surto* memorialístico tomou corpo com a publicação de diversas obras que constituíram, em pouco tempo, uma influente historiografia. Nos primeiros anos do novo Estado, seu discurso se impôs sobre outras referências

emergindo como fonte de estudo sobre o passado local para diversos setores da sociedade, sobretudo, os das áreas de educação, comunicação, jornalismo, militarismo e política. Serviu, ainda, de suporte para a elaboração de músicas, hinos, poesias, livros didáticos, concursos públicos e como guia para propagandas privadas e governamentais locais (SILVA, 2009, p. 2, grifo do autor).

Dessa forma, na construção da literatura sul-mato-grossense, questões como o desenvolvimento, a cultura, a política, a economia, são assuntos, frequentemente, discutidos para o caminho da motivação de pesquisas e de teses universitárias, e ganham espaços e relevância no contexto literário regional, porém de início, consideradas memorialística.

Acerca da escassez de alguns gêneros, Pontes (1981) pontua que

Ao estudar a literatura de Mato Grosso, o pesquisador não tardará a perceber um fato curioso: a ausência da prosa de ficção, a despeito de um manancial riquíssimo de temas e de motivos, principalmente regionalistas. O fenômeno verifica-se tanto no Norte quanto no Sul do Estado. No Norte, é possível identificar a figura de José de Mesquita, que nos legou um livro de contos, “A Cavalhada”, com visível influência de Maupassant, algumas inquietações filosóficas e psicológicas de Machado de Assis, mas revelando um elogiável “tour de force” num meio literário de acanhadas ambições. Deixou-nos ainda “Espelhos de Almas” e um romance premiado pela Academia Brasileira de Letras: “Piedade”, na linha romântica (PONTES, 1981, p. 74-75).

Ainda seguindo a linha de escassez, Pontes (1981, p. 75), complementa com a obra *Inocência*, de Visconde de Taunay, autor que embora “não tendo nascido nesta região, a ela pertence de coração”. Quanto ao romance, que destaca pontos da região, o Pontes atesta que

[...] desenrola-se em nosso território, seus personagens são bem mato-grossenses do Sul, a paisagem, as fazendas, os rios, o ermo sertão de Camapuã e Santana de Paranaíba constituem telas representativas de nosso passado. Pena que o talentoso autor da “Retirada da Laguna” não tenha escrito um romance da época da Guerra do Paraguai, perdendo-se em relatos e descrições dessa epopéia, sem encarnadura ficcional. Se o fizesse, teria sido o nosso Tolstoi ou talvez o nosso Stendhal (PONTES, 1981, p. 75).

Com o cenário anterior modificado, as transformações sociais e históricas passam a ser o palco em que historiadores e escritores sul-mato-grossenses se debruçaram buscando um novo ciclo representativo, uma nova identidade para o quadro literário da literatura genuinamente sul-mato-grossense.

As preocupações com os eventos presentes no momento, relativas à economia, às posses de terras, fazendas, compra e venda, tiraram o foco da cultura, e, inadvertidamente esquecida, a literatura desapareceu. Pontes (1981) tece a seguinte observação

Também nenhum escritor nascido em Mato Grosso soube aproveitar essa oportunidade rara de escrever uma obra de ficção tendo por base a Guerra do Paraguai, do mesmo modo que, na região Norte, lamentavelmente nenhum romance ou conto colheu o rico fabulário, o rapsodo popular, as lendas, os dramas da mineração e o

próprio cotidiano de uma cidade singular como Cuiabá, opulenta em seu **modus vivendi**, isolada durante muitas décadas, em que predominou sempre a veia humorística e burlesca de sua população, a par da face cômica notável de muitas sortidas políticas e administrativas, infelizmente apenas registradas em anais e páginas meramente descritivas, sem a transfiguração do real que marca a passagem do simples relato para a obra de criação literária, em ficção (PONTES, 1981, p. 75-76, grifos do autor).

No contexto histórico da metade século XVIII e início do XIX, encontramos muitas obras literárias com aspectos históricos que carregam o discurso literário ambicioso e violento da época. As narrativas são uma variante biográfica de comportamento de personagens importantes, dado ao tipo de governo como: disputas de poder, militarismo, extermínio de povos indígenas, bovinocultura, erva-mate, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Um mosaico de vários ângulos que apresenta quadros com algo em comum: o sofrimento, a ganância e a injustiça.

O processo migratório, a chegada em massa de imigrantes e migrantes por causa de terras, o trabalho na estrada de ferro e nas plantações de erva-mate, bem como os indígenas, são temáticas recorrentes que envolvem a literatura sul-mato-grossense, pois espelha o desenvolvimento da região. Muitos desses eixos temáticos são representados nas crônicas de Ulisses Serra, às vezes em sério debate, e em outras com características de humor e ironia.

Nessa questão, Pontes (1981) afirma que as produções literárias eram mais voltadas para a pesquisa e para a história por conta do fascínio e da aventura pelo desconhecido devido “ao escasso acervo bibliográfico, concernente ao tema, aliás quase inexistente, principalmente numa região em que as histórias literárias são mais biográficas, expositivas, cronológicas, e, portanto, muito pouco interpretativas” (PONTES, 1981, p. 77).

Consequentemente, este foi um período de grande adversidade e opulência, bem representado entre poesias, crônicas, contos e memórias históricas, os quais se estabeleceram como gêneros principais. Após o processo divisionista, naturalmente, o Mato Grosso do Sul passou por um tempo de buscas, espelhando suas experiências nas produções literárias. Segundo Pontes (1981) atesta “com a divisão do estado a região norte ficou com toda a tradição e cultura literária, e a região sul passou a ser o resultado de uma mescla, de miscigenação [...]” (PONTES, 1981, p. 75). O autor relata acerca da identidade própria do lugar onde se vive e a composição híbrida representada no local pelos imigrantes.

A composição híbrida de Mato Grosso do Sul, pode ser observada na crônica *Padeiro Romântico* (1989), de Ulisses Serra expõe “Quando um homem morria não se perguntava de quê, porém, quem o matou. E era legenda de guerra, entre os caboclos valentes, que homem não morre na cama, morre de botina” (SERRA, 1989, p. 84). Devido hibridismo cultural e o

desenvolvimento do município foi possível representar o medo da criminalidade e da violência local.

Serra (1989) narra a estória de um padeiro italiano que por companhia, ou medo da agressividade que se expandia, cantarolava suas melodias pela madrugada para quebrar o silêncio das ruas, enquanto entregava pães em Campo Grande. Porém, Serra diz que não era medo, é sim um artista que tocava sua flauta,

[...] um italianinho, natural de Aieta, de olhos entre azul verde, de cabelos entre o castanho e o loiro, põe notas de lirismo na poesia das madrugadas. Entregava pão e tocava flauta. nas antemanhãs chuvosas ou enluaradas, ouvia-se, ao longe, a sua carrocinha que vinha anunciada pelos acordes da sua flauta, que chegavam primeiro que eu ruído dos guizos do arreio, do tropel do animal e das rodas. Às canções napolitanas, às barcarolas venezianas e às Copas calabresas preferia as nossas balsas lentas e amarguradas que talvez melhor se mesclassem como perfume da água vira e o Escarlata das ruas parava de casa em casa depois pouco a pouco a carrocinha se afastava levando garotas sua flauta (SERRA, 1989, p. 84).

A música e a comida italiana representam a cultura híbrida de Mato Grosso do Sul, e dessa forma, para celebrar as diversas culturas, anualmente, é realizado a tradicional Festas da Nações, e podemos saborear a culinária, a cultura, a música e o povo de tradicionais colônias. Para desvendar a história da literatura de Mato Grosso do Sul mergulharmos na memória cultural local, inúmeros artigos em revistas e jornais, como suporte do inconsciente coletivo, revelam dados acerca da composição identitária do estado, do sujeito no mundo.

Percebemos que a literatura é intérprete do homem e do mundo, portanto, é necessário contextualizar cada obra, no tempo e no espaço publicados, para conceber o conhecimento. Acerca dos significados de efeito de sentido no meio cultural, e além-fronteira, relacionando ao ser e estar do sujeito no mundo, Rosa e Nogueira (2011) afirmam

Em nosso Estado não ficamos imunes às influências dessa cultura multifacetada que se entrecruza com muitos outros fatores culturais, advindas de diferentes identidades indígenas, afro-brasileiras e latino-americanas, além das influências de outras correntes migratórias que assimilam seu jeito de ser e de sentir e de expressar o cotidiano, fortalecendo uma variedade significativa de tradições culturais, que não podem passar despercebidas pelos inventores da realidade (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p. 29).

As manifestações literárias sul-mato-grossense apareceram, primeiramente, em revistas e jornais dos municípios. Na capital Campo Grande, as obras em prosa e poesia foram publicadas em jornais: *O Progressista*, *O Matogrossense* e a *Revista Folha da Serra*, entre 1931 e 1940, fundada por Agnaldo Trouy. Segundo Rosa e Nogueira (2011, p. 322) houve o desaparecimento de muitos periódicos e poucos colaboradores deixaram obras reunidas.

Conforme as autoras citadas, *A Revista Folha da Serra* foi a melhor fonte de registros

de poemas contos e crônicas entre os anos de 1930 e 1940; e acrescentam algumas figuras da literatura sul-mato-grossense: “Severino de Queirós, Clodomiro Bastos, Oliva Enciso, Ana Luísa Prado Bastos (Dona Galega), Lenira e Peri Alves Campos” (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p. 322) expõe a falta de cuidados com abrigo e publicações das obras da cultura local. Conforme salientam as pesquisadoras Rosa e Nogueira (2011),

No que concerne ao livro, até alguns anos atrás, nenhum governo havia se preocupado em definir políticas a respeito da publicação de livros. A partir da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, com a criação do Fundo de Investimentos Culturais de MS (FIC/MS), surgiram programas de valorização do livro, que permitiram aos autores selecionar e publicar suas obras (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p. 322).

A citação acima, repercute na valorização do acervo literário sul-mato-grossense para a cultura local, e reflete na identidade da sociedade, dessa forma, as obras literárias são materializadas e enaltecidas pelos seus escritores. Nas palavras das autoras (2011, p. 323) a literatura sul-mato-grossense é composta por uma multiculturalidade envolvendo raízes do nosso estado, isto é, são características imanentes e residem nos próprios autores.

Com o apoio da Fundação de Cultura do Estado, que editou de 1985 a 1987 sete números da *Revista MS Cultura*, financiou-se parte da obra de Manoel de Barros, e também ocorreu o patrocínio de coletâneas de diferentes colaboradores, entre música e teatro, ressurgindo como cultura em Mato Grosso do Sul. Essa riqueza cultural passou por inúmeras fases marcantes, fases que foram primordiais para o desenvolvimento da história da sociedade vigente, “a entrevista e o depoimento” (ROSA, NOGUEIRA, 2011, p. 8). Os fundamentos das obras dos autores sob uma base (in)visível do texto diante das transformações sociais agregaram fatores literários determinantes para a cultura sul mato-grossense

[...] Através deles, o estudioso trava conhecimento direto com a existência do artista da palavra, com sua visão de mundo, com as transformações sociais e culturais vivenciadas e, sobretudo, com a sua concepção do discurso artístico. Muitas vezes, são revelados detalhes referentes à composição dos textos, à arquitetura de signos, sinais e símbolos, imprescindíveis à inteira compreensão dos discursos, notadamente poético (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p. 8).

Notamos a literatura sul-mato-grossense em várias dimensões de pesquisa, principalmente, na escrita e oralidade, como fonte histórica, pois as obras são respeitadas em sua época de publicação, logo, compreendermos o processo de significação da mesma, pois está a construção do significado histórico-cultural de uma sociedade, isto é uma das características marcantes da Literatura de Mato Grosso do Sul.

Nas palavras das escritoras Maria da Glória Sá Rosa e Albana Xavier Nogueira (2011, p. 8), é a impressão de escape da ficção para a realidade, características de uma literatura

multifacetada que constitui fonte singular e proporciona ao leitor perspectivas sócio poéticas e estético- metafísicas de cada autor em um *locus* de um país “composto de várias ilhas culturais que se formam muitas vezes dentro de mesmo estado [...]” (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p.8).

Rosa e Nogueira (2011, 323) destacam em sua obra o “Concurso Literário de Contos Ulysses Serra”, realizado pela Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, desde 2012, na intenção de impulsionar, incentivar e promover a produção literária regionalista, e homenagear Ulisses Serra. Em 1988, é criado o evento “Noite da Poesia”, em parceria do município de Campo Grande e da União Brasileira de Escritores (UBE), de suma importância para a descoberta de autores, visto que, premia e publicam os melhores representantes poéticos.

Conforme pondera as autoras referidas, apontam outros eventos a “Premiação do Concurso Ciclo da Erva Mate, em Mato Grosso do Sul, pelo Instituto Euvaldo Lodi, em 1984, foi responsável por contemplar monografias, considerando autores como Hélio Serejo, Rubens Aquino de Oliveira, Otávio Gonçalves Gomes, Gilmar Arruda e Atamaril Saldanha” (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p.8).

Atualmente, dos concursos citados, permanecem ativo o Concurso Literário de Contos Ulisses Serra, a noite da poesia, e no jornalismo desde 1972, a seção *suplemento cultural* tem se mostrado eficiente. Já o Instituto Euvaldo Lodi - IEL, criado em 1969, parece não realizar mais o concurso, e faz parte da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul – Sistema FIEMS que, há 51 anos encontra-se atuante, interagindo entre indústria, universidades e centros de pesquisas por meio de Programa de Estágio.

Muitas obras foram republicadas com a intenção de provimento cultural e para pesquisas, esse serviço foi feito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS), em 1989, republicou a obra *Camalotes e Guavirais*, de Ulisses Serra; em relação a série historiográfica, Elpídio Reis afirma

Com lançamento desta segunda edição de *Camalotes e Guavirais*, graças à visão cultural, histórica e literária do Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Higa Nabukatsu, a academia se congratula com o público leitor de nosso Estado, que agora poderá ter em mãos o livro que marca, de forma memorável, a existência de um homem de elevada projeção social, que muito se preocupou com a literatura neste recanto do Brasil, tendo sido ele, de forma predestinada, em anos passados, o poderoso aglutinador de escritores e poetas, do que resultou a criação de nosso sodalício (SERRA, 1989, p. 5).

E posteriormente, foram republicadas as seguintes obras: *Breve Memória da Justiça Sul-Mato-Grossense*, de Hildebrando Campestrini; e *Seiscentas Léguas a pé*, de Acyr Vaz Guimarães, “formada de livros de alto valor histórico e literário sobre nosso Estado” (SERRA, 1989, p. 5). Destacando assim, as marcas da tradição histórico e sociocultural, e da identidade

da população Sul-mato-grossense.

As autoras complementam outros autores que representam e a literatura sul-mato-grossense, e dedicaram suas vidas registrando suas emoções, a sensibilidade e a representatividade nos municípios do Estado. Rosa e Nogueira (2011, 324) afirmam que as contribuições literárias de Severino Toledo, hábil na composição de trovas, autor de, dentre outras obras, *Colmeia de afetos* e *Cintilação de lâmpadas suspensas*. Paulo Corrêa de Oliveira, escritor de textos para o teatro, Agenor Martinho Corrêa publicou livros de poesias, com destaque para os poemas: *Olhai os lírios do campo* e *retratos da vida*. Waldomiro Alberto de Carvalho publicou *Belezas e curiosidades do Pantanal*; e *Aquidauana de ontem e de hoje* é do escritor Cláudio Robba.

A autora Aglay Trindade Nantes, com a obra *Morro Azul: estórias pantaneiras*, considerada obra de destaque entre os críticos e leitores. Renato Alves Ribeiro, autor de *Taboco 150 anos: balaio de recordações*, outro representante expressivo da literatura sul-mato-grossense. Campo Grande tem número significativo de autores como Oliva Enciso, (*Palavras de Poesias*, 2004), Maria da Glória Sá Rosa (*Crônicas de fim de século e Contos de hoje e de sempre*, 2002) e Elpídio Reis, com seus contos sugestivos como *Tempo de Saudade* (1976) e *20 contos de réis* (1982). Hugo Pereira do Vale com *Areia do deserto* (1975).

É preciso citar, também, a coletânea: *Pelas ruas de Campo Grande*, de Paulo Coelho Machado intitulados: *A Rua Velha (26 de agosto)*; *A Rua Alegre (7 de setembro)*; *A Rua Principal (14 de julho)*; *A Rua Barão (Barão do Rio Branco) e, A Grande Avenida (Afonso Pena)*, narra a Rua 14 julho e suas adjacentes, são artigos publicados em jornais que conta com seus personagens, relatos cotidianos, reconstituir fatos, e recuperação a história da cidade, ao refazer memória por meio de mosaicos literários. E por fim, Ulisses Serra a tônica escrita de é bem pensada e moderna, sua sensibilidade lírica. são alguns dos autores que trabalham com obras históricas no universo do cenário memorialístico cultural e de relevância a identitária.

Rosa e Nogueira (2011, p. 325) apontam na poesia os escritores: Raquel Naveira, Manoel de Barros e Rubenio Marcelo encontram-se na representatividade poética do Mato Grosso do Sul. As autoras mencionam que na produção das crônicas utilizam-se de temáticas mais banais, como tipos populares e amores sem solução, autores como,

Nelly Martins, com as obras *Crônicas de Viagem* (1986), *Vivências e Casos reais* (1992); Zorrilho de Almeida Sobrinho, com *a Morte de minha mãe* (2004) e outras crônicas; Eduardo Machado Metello, autor de *Casos 1e 2* (2004) e Hélio Serejo, “contador de causos”, escreveu *Balaio de Bugre* (1992), *Vida do Erval* (1975), *Lendas da erva-mate* (1978), *Tribos Revoltadas* (1935) e *Homens de aço* (1946) (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p. 325).

São escritores que mantiveram uma articulação de conteúdo, o excesso de figuras de linguagem, por exemplo: a exaltação. Dessa forma, as autoras (2011, p. 327) referenciam que para a construção da poesia da região centro oeste, o processo de reajuste da linguagem é intenso, desde a eliminação do excesso discursivo, bem como a atenuação de metáforas e a busca precisa na semântica, campos que mesclam o gosto do autor e do escritor, e que se fundem causando um impacto surpreendente.

As autoras referidas (2011, p. 325) certificam que da construção de contos, um nome convincente é o de Elpídio Reis, com a obra *20 contos de réis* (1982). Compondo o quadro literário de autores como: José do Couto Vieira Pontes, Abílio Leite de Barros, Lucilene Machado, Theresa Hilcar e Adail José de Aguiar. E concluem,

A Literatura Sul-Mato-Grossense ainda não produziu grandes romancistas. Os romances, que recriam de forma estética a região, foram escritos por autores de outros estados como *Inocência* e *A Retirada da Laguna* de Visconde de Taunay e *Selva trágica*, de Hernâni Donato e *Sempre viva*, de Antônio Calado têm como cenário Mato Grosso do Sul e seus conflitos. As mais belas páginas sobre o Pantanal são de Guimarães Rosa, nas obras *Estas estórias* e *Ave, palavra* (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p. 326).

A literatura do Mato Grosso do Sul revela-se, acima de tudo, um composto da diversidade de culturas agregadas, talvez como seus escritores, que na depuração da linguagem proporcionam singularidade à cultura. Da mesma forma, encontram-se os imigrantes libaneses, japoneses, paraguaios, portugueses, italianos, espanhóis, armênios, gregos, sírios, poloneses, turcos, palestinos, alemães, entre outros, que por aqui encontraram um local para pertencer, como é o caso dos mulçumanos recebidos no Brasil.

O estado de Mato Grosso do Sul é composto de uma representatividade populacional, de lugares, de aspectos e de características de diferentes povos e culturas, entre os quais se encontram migrantes mineiros, paulistas, goianos, gaúchos, todos com suas linguagens, suas tradições, sua culinária, suas religiões e costumes preservados estabelecendo uma grandiosa riqueza cultural. Quando se fala em fronteiras, observamos que realmente elas delimitam apenas territórios, uma vez que não há limites para a cultura, pois ela figura nos eventos sociais, econômicos, nas esferas fundiárias, políticas, ambientais e culturais.

É o caso também da obra de autores como Brígido Ibanhez, que se denominou brasileiro de origem paraguaia de bom grado e defendeu o Estado do Mato Grosso do Sul como o Estado das Fronteiras. Entre as obras de Brígido Ibanhez estão: *Silvino Jacques: O último dos bandoleiros* (1970), *Che Ru* (1989), *A Morada do Arco - íris: o maior tesouro das américas* (1993), *Kyvy mirim: a lenda do pé de tarumã e do pombero* (1997), *Ética na política: entre o*

sonho e a realidade (2001), *Martí: sem a luz do teu olhar* (2007) e *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* (2010).

A maioria dos escritores que tratam em suas obras a respeito da contextualização da fronteira, como Ibanhez, coloca as letras a serviço da memória, da cidadania, dos direitos humanos e das minorias, relatando principalmente a história dos vencidos, humilhados e esquecidos, pois tudo na fronteira é singular; singularidade que pode ser atestada por meio das tradições, do linguajar, das comidas típicas e das canções, como a memorável *Mercedita*, canção folclórica Argentina de meados de 1930, popular no contexto de mudanças socioeconômicas devido ao processo de industrialização no centro de Buenos Aires, que provocou uma onda de migração interna.

Em conformidade com Gilmar Lima Caetano (2012), em *A música regional urbana e identidades culturais de Mato Grosso do Sul: Questões a partir da musicologia histórica* afirma

Além desse apego ao Pantanal como índice identitário, outros itens muito presentes na música daquela geração foram os gêneros musicais da região paraguaia, incorporados sob o título de “música da fronteira”. Tamanha é a força que ela exerceu sobre os artistas pós-68, quando foi importante inventar uma identidade cultural regional, ou seja, no final dos anos 1970 e 1980, que a imagem de música regional que vem se estabelecendo desde então, está fortemente carregada de ritmos ternários de influência paraguaia. No entanto, essa imagem da região sul-mato-grossense como lugar de fronteira (Brasil/Paraguai), esse espaço de transição, criou raízes tão profundas que é constantemente incorporada, inclusive pelos estudos acadêmicos, os quais acabam por destacar essa música da fronteira como algo inerente ao cotidiano sul-mato-grossense, uma idéia que, a meu ver, é bastante questionável (CAETANO, 2012, p. 74).

Por conta desse histórico fronteiriço, Paraguai e Brasil, o chamamé desenvolveu-se na região Sul-mato-grossense. A história revela a independência da mulher como consequência de eventos advindos de memórias coletivas e afetivas, oriundas da rejeição ao homem. Tudo isso remete ainda ao saudosismo regionalista daquilo que a fronteira representa, ou seja, um delimitador apenas no mapa.

A obra de Ulisses Serra expõe em sua narrativa parte dessa memória cultural; um universo de tradições híbridas, da fronteira, da simplicidade e do pertencimento, dos confrontos e dos perigos. Suas memórias são provenientes de recontos de familiares e amigos; a história das batalhas e da grande guerra do Paraguai vislumbrada pelo espaço fronteiriço.

A seguir, no capítulo II, apontamos a perspectiva de conceituação da crônica, apresentamos Ulisses Serra, e, sua representação na literatura do Mato Grosso do Sul e faremos um panorama da identidade cultural regional por meio da memória cultural.

2. ULISSES SERRA: O CRONISTA E A OBRA DE DOIS EXTREMOS

2.1. Perspectiva de conceituação da crônica

Na perspectiva de conceituação da crônica, consultamos o dicionário *Aurélio*, e buscamos a definição do verbete crônica: “1. Narração histórica, por ordem cronológica. 2. Pequeno conto³, de enredo indeterminado. 3. Texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal. 4. Seção de revista ou de jornal. 5. Conjunto de notícias sobre alguém ou algum assunto” (FERREIRA, 2010, p. 2010). Consequentemente, o verbete de crônica mudou de sentido com o avanço do tempo, porém não perdeu o sentido etimológico atribuído, segundo Massaud Moisés (2004), em Dicionário de termos literários, afirma que

Do grego *chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*), pelo latim *chronica*, o vocábulo “crônica” designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em seqüência cronológica. Situada entre os anais e a história, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los (MOISÉS, 2005, p. 101).

Ambos significados se referem ao conhecimento comum ou empírico de narrativas de fatos do passado, históricos e registro de ocorrências em ordem cronológica, atentando para significação atual, fatos do cotidiano, das coisas locais, simples e diárias. Dessa maneira, as crônicas são acontecimentos com compromisso de registros tanto do passado como o presente, possibilitando a recuperação com o passar do tempo, isto é, gerará documentos para o futuro.

Na concepção das autoras Flora Christina Bender e Ilka Brunhilde Laurito (1993), em *Crônica: história, teoria e prática* constatam que Portugal foi o marco inicial da crônica (1918), O ano de 1418 é caracterizado também pelo início do Humanismo, bem como pela transição da Idade Média para o Renascimento. Em 1934, Fernão Lopes é nomeado como Guarda-Mor da Torre do Tombo, e, também, posteriormente, viraria cronista-mor do Reino, a função de guarda-Mor “Essa Torre era um arquivo de documentos e de velhas escrituras do Reino, e a tarefa do arquivista seria apenas conservá-los” (LAURITO, 1993, p. 12). O cronista se torna um escritor profissional, apesar de conserva e guardar esses documentos sua tarefa agora é traduzi e interpreta-los como registros e fatos históricos.

Historicamente, no Brasil, Laurito (1993, p. 12) menciona, primeiramente, *A Carta*, de

³ Mais adiante, serão tecidas contextualização a respeito do gênero conto.

Pero Vaz de Caminha envia ao rei Dom Manuel relato, registrando e descrevendo a descoberta do Brasil, é considerada como crônica, devido os fatos já terem ocorrido. Em seguida, Laurito (1993, p. 13) aponta outros cronistas portugueses que “redescobrem” o país, Pero Lopes de Souza, Pero De Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Souza, o jesuíta Manuel da Nóbrega, Fernão Cardin ou José de Anchieta atribuindo notícias da nova terra aos europeus com finalidade de exploração, e os jesuítas, além das notícias das terras, documentavam o ensinamento da catequese.

Conforme Ilka Laurito (1993, p.14), os outros primeiros cronistas no Brasil, em 1840, foram: Francisco Adolfo Varnhagen, em *Crônica do Descobrimento do Brasil*, tendo a *Carta do Achamento*, como fundamento para ser escrita, e, também, foi considerada o primeiro romance brasileiro, conforme aponta José Veríssimo; Joaquim Manuel de Macedo (1844), em *A moreninha*, Manuel Antônio de Almeida (1854), Memória de um sargento de milícias, ambos os contextos foram registrados a vida cotidiana e citadina dos moradores do Rio de Janeiro.

Até esse momento, século XIX, temos, Joaquim Manuel de Macedo, em *Um passeio pelo rio de Janeiro* (1862- 1863), e *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), as publicações foram respaldadas em ficções e nos relatos históricos de sua cidade. E, em 1888, *O Ateneu*, de Raul Pompéia continha vestígios de relatos autobiográficos. Em conformidade com Laurito (1993, p. 14), em relação ao nosso tempo, destaca os cronistas: Manuel Bandeira (1937), em *Crônicas da Província do Brasil*; Cecília Meireles (1965), o poema épico-lírico, intitulado *Crônica Trovada da Cidade de Sam Sebastian*.

De acordo com Jorge de Sá (2005), em *A crônica*, os registros históricos na carta escrita por Pero Vaz, certamente, entre uma informação e outra, carregavam em si os encantos da terra “descoberta”, bem como as frivolidades do cotidiano e a beleza da natureza, na certeza e na ilusão de aprisionar tanto o tempo como o destinatário. Jorge, também, frisa a essência da constituição do cronista ao afirmar “pois ele recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus costumes, naquele instante de confronto entre a cultura europeia e cultura primitiva” (SÁ, 2005, p. 5-6). Vejamos, as palavras iniciais, de Pero Vaz de Caminha, em *A Carta*,

Senhor:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba pior que todos fazer.

Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo:

A partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira, 9 de março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e nove horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grã- Canária, e ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da ilha de S. Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar, piloto.

Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais! E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz (CAMINHA, 1500, p. 1).

Observamos, que Pero Vaz faz um diário de bordo, isto é, narra informações das partidas, horários, e, principalmente, a chegada ao Brasil, esta carta é considerada o nascimento “A história da nossa literatura se inicia, pois, com a circunstância de um descobrimento: oficialmente a Literatura Brasileira nasceu da crônica” (SÁ, 2005, p. 7), Pero Vaz narra os fatos passados, cronologicamente, a riqueza de detalhes. Sendo assim, destacamos, que é um dos registros mais importante para memória cultural do Brasil.

Consequentemente, relembramos, Flora Süssekind que tinha certa preocupação com os relatos de perfeição da paisagem do país, as Cartas de Caminha. Logicamente, que esses “olheiros” desembarcaram e fixaram moradias em cidades litorâneas, as quais as belezas naturais são de extrema exuberância. Sendo assim, podemos imaginar o excesso de deslumbramento, primeiramente, algo novo para os cronistas relatar e registrarem para os que estão distantes, e, depois, com intuito de ocupar o país, havia certa necessidade de “vender” o melhor.

Em conformidade com Ilka Brunhilde Laurito (1993) constata que

O que fica bem claro, porém, tanto em relação ao sentido tradicional do termo quanto em relação ao seu sentido moderno, é que a crônica, pela sua própria origem, está sempre ligada à idéia contida do radical do termo que a designa: assim, seja um registro do passado, seja um flagrante do presente, a crônica é sempre um resgate de tempo (LAURITO, 1993, p. 11).

As crônicas têm seu lugar desde os tempos mais remotos, passadas de gerações em

gerações, desde a época em que “a boca a boca” espalhava as clássicas histórias das guerras entre reinos, por meio de narrativas épicas de vitórias e derrotas, e, em seguida, sendo registradas, às vezes com acréscimos de informações, ou não. O tempo revela-nos a memória social, é inevitável, no meio, a qual estamos inseridos, vemos a ordem cronológica, segue um ritmo, na vida estão as ocorrências históricas, as quais colecionamos, e podemos revisitá-las ou recuperá-las por meio de nossas memórias e lembranças, em diversos momentos diferentes da nossa própria história e época. Uma das características da crônica é o hibridismo de resgatar o tempo.

Jorge de Sá também se refere a determinada especificidade da crônica e assegura,

À pressa de escrever, junta-se a de viver. Os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito. Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a magicidade da elaboração, pois ele não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado (SÁ, 2005, p. 10-11).

Para o autor, a crônica possui essência única, sua produção prende a atenção, aguça a nossa curiosidade, no intuito de envolver o leitor. Observa-se que crônica é uma narrativa repleta de detalhes, fatos e informações, mas, com estilo descontraído, simples, leve, e com brevidade pois “[...] o *cronista* age de maneira mais solta, dando a impressão de que pretende apenas ficar na superfície de seus próprios comentários, sem ter sequer a preocupação de colocar-se na pele de um narrador, que é, principalmente, personagem ficcional [...]” (SÁ, 2005, p. 9).

Porém, ao leitor cabe o embate atemporal da leitura, e, também, o desenvolvimento da pesquisa em busca do preenchimento das lacunas, do entendimento total ou parcial da história que carrega a crônica, do momento do registro literário. A época diz muito sobre o momento da escrita e o que pode ser revelado sobre ela, o meio inserido e a cultura de um povo, isto é, o historiador, “o cronista é sempre uma espécie de historiador do cotidiano, ainda que não esteja preocupado em fazer História” (Olavo Bilac, 1916, citado por LAURITO, 1993, p. 15).

Já Sússekind (1990) revela o começo histórico do narrador de ficção no Brasil, por meio dos folhetins,

Onde menos se esperaria, é aí que se define um começo histórico e se desenha um narrador. Em diálogo com o veículo em que se divulga habitualmente a ficção romântica no Brasil nas décadas de 30 e 40 — o periódico —, com um público bastante restrito, com o andamento predefinido do romance-folhetim, com elementos do romance histórico e dos folhetins de variedades. É, em especial, com dois gêneros

diversos e às vezes associados, a literatura não-ficcional de viagens — sobretudo a que se refere ao Brasil — e o paisagismo — sobretudo o que tematiza vistas e exuberâncias tropicais ou cenas pitorescas do cotidiano ou da “história” local —, que se constrói essa figuração inicial do narrador de ficção na produção literária da primeira metade do século XIX (SÜSSEKIND, 1990, p. 19).

Para a referida autora, embora a crônica tenha mudado de sentido com o tempo, e ganhado novos estilos literários, o narrador foi importante para disseminação de conteúdo, principalmente em crônica que envolvia a história do Brasil. Já Laurito sua procedência é de uma perspectiva moderna de resgate ao tempo, isto é, as crônicas foram chamadas de história de relatos, depois contos pequenos, logo, nomeada de folhetim com intuito de informar, e, posteriormente, gênero textual híbrido entre o jornalístico e a literatura.

De acordo com Laurito afirma que

Foram folhetinistas de sucesso – ou seja, grandes cronistas do século XIX – escritores como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis, França Júnior, Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Raul Pompéia, Olavo Bilac, só para citar alguns, mais conhecidos, que marcaram e definiram o gênero que, mais tarde, iria continuar a ter grandes nomes a ele consagrados (LAURITO, 1993, p. 16-17).

A respeito da crônica como gênero jornalístico surgiu no século XIX, em formato de folhetim. Conforme Laurito, proveniente da França, o filão (do francês *feuilleton*), o folhetim jornalístico, com a seguinte finalidade

[...] era um espaço livre no rodapé do jornal, destinado a entreter o leitor e dar-lhe uma pausa de descanso em meio à enxurrada de notícias graves e pesadas que ocupavam – como sempre ocuparam – as páginas dos periódicos. Com o tempo, a acolhida do público com relação a esse espaço foi aumentando, e o folhetim passou a ser um chamariz para atrair leitores (LAURITO, 1993, p. 15).

Dessa forma, a referida autora relata que o gênero a crônica permeia entre os aspectos jornalísticos e do literário, conseqüentemente, dividiram os folhetins em duas publicações distintas: folhetim-variedades e o folhetim-romance. O primeiro, é o que se originou a crônica, o espaço destinado era para registrar e relatar os fatos e acontecimentos da vida cotidiana da sociedade, e há certa fidelidade do leitor com o folhetim. O segundo, lidava com certo prestígio com os leitores, este espaço deu margem para textos ficcionais com temáticas de radionovelas e telenovelas “os romances em capítulos” (LAURITO, 1993. P. 16), os quais aumentavam as vendas e assinaturas dos periódicos.

Porém, Massaud Moisés (2007), em *A Análise Literária*, questiona as publicações dos capítulos da obra *Memórias de um Sargento de Milícias* (1853), pois os aspectos literários são de novelas (romance) ou crônicas históricas, ao afirmar que

[...] o fato de a obra ter sido publicada em capítulos destacados em folhetins semanais ou quinzenais reforça a observação precedente: a estrutura fragmentária, episódio a episódio, dotada de relativa unidade, é típica da novela. Todavia, não acha o leitor que temos o direito de desconfiar? Teria o prosador *escrito* a narrativa semana a semana? Ou apenas teria *publicado* seus fragmentos de sete em sete dias? Como sabemos, Manuel Antônio de Almeida se valeu das reminiscências de um companheiro do *Correio Mercantil*, Antônio César Ramos, para reconstituir, a modo de crônica histórica, alguns acontecimentos do Rio de Janeiro no tempo do Rei, isto é, D. João VI. Tal circunstância não faria supor que, pelo menos, a novelista possuiria o esboço de sua história ao principia-la? A análise da novela, em sua macro estrutura, poderia responder à questão, mas a nota introdutória ao capítulo IV já nos sugere uma possibilidade. Suspendamos nosso julgamento por ora, e avancemos, sem perder de vista as observações feitas e o modo como as levantamos (MOISÉS, 2007, p. 151, grifos do autor).

Mas, é a partir desses folhetins, e tais publicações que começaram expandir e a população se interessar, pois é um estilo simples, fácil e rápido de ser lido, sem ter a linguagem travada, e o narrador – escritor – folhetinista começa a ser reconhecido como um ofício, devido levar o cotidiano e a leveza das crônicas em modo geral., e o intitulando de Narrador-repórter.

Dessa maneira, nos folhetins jornalísticos destacamos o nome de Paulo Barreto, seu pseudônimo João do Rio, o qual suas publicações tinham aspectos do estilo da crônica moderna “cronista mundano por excelência, dando à crônica uma roupagem mais ‘literária’” (SÁ, 2005, p.9). Em relação ao cronista Paulo Barreto, recorremos, a Sá (2005) confirma que

No tempo de Paulo Barreto (1881-1921), por exemplo, era apenas uma seção quase informativa, um rodapé onde eram publicados pequenos contos, pequenos artigos, ensaios breves, poemas em prosa, tudo, enfim, que pudesse informar os leitores sobre os acontecimentos daquele dia ou daquela semana, recebendo o nome de folhetim. Acontece que Paulo Barreto percebeu que a modernização da cidade exigia uma mudança de comportamento daqueles que escreviam a sua história diária. Em vez de permanecer na redação à espera de um informe para ser transformado em reportagem, o famoso autor de *As religiões no Rio* ia ao local dos fatos para melhor investigar e assim dar mais vida ao seu próprio texto: subindo morros, freqüentando lugares refinados e também a fina flor da malandragem carioca, Joao do Rio (seu pseudônimo mais conhecido) construiu uma nova sintaxe, impondo a seus contemporâneos uma outra maneira de vivenciar a profissão de jornalista (SÁ, 2005, p. 8).

Paulo Barreto contribuiu de maneira significativa para a disseminação das crônicas nos jornais, o olhar apurado para a modernização da sociedade, essas averiguações de acontecimentos relevantes passam ser registros esporádicos nos folhetins. Segundo Antonio Candido (1993), em *Recortes* atesta que “Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias” (CANDIDO, 1993, p. 24).

Atualmente, a crônica permeia por diversos meios: revistas, jornais, livros didáticos, blogs, levadas como reflexões para programas de televisão, sendo uma evolução da crônica brasileira pelo jornalismo. Para Sá (2005) a crônica foi uma relação do jornalismo e da

literatura, eis que temos presença de uma narrador-repórter, dessa maneira com a função que teria um narrador polivalente, pois verbaliza e registra os fatos de maneira circunstancial, com sua experiência vivida,

[...] a observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude. Essa concretude lhes assegura a permanência, impedindo que caiam no esquecimento e lembra aos leitores que a realidade – conforme a conhecemos ou como é recriada pela arte – é feita de pequenos lances. Estabelecendo essa estratégia, Caminha estabeleceu também o princípio básico da crônica: *registrar o circunstancial* (SÁ, 1985, p. 6, grifo do autor).

Na visão de Sá, esse registro circunstancial são as experiências vivida, isto é, vivenciou cada momento, como por exemplo: a Carta de Caminha; já com Paulo Barreto o narrador repórter extrapola o fato da mera descrição, pois temos evolução dos centros urbanos, e o aumento da população, os quais ampliam o número de leitores, distribuições de folhetins, e ganham notoriedade no rodapé do espaço jornalístico.

De acordo Candido (1993) a crônica tem seu espaço de reconhecimento, ao afirmar: “No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu” (CANDIDO, 1993, p. 24). A crônica encontra seu espaço, com sua leveza, na simplicidade, aproximação com oralidade, brevidade, já como meio jornalístico e literário. Na concepção de Jorge de Sá, a crônica como seção jornalística tem sua representatividade,

[...] O jornal, portanto, nasce, envelhece e morre a cada 24 horas. Nesse contexto, a crônica também assume essa transitoriedade, dirigindo-se inicialmente a leitores apressados, que lêem nos pequenos intervalos da luta diária, no transporte ou no raro momento de trégua que a televisão lhes permite. Sua elaboração também se prende a essa urgência: o cronista dispõe de pouco tempo para datilografar o seu texto, criando-o, muitas vezes, na sala enfumaçada de uma redação. Mesmo quando trabalha no conforto e no silêncio de sua casa, ele é premido pela correria com que se faz um jornal, o que acontece mesmo com os suplementos semanais, sempre diagramados com certa antecedência (SÁ, 2005, p. 10).

Dessa forma, para Sá a crônica tem um aspecto que começa e termina no mesmo dia, como uma leitura rápida para esses leitores modernos, a brevidade e os assuntos variados, buscando dia-a-dia a originalidade na escrita, no intuito de informar, comentar e divertir. Nota-se, que Paulo Barreto alcança esse objetivo, além de outros escritores considerados grandes cronistas do século XIX em diante: Guilherme Figueiredo, Luís Martins, Elsie Lessa, Machado de Assis, José de Alencar, Rubem Braga, Henrique Pongetti, França Junior, Coelho Neto, Humberto de Campos, Clarice Lispector, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade,

Vinicius de Moraes, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Nelson Rodrigues, Millôr Fernandes, Luis Fernando Veríssimo, Cecília Meirelles, Rachel de Queiroz, entre tantos outros.

Diante desses cronistas, Candido (1993) destaca José de Alencar, considerado um dos melhores cronistas e publicava suas crônicas em seções do jornal,

[...] assim eram os da seção “Ao correr da pena”, título significativo a cuja sombra de José de Alencar escrevia semanalmente para o *Correio Mercantil*, de 1854 a 1855. Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganha certa gratuidade. Certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje (CANDIDO, 1993, p. 24).

Dessa forma, a crônica ganha uma linguagem mais leve, e passamos ter outras temáticas, não são mais crônicas com informações, de história, ou relatos. A temática passa ser com certo humor, sarcasmo, Candido afirma que “representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma” (CANDIDO, 1993, p. 25), portanto temos uma crônica brasileira distantes dos modelos europeus.

Na concepção de José Castelo (2007), em *Crônica, um gênero brasileiro*,

Gênero anfíbio, a crônica concede ao escritor a mais atordoante das liberdades: a de recomeçar do zero. Quando escreve uma crônica, o escritor pode ser ligeiro, pode ser informal, pode dispensar a originalidade, desprezar a busca de uma marca pessoal – pode tudo. Na crônica, ainda mais que na ficção. O escritor não tem compromissos com ninguém. Isso parece fácil, mas é frequentemente assustador. Pode falar de si, relatar fatos que realmente viveu, fazer exercícios de memória, confessar-se, desabafar. Mas pode (e deve) também mentir, falsificar, imaginar, acrescentar, censurar, distorcer. A novidade não está nem no apego à verdade, nem na escolha da imaginação: mas no fato de que o cronista manipula as duas coisas ao mesmo tempo – e sem explicar ao leitor, jamais, em qual das duas posições se encontra. O cronista é um agente duplo: trabalha, ao mesmo tempo, para os dois lados e nunca se pode dizer, com segurança, de que lado ele está (CASTELO, 2007, n. p.).

Na perspectiva de conceituarmos a crônica, verifica-se, portanto, a aproximação dela com o contexto social é fundamental para a evolução do gênero literário no Brasil, por meio dos folhetins, e posteriormente nos jornais. Dessa forma, o primeiro jornal da região do estado, segundo Pontes atesta “em 1877, surgiu em Corumbá o primeiro jornal da região sul de Mato Grosso. “O Iniciado”, editado em 1877 pelo pioneiro da imprensa Silvestre Antunes Pereira” (PONTES, 1981, p. 25). Em seguida, vieram outros jornais: *Folha da Serra*, *O Civilização*, *O Progressista*, *O Matogrossense*, *O Idealista*, *Jornal do Comércio*, *Correio do Sul*, *A Campanha* e *O Imparcial*.

Em conformidade com Pontes (1981) afirma que os autores tinham dificuldades de publicar um livro por falta de incentivo ou até mesmo pela falta de tempo, e por isso, se valiam das publicações nos jornais, e aponta

A *Folha da Serra*, editada em Campo Grande, mensalmente de 1931 a 1940, essa publicação honra a história cultural de nosso Estado. Dirigida por Agnaldo Trouy nas oficinas gráficas de sua Livraria e Tipografia TROUY, tendo recebido a colaboração de Peri Alves Campos e de outros intelectuais da época, conseguiu manter-se com elogiável periodicidade, naqueles tempos difíceis. Uma revista de bom nível, encerrando em suas páginas não só o noticiário ilustrado de sua vida social, mas também as produções em prosa e verso de seus homens de letras. Ilustrada e paginada com os recursos de que dispunha, em labor gráfico paciente e feito com amor, suas capas eram bem planejadas e, no miolo, entremeavam-se papel **couchê** e papel de jornal, paginada e diagramada da melhor forma possível, na época (PONTES, 1981, p. 36, grifo do autor).

Segundo Pontes (1981) não havia nenhum veículo de comunicação cultural que difundisse o cultivo da literatura em Mato Grosso do Sul como os jornais, pois era por meio desses periódicos que os escritores das letras registravam as ocorrências do meio social. Dessa maneira, Pontes (1981) nomeia alguns dos colaboradores da *Folha da Serra*,

Ulysses Serra, Lobivar de Matos, Pedro Medeiros, Armando Carmello, Eduardo Olímpio Machado, Luiz Feitosa Rodrigues, Carlos de Castro Brasil, Franklin Cassiano da Silva, Rosário Congro, Valério de Almeida, Mariano Cebalho, Oliva Enciso, Peri Alves Campos, Alcindo M. de Figueiredo, Luís Alexandre de Oliveira, Severino Ramos de Queiroz, Aníbal Verlangieri, Clodomiro Bastos, J. Calixto, Carlos Vandoni de Barros, Paulo Coelho Machado, Lenira Alves Campos, Heretiano Rios, Jari Gomes (PONTES, 1981, p. 36-37).

A população era informada das situações através de crônicas que apontavam os problemas, as crises econômicas e, dessa forma cultivavam as manifestações culturais locais, as tradições, costumes e crenças. Para Pontes (1981, p. 26), a literatura da região do atual Mato Grosso do Sul se desenvolveu por meio de jornais e revistas.

Ulisses Serra, após fundar a Academia de Letras e História de Campo Grande, inaugurou primeiro suplemento literário no jornal *Correio do Estado*, criado em 1954 e em circulação até o momento, surgem as edições acadêmicas no afã de criar uma biografia mato-grossense destinada a conservar e preservar os fatos da nossa história, o seu folclore, a sua tradição e as suas obras de leitura mais representativa. A seção *Caderno B* é o espaço utilizado pelos periódicos jornalísticos dedicados aos assuntos de arte, literatura, música, cultura, dentre outros.

A partir da leitura, o texto atingirá ou não o leitor; agradará ou não? O nosso interesse, nesse caso, é específico e, para compreendermos a obra *Camalotes e Guavirais* (1989), houve a necessidade de mergulhar em outras leituras, relendo a obra quantas vezes fosse preciso. Frente à diversidade de assuntos tratados nas crônicas, bem como às possibilidades múltiplas de leitura, embora algumas totalmente seladas, sentenciadas, substitui-se a ingenuidade pelo senso crítico.

Por meio de realização da leitura propriamente dita da obra veio a descoberta de vários

registros do discurso, carregados de imagens que possibilitam ao leitor fazer uma reflexão de cada passagem, com a finalidade de atingir uma interpretação global que o conduza a uma visão de mundo, ou seja, a memória cultural.

Portanto, encontramos nas crônicas históricas, o valor estético almejado, se não no todo, pelo menos em parte. Pontes (1981) assinala que a tradição oral utilizada pelos autores, em sua maioria, tem a preocupação em descrever o “chão local”, carregando marcas de vivência, logo a identidade e, por isso, a obra apresenta muitos detalhes, mesmo aqueles mais pitorescos, narrando de forma descritiva a riqueza de informações regionalistas, fato que resulta no caráter memorialístico.

2.2. Ulisses Serra: representação na Literatura Sul-Mato-Grossense

Ulisses Azul de Almeida Serra é um escritor Sul-Mato-Grossense nasceu em Corumbá, em 1 de setembro de 1906, e aos dezessete anos de idade mudou-se para Campo Grande com os pais, Arnaldo Olavo Serra e Joana Júlia Barbato de Almeida Serra. Formou-se contador, em 1932, pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, ao regressar para Campo Grande fundou o Sindicato dos Contadores. Mais tarde, foi deputado classista, na Assembleia de Mato Grosso. Casou-se em 22 de maio de 1933; com Constança Correia de Almeida Serra, e teve uma filha Marly Serra. Seguidamente, inserimos a imagem 3 do autor de *Camalotes e Guaviras*, para familiarizarmos nosso leitor com o cronista.

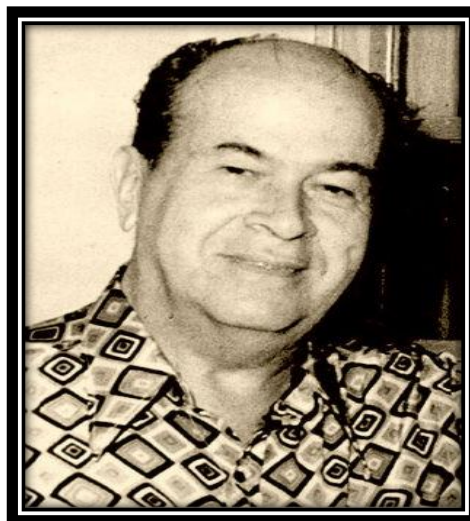


Figura 3 – Escritor Corumbaense Ulisses Serra. (Foto: Gazeta do Pantanal)

Fonte: Disponível em: www.gazetadopantanal.com/2018/05/academia-sul-mato-grossense-de-letras-inaugurara-busto-do-seu-fundador-ulisses-serra/.

Acesso em: 07 set. 2021.

Ulisses Serra, escritor e jornalista, publicou diversas crônicas em jornais da região, caracterizado por ser um homem de “devoção bipartida”, sua escrita é um esboço de suas vivências entre Campo Grande e Corumbá. No prefácio de *Camalotes e Guavirais* (1989), o escritor José Couto Vieira Pontes comenta “os motivos que esse livro agrada” (SERRA, 1989, p.7). O autor complementa que coletânea de crônicas, foi publicada em 13 de outubro de 1971, e republicada em 1989, e afirma que a narrativa atrai leitores e por isso não tem explicações para tal reedição. José Pontes constata as seguintes particularidades à vida de Ulisses Serra,

Além de político, contador, bacharel em Direito pela Faculdade de Petrópolis e orador renomado, militou no jornalismo, sendo admitido nos quadros da Ordem dos Velhos Jornalistas, do Rio de Janeiro. Pertenceu, ainda, ao Rotary Clube de Campo Grande (ingresso em 5.10.41), à Academia Mato-Grossense de Letras (posse em 8.4.63) e à Associação Comercial de Campo Grande (como sócio honorário, em 1939). A partir de 1940, exerceu o Tabelação do 5º Ofício, da comarca de Campo Grande. Instalado na Rua Dom Aquino, “o seu cartório passou a ser ponto obrigatório de advogados e amigos que ali compareciam em busca de seus conselhos”, como disse o saudoso acadêmico Abel Freire de Aragão, no *Esboço Biográfico de Ulisses Serra*, publicado no jornal *Correio do Estado*, edição de 26 de agosto de 1972. E lido em reunião do Rotary Clube de Campo Grande, em 10 de agosto do mesmo ano (SERRA, 1989, p. 9, grifos do autor).

Observamos, que Serra participava ativamente da sociedade, e estava envolvido em diversas ações, era bem conhecido e articulado com as pessoas de influência em cartórios, tribunais, jornais, sindicatos e outros. Suas publicações de crônicas em jornais como *O Correio do Estado*, os assuntos eram diversificados, relacionados com a política e a vida cotidiana, ficaram registradas ao longo de sua vida, essas crônicas ao serem reunidas originaram sua obra *Camalotes e Guavirais* (1989). Ressaltamos, Ulisses Serra fundou Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, em companhia dos escritores José do Couto Vieira Pontes Germano Barros de Sousa, em 30 de outubro de 1971.

O corumbaense da fronteira e sua obra serrana teve um percurso promissor na região oeste, antes de fixar-se na capital Campo Grande, lugar que constituiu sua família e muitos amigos no âmbito das letras. Entre a capital e a fronteira, Serra passou por outros lugares e não deteve apenas uma ocupação. Observamos que a sua obra, tal como sua vida, foi um palco de dinamismo e inquietação, repleta de inúmeras características de experiências, impressões impregnadas de vivências múltiplas. Esses registros plurais fazem parte das memórias da região centro-oeste, e são memórias culturais em crônicas atemporais.

A tônica da escrita Ulisses Serra é bem pensada e moderna, sua sensibilidade lírica, e sempre amou e enalteceu sua terra, em seu livro não fala apenas de Corumbá, mas principalmente de Campo Grande/M.S. A obra *Camalotes e Guavirais* (1989) é composta por trinta e sete crônicas: *SE; Motivos de um título; Quem ergueu o primeiro rancho?; A Rua 14*

do meu tempo; Cenas da Rua 14; A tragédia do circo; Turbulências; Pioneiros em quatro rodas (I); Pioneiros em quatro rodas (II); Casas de jogo; Trianon Cine; Cinemas; Restaurantes e bares; Árvores da cidade; O jequitibá do dr. Arlindo; Gloriosas casas; Boiadeiros, caudilhos e coronéis; A morte do seresteiro; Uma preta, um italiano e um búlgaro; Vendetta corsa; Padeiro romântico; Discurso do velho capitão; Portinari e os meninos das lavouras; O Alípio; Eliseu e a santa; Renovato; Maria Bolacha e Josetti; Argemiro e o ingazeiro; Um amigo; Homem de gerações passadas; Marcha das carretas; Ruínas humanas; Esportes; O meu algibe; Ciladas da vida; Esmagavam-se sob as estrelas; e O pau-terra. Serra descreve, registra nas crônicas a grandiosidade simples das coisas locais e regionais, o livro resgata imagens, cenas, episódios e personalidades e ilustres desconhecidos.

A forma com que Serra (1989) compõe as crônicas permite que elas sejam exploradas de formas diferente, isto é, diversas temáticas. Essas temáticas acontecem quando o autor mescla e explora vários assuntos que traduzem a composição de inúmeros diálogos. Essas narrativas locais ou cotidianas remetem a uma sensibilidade única, saudosas em algumas situações, podendo ser humorísticas, memorialísticas, jornalísticas, e com histórico discursivo, às vezes, em tom desagradáveis. Com sensibilidade, Ulisses Serra tornou suas crônicas humorísticas, quando revelam o lado despojado e brincalhão das personagens, os vícios comportamentais e suas relações com o meio, que englobam o pioneirismo dos desbravadores migrantes e imigrantes em solo brasileiro.

Em outro contexto, notamos as crônicas memorialísticas, é possível, percebermos que elas estão voltadas para a arquitetura social, isto é, entorno do pequeno povoado construído sob sorrisos, lágrimas, suor, sangue e sacrifícios. As memórias histórico-sociais são traduzidas de alguma forma no processo desenvolvimento e construção que englobaram as disputas, as dores e a solidão. Serra registra, também, um fato da época o alto índice de violência local, e isso tornou as crônicas “jornalísticas” em documentos históricos, os quais fazem referências aos detalhes sócio-histórico, gerando memória e identidade cultural para a atualidade.

Sua infância e sua existência sendo representada na vida comum, na simplicidade da natureza, árvores frondosas, sombra fresca e risos espontâneos, pescaria no rio Paraguai, é possível sentir o cheiro da natureza. Embora o livro de crônicas de Ulisses Serra apresente uma gama variada de informações, o processo histórico relacionado ao tempo e a memória que o move, o olhar do autor e a sensibilidade aos relatos dos acontecimentos. Tais registros como construção discursiva convergem no ato de narrar histórias, compondo pontos da história como técnica narrativa. Ao promover esse tipo de literatura enquanto crônica, o autor não tem compromisso com o real construindo um juízo de memórias literárias de fatos ocorridos ou

mesmo inventados.

A crônica *Motivos de um Título*, de Ulisses Serra, por meio da crônica o autor representação o seu “chão local”, a cidade de Corumbá. Em sua obra o autor manifesta seu amor tanto pela cidade quanto a natureza, entre suas idas e vindas de Corumbá a Campo Grande, e faz releitura na perspectiva de valorizar a linguagem regional. Sendo assim, encontramos características expressas de uma escrita simples das coisas da vida e do meio, o qual está inserido.

Ao pensarmos no título da obra *Camalotes e Guavirais*, em *Motivos de um Título*, o autor contempla

Da nascente à embocadura o Paraguai é homogêneo. Coloração das águas, barrancas, fauna alada e plantas aquáticas são curiosamente iguais e não me pareceu nunca um acidente geográfico a separar dois povos, mas uma gigantesca espinha dorsal a unilos sempre. Minha infância parece que vaga nas suas praias. É que se não tive nelas atrações do asfalto, tive as desse rio, mergulhando e flutuando em suas águas, de permeio com vitórias-régias e camalotes (SERRA, 1989, p. 14).

Pensamos no título da obra, os Camalotes são grandes feixes de plantas aquáticas que se desgarram e se movimentam pelo rio, figuram como símbolo regional que indica tempo de enchentes no Rio Paraguai, assim, como a planta aquática Vitória – Régia contemplando o Pantanal. As guaviras ou guavirais são frutinhas saborosas e pequenas dos chapadões e cerrados, encantam pelo aroma e sabor, são procuradas em determinada época do ano, entre os meses de novembro e dezembro. Considerada por alguns como o “mirtilo” brasileiro, essa fruta também é conhecida como: gabioba, araçá guabiju. A origem do nome tem suas raízes no Tupi Guarani, que significa “casca amarga” e espalha-se desde Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, indo até o Rio Grande do Sul.

Sendo assim, são dois extremos percebidos quando relaciona os locais de sua vivência: camalotes (pantanal) e guavirais (cerrados). Dois extremos ficaram, após meio século, no formato de memórias; memórias está sob sua ótica e no seu individual, acompanhadas pelas memórias coletivos como as que narram o momento revolucionário, as guerras e de conflitos acerca das causas divisionistas, da construção e do desenvolvimento regional, da identidade de um novo Estado, assim como a memória local foram idealizadas na construção da identidade histórico-sociocultural.

Na concepção de Ulisses Serra afirma “Camalotes dos verdes e infindáveis pantanais de Corumbá e guavirais desses dilatados chapadões, eis o motivo do título desta coletânea de crônicas perdidas em revistas e jornais” (SERRA, 1989, p. 14). A raiz, tanto de contos quanto

de crônicas, está no processo narrativo, uma vez que figuram entre os cronistas inúmeras histórias inventadas, provenientes do imaginário urbano e, somadas à associação de sentidos e significados, possuem um sabor de realismo incomum.

O estudioso Alfredo Bosi, em *O Conto Brasileiro Contemporâneo: seleção de textos, introdução e notas bibliográficas* (2015) afirma que

[...] o contista é um pescador de momentos singulares cheios de significação. *Inventar*, de novo: descobrir o que os outros não souberam ver com tanta clareza, não souberam sentir com tanta força. Literariamente: o contista explora no discurso ficcional uma hora intensa e aguda da percepção (BOSI, 2015, p. 10).

Já para a estudiosa Nádya Gotlib, em *A Teoria do conto* (2004), complementa o verbete conto

O contar (do latim *computare*) uma estória, em princípio, oralmente, evolui para o registrar as estórias, por escrito. Mas o contar não é simplesmente um *relatar* acontecimentos ou ações. Pois relatar implica que *o acontecido seja trazido outra vez*, isto é: *re* (outra vez) mais *latum* (trazido), que vem de *fero* (eu trago). Por vezes é trazido outra vez por alguém que ou foi testemunha ou teve notícia do acontecido (GOTLIB, 2004, p. 8).

Sendo assim, a arte de escrever tanto crônicas como os contos, é uma arte de narrar e relatar, pois possuem algo em comum. Ambos perpassam pelo ato de contar, recontar histórias e está arte ligada aos relatos. As crônicas seguem outras características, como a forma de registro, a preciosidade atemporal, podendo ser encontrados fatores histórico-culturais, humorísticos, do cotidiano, de cunho político, e outros relatos como guerras, violência, destacamos uma característica de documento de informação que circunscreve a historiografia e identidade literária.

De acordo com Candido (1993), também, no que se refere a característica de crônica “por meio dos assuntos, da composição solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural” (CANDIDO, 1993, p. 23).

Para o referido autor, compreendemos que ela é o próprio significado das coisas leves da vida, sendo assim, é um gênero que foge às regras canônicas, pois não exigem regras ou grupos específicos detentores de seus segredos, está alicerçada em meio à eloquência e à simplicidade dos grandes e pequenos. Candido (1993) atesta à especificidade “é importante insistir no papel da simplicidade, brevidade e graça próprias da crônica” (CANDIDO, 1993, p. 27).

Encontramos essas características despretensiosas na crônica *A Rua 14 do Meu Tempo* (1989, p. 21), Ulisses descreve o local e o tempo da Rua 14: “Na estação chuvosa, era um

tremedal; e na estiagem, o vento norte soprava rumo ao sul, rolavam colunas escarlates” (SERRA, 1989, p. 22). Observamos que Serra relata coisas simples e expõe a sua sensibilidade com riqueza em detalhes, assim, também, ocorre ao descrever o movimento diário

Homens de bombacha, culotes, ponchos, revólver nas guaiacas cômodas e seguras. Outros, de camisa de seda italiana, ternos de linho branco e creme HJ.110 e 120, tussor de seda, cor de palha, procedente do Japão e Itália. Mulheres sertanejas vestidas à moda do sítio, às vezes montadas a cavalo, chapelão de feltro e saias sobre calças de homem. Lindas mulheres trajadas elegantemente, enchendo a rua cabocla de charme e essências da França. Iam e vinham aranhas e troles tirados a dois cavalos, com cocheiros japoneses à boléia [...] (SERRA, 1989, p. 22).

Nota-se a entrada e a saída de migrantes e imigrantes, os detalhes que uma obra carrega, por inúmeras vezes, revelam dados voltados para construção e ocupação de um lugar, pessoas chegando e saído, constituindo as colônias e fixado moradia em Campo Grande. Tudo isso, são características da historiografia histórico-cultural e presença de uma identidade que estava sendo construída no Estado, uma crônica com informações de acontecimentos.

O círculo vicioso dessas características é observado, ainda hoje, em questões relacionadas, principalmente, a fauna e a flora, a população e aos costumes locais, bem como em diversas obras da literatura brasileira. Compreender a obra de Ulisses Serra depende tempo; consiste em leituras e releituras, pesquisas que podem tornar-se abrangentes demais. Partir do ponto historiográfico sociocultural, de 1872 em diante, é eficaz para compreender parte da obra.

Dessa forma, em suas as crônicas Ulisses revela uma série de peculiaridades por meio das variadas personagens, figuras ilustres, empresários, farmacêuticos, médicos da colônia japonesa, imigrantes que enriquecem a obra. Pela sensibilidade de Ulisses encontramos traços de humor e casos pitorescos com tons irônicos e críticas. A trama se perpetua em memórias dessa diversidade, envolvendo características físicas e psicológicas daqueles que formaram, vai muito além da construção de uma cidade, percebemos a identidade social. Todas essas particularidades que constituem essas crônicas são acontecimentos marcantes aos olhos de quem narra, e um verdadeiro arsenal de memórias para o leitor, pois, um povo sem memória não tem identidade.

Serra revelou-se um entusiasta em tudo que se envolvia; um homem simples, de lugar simples, isso o tornava grande. Em 30 junho de 1972, o escritor faleceu, nas palavras de Pontes (1981) afirma que “num dia muito triste, ele partiu. Toda a cidade, comovida, chorou-lhe a perda. A Câmara Municipal, com a pompa de sua histórica dignidade, velou-lhe o corpo, em seu saguão, onde a população, em longa e silenciosa fila, foi levar ao honrado filho o último

adeus” (SERRA, 1989, p. 9-10). Portanto, compreendemos o porquê sua obra agrada o leitor Serra olhou, escreveu, relato e registrou com sensibilidade os as informações de acontecimentos dando identidade e memória histórico-sociocultural a determinada sociedade: a Sul-Mato-Grossense.

2.3. Memória Cultural: uma perspectiva de identidade cultural regional

A identidade histórico-cultural de uma sociedade está a partir de suas memórias por meios de relatos informativos, oralidade ou escrita. Segundo Hugo Achugar (2006), em *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura* tece os seguintes argumentos, em relação à memória

[...] A investigação do passado como uma forma de recuperar/corrigir/“armar” a memória. A memória que organiza relatos e histórias. A memória que todos – ou quase todos – querem transmitir e contar, fazer sua, resgatar do esquecimento ou do silenciamento. A memória que todos – ou quase todos ou, talvez, só alguns – querem escutar. A memória que postula uma zona intermediária, um equilíbrio instável entre passado, presente e futuro. [...] A memória, enfim, como construção cultural do presente [...] (ACHUGAR, 2006, p. 222).

A esse respeito, ao fazermos os levantamentos de dados da pesquisa, percebemos uma perspectiva da memória cultural entrelaçada na literatura regional sul-mato-grossense. Nas considerações de Jacques Le Goff (1990), em *História e Memória*, afirma “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 476). Notamos que diversos escritores: Manoel de Barros, Lobivar Matos, Flora Thomé, Dora Ribeiro, Augusto César Proença, Brígido Ibanhes, entre outros autores regionais permearam em busca de uma identidade cultural em suas escritas.

Logo, o passado, como construção de uma identidade, seja está individual ou coletiva, como forma de sobrevivência cultural, para gerações futuras. Como já mencionamos, os autores da literatura regionalista sul-mato-grossense são adeptos as temáticas regionais, enaltecendo uma cultura popular por meio de suas raízes. Le Goff (1990), constata a identificação sociocultural, em mundo pós-moderno,

A aceleração da história, por outro lado, levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a moda retrô, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de

memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio (LE GOFF, 1990, p. 220).

Somos um Estado novo, quarenta e três anos de divisão das regiões Sul e Norte, relativamente, os escritores criaram uma tradição de memória cultural preso em suas raízes, expressando a construção e a identidade literária sul-mato-grossense por meio de temáticas: vida urbana, personagens ilustres, os municípios, o Pantanal explorando sua fauna e flora, toda essa valorização está ligada as memórias e recordações para uma sociedade.

Sendo assim, nos estudos de Maurice Halbwachs (1990), em *A memória coletiva* define dois tipos de memórias: coletiva e individual. E, contextualiza “a memória coletiva quando evocamos acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo” (HALBWACHS, 1990, 36). Em relação, a memória individual, Halbwachs atesta “[...] existe, mas ela está enraizada dentro de quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados” (HALBWACHS, 1990, 14).

Dessa maneira a memória coletiva são dos grupos sociais, individual são as lembranças e recordações de cada um, e estes aspectos dão características a memória cultural. No artigo *Romance Memorial (ou familiar) e Memória cultural: a necessidade de transmitir em “Um Defeito de Cor” de Ana Maria Gonçalves*, Zilá Bernd define

memória cultural incorporaria os elementos que pertencem à esfera do sensível e do simbólico e que escapam ao registro hegemônico do poder e sua tentativa de construção uma identidade nacional em termos de totalização. Há, portanto, um caráter político inegável na utilização do conceito de Memória Cultural (BERND, 2014, p. 16).

Assim, deduzimos que a Memória Cultural manifesta pela escrita de Ulisses Serra, pois ele recupera em *Camalotes e Guavirais* o passado relatando sobre a Guerras do Paraguai, e o presente com construção e a formação da capital Campo Grande/M.S, com registros de transmissões geracionais por tradição e à vivência, tais como as festas coloniais, objetos artísticas e textos literários.

Serra contribui de maneira significativa para nossa literatura tanto com sua obra memorialística cultural e como a criação da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, em 31 de outubro de 1971, a associação é um marco histórico-cultural e de representatividade para os escritores do estado. Em agosto de 2017, a Academia de Letras ganhou sede própria, localizada na rua 14 de julho, 4653, um projeto arquitetônico de encantar os olhos, e fez parte de um processo histórico-cultural de comemoração aos 40 anos de divisão do Estado. De acordo com

a jornalista Karla Tatiane, do site *Portal do Governo de Mato Grosso do Sul*, em 28 de agosto de 2017 afirma sobre a inauguração da academia

Como parte das comemorações dos 40 anos de criação do Estado, a Academia Sul-mato-grossense de Letras (ASL) ganhou a sua sede própria. É a primeira Academia de Letras do país a ter um prédio próprio construído pelo Governo do Estado, conforme foi diversas vezes citado durante a solenidade de inauguração. A sede própria da Academia Sul-mato-grossense de Letras foi construída pelo Governo do Estado, por meio da Fundação de Cultura, numa área doada pela família Metello, por isso o auditório recebe o nome de Inah Metello. Foram investidos no projeto R\$ 2 milhões. O prédio, de arquitetura moderna assinada por Otávio Loureiro e Helena Adri, possui auditório para 240 pessoas, biblioteca para armazenamento de 4 mil exemplares de livros e salas para as equipes técnicas e para os 40 acadêmicos titulares da ASL (TATIANE, 2017, n. p.).

No ano seguinte, Academia de Letras Sul-Mato-Grossense, no dia 05 de maio de 2018, recebeu seus familiares: a filha Marly, o neto Ulisses Serra Neto (Noninho), e seus bisnetos Ulisses de Almeida Serra e Clara Serra para prestigiaram o evento em homenagem a Ulisses Serra, o fundador da mesma, foi entregar a população um busto de bronze feito pelo artista Marcos Rezende, o monumento fica no hall de entrada da sede. Vejamos algumas figuras da solenidade:



Figura 4 – Sede da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. (Foto: Fernando Soares).

Fonte: Disponível em: https://cdn.acritica.net/img/pc/500/333/dn_galeria_imagem/2017/11/foto-07-a-nova-sede-da-academia-sul-mato-grossense-de-letras-e-de.JPG.

Acesso em: 10 set. 2021.



Figura 5 – Busto de Bronze do escritor Ulisses Serra. (Foto: Canal FestaeEventosTV)
 Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dzlsmaUq124&t=2s>.
 Acesso em: 10 set. 2021.

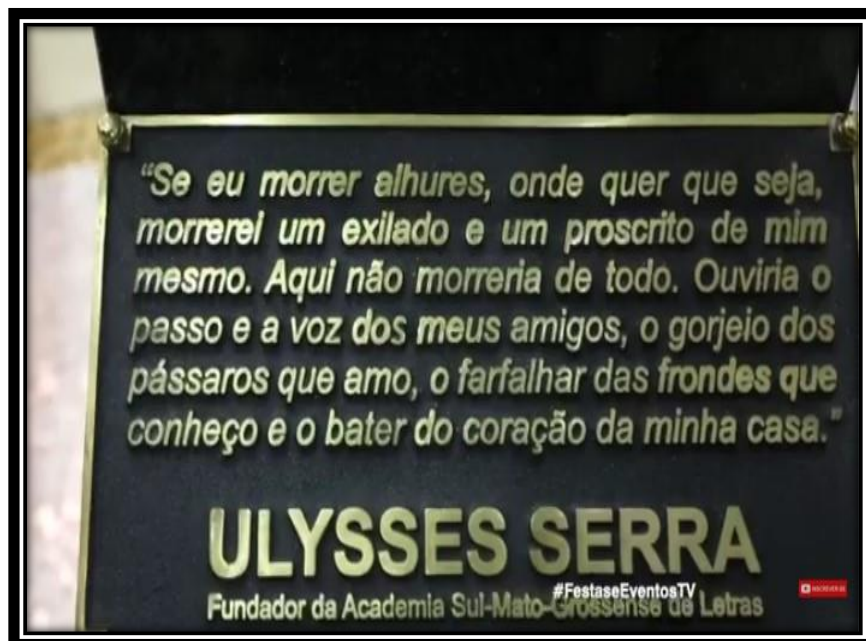


Figura 6 – Placa fixada ao Busto de Bronze do escritor Ulisses Serra. (Foto: Canal FestaeEventosTV)
 Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dzlsmaUq124&t=2s>.
 Acesso em: 10 set. 2021.



Figura 7 – Familiares do escritor Ulisses Serra, a filha Marli Serra, o neto Ulysses Serra Neto (Noninho, ao centro), e os bisnetos Ulisses Serra e Clara Serra. (Foto: José Marques)

Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dzlsmaUql24&t=2s>.

Acesso em: 10 set. 2021.

Utilizamos as figuras 4, 5, 6 e 7 acima, como forma de registro de informação, no sentido de futuramente contribuir em outras pesquisas, no que se refere à Ulisses Serra, a partir da historiografia literária regional sul-mato-grossense, isto é, relativamente um memorial histórico-cultural para o estado. Em entrevista à jornalista Glaucea Vaccari, do site *Correio do Estado* (09 de maio 2018), Ulisses Serra Neto (Noninho) recorda o avô ao relembrar “era criança quando o meu avô fundou a Academia, mas que ainda se lembra de quando, debaixo de um pé de abacate e em cima de um caixote, Ulisses Serra anunciou a criação da Academia de Letras e História de Campo Grande” (SERRA NETO, em entrevista à VACCARI, 2018, n. p).

Em outro momento, de memórias e recordações, Serra Neto lisonjeia à homenagem ao avô Ulisses Serra, em nome dos familiares,

Em uma das partes mais conhecidas de *Camalotes e Guavirais*, ele disse que se morrer alhures, ele não seria feliz, ele não morreria em paz. E aqui ele vai morrer justamente na sua casa, aqui ele vai imortalizar-se justamente na casa dos imortais: A Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, a casa de Ulisses Serra (SERRA NETO, em entrevista a VACCARI, 2018, n. p).

Serra Neto exalta a sensibilidade do seu avô com citação da passagem da crônica *Motivos de um título* (1989, p. 14). Conforme Hugo Achugar (2006) ressalta

Por isso, penso que no monumento está a chave. No monumento e naquilo que vem atrás daqueles que construíram o monumento. No monumento como signo que tenta vincular passado e futuro está a chave. No monumento, ou na lápide, que se supõe

avisará aos que vêm depois o que foi que aconteceu antes. No monumento como objetivação da memória (ACHUGAR, 2006, p. 168).

Em outras palavras, a homenagem feita para Ulisses Serra é uma forma de não ser esquecido, mesmo após sua morte, a nova geração saberá quem foi Serra, além de ser um convite para revistar o passado pela historiografia e resgatar os escritos memorialísticos culturais em sua obra.

Recorrendo Rosa e Nogueira (2011), na historiografia literária de Mato Grosso do Sul, alguns autores se destacam com obras propensas para valorização das riquezas naturais e culturais de Mato Grosso do Sul, buscamos, o historiador José Barbosa Rodrigues que publicou as seguintes obras: *Campo Grande Meu Amor* (1978), *Isto é Mato Grosso do Sul* (1978), *História de Campo Grande* (1980), e *História da Terra Mato Grossense* (1983) e *História de Mato Grosso do Sul* (1985), as quais representam a realidade da região Sul-mato-grossense essas obras descrevem a realidade sociocultural do estado, e tratam, inclusive, daquilo que o povo revela sobre o local, além de ser referência memorialística cultural.

Conforme Aleida Assmann (2011), em *Espaços da Recordação* atesta “A relação de uma época com seu passado repousa em grande parte, a respeito da relação dela com as mídias da memória cultural” (ASSMANN, 2011, p. 226). Isto é, estabelecer elementos que possibilitem o diálogo entre a história e a cultura, a multiplicidade cultural de Mato Grosso do Sul está ligada aos imigrantes e suas respectivas culturas. Assim, Stuart Hall (2020), em *A identidade cultural na pós-modernidade* explica

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possível, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente (HALL, 2020, p. 12).

Contextualizamos a questões identitárias e suas implicações, nossa identidade é multicultural, e nos rodeiam causado certas implicações culturais, isto é, o Sul-mato-grossense obteve a identidade com interferência de várias outras colônias que se instalaram na Capital e nas regiões, logo, temos uma diversidade cultural, uma perspectiva constante de fragmentação e deslocamento do indivíduo, por esta razão, a identidade social multifacetada será transformada continuamente.

Dessa forma, os escritores Sul-mato-grossense engajam em busca de uma identidade cultural de representação regional de cultura popular, e notamos pelo contexto narrativo das obras publicadas recorrendo o cotidiano, a natureza peculiar, os espaços arquitetônicos, a agropecuária, a fotografia são temáticas presentes nos objetos literários Sul-mato-grossense, na

perspectiva de atribuir uma identidade cultural literária sul-mato-grossense. Segundo Achugar (2020) afirma

a escrita dos excluídos não teve o mesmo poder que a dos habitantes privilegiados da “cidade letrada”, mas, nem por isso deixou de existir. Não só não teve o mesmo poder como também, em alguns casos, funcionou não como uma “escrita da resistência”, mas acompanhou o projeto hegemônico (ACHUGAR, 2020, p. 209).

Ressaltamos que este lugar de discurso literário são autores com ascensões sociais e de poderes são jornalistas, políticos, advogados, historiadores, pecuaristas, e exaltam suas memórias em temáticas pelos seus olhares, os quais estão inseridos, esquecendo os que estão a margem. Na concepção de Halbwachs “Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantendo com outros meios” (HALBWACHS, 1990, 51). Temos a memória influenciando a identidade sociocultural do indivíduo.

Na obra *Camalotes e Guavirais* (1989), as crônicas carregam certo grau de diversidade de temáticas contextualizadas, como um apanhado informativo em narrativas acerca das memórias individuais e coletivas de Serra. Enfatizamos que apesar da intercepção das duas “a memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, 1990, 53). A veracidade está pelo contar do cotidiano, citadino e metódico encontramos diversos recortes relacionados para críticas sociais. Na crônica *Vendetta Corsa* (1989) Serra escreve

No dia da retirada, Melo pretendeu atear fogo ao paiol de pólvora localizado na parte ocidental da vila. Meu avô, Francisco Barbato, ponderou-lhe sobre o perigo da medida, talvez de catástrofe para os que ficavam, na maioria estrangeiros. Obrigou-se a destruí-lo. Horas depois, Melo retornou e já o encontrou, com alguns homens que recrutara, jogando-a toda às águas do rio. Os paraguaios entraram pelo sul, em colunas de dois. Sua vanguarda se compunha de encarcerados de Assunção, seminus, cobertos somente de xiripá feito de sacos de sarapieira, cansados, sedentos, castigados pela marcha e pela soalheira. Pediam desordenadamente água, água, água. Solícitos, tomados de temor, meus avós passaram a tirar água límpida e fresca do algibe e a dessedentá-los. Nisto surgiu um oficial montado a cavalo, de rebenque em punho, descompondo uns e chicoteando outros, advertindo-os que entravam numa praça inimiga e aquela água podia estar envenenada. Violentemente arrebatou os baldes das mãos dos meus avós (SERRA, 1989, p. 79-80).

Embora Serra, seja o autor das crônicas e tenha vivenciado experiências de sua infância na fronteira de Corumbá, o contar dos relatos da entrada dos paraguaios em terras brasileiras é registrado por meio da memória individual e coletiva de seus pais e avós. Na concepção de Le Goff afirma,

Se a memória faz parte do jogo de poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade. Os abusos da história só são um fato do historiador, quando este se torna um partidário [...] (LE GOFF, 2003, p. 32).

Porém, como sabemos esses relatos podem ou não ser verdadeiros, entretanto, o autor deve ser imparcial em sua escrita, não olhar apenas a história do passado, e deve pensar na objetividade, e deixar contribuições essenciais para historiografia literária da sociedade e a construção da sua identidade cultural.

Pontuamos o estudioso Erivan Cassiano Karvat (2009), no artigo *Entre o cânone e a história: notas sobre historiografia literária: e escrita da história contextualiza*

O *conhecimento histórico*, ou a história como forma de conhecimento, articulando-se entre o vivido e o ensinado (portanto, entre história vivida e história ensinada), voltando-se à compreensão/interpretação, enfim, a construção de entendimento acerca do passado, caracteriza-se como *historiografia* e, portanto, como a própria escrita da história. A historiografia, então, manejando diferentes temporalidades, produz, assim, a própria inteligibilidade sobre a história vivida, tornando a história toda história sinônimo dessa expressão. A escrita da história apresenta-se, conseqüentemente, como possibilidade privilegiada de conhecimento sobre o já vivido (KARVAT, 2009, p. 119).

Sabemos, que em meio a essa diversidade de narrativas está presente a memória cultural com manifestações históricas sincrônicas, então, percebe-se que o tempo é elemento fundamental para a atividade de leitura proposta. Sendo necessário mergulhar nos textos e na história para obter uma nova leitura, por meio da (re)visão, (re)interpretação e (re)construção de eventos relacionados aos fatos narrados do passado que estão sendo contextualizados no presente. Na perspectiva de recomposição das memórias para dar sentido à memória histórica: “Supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a “memória coletiva”, de outro, aquela que recompõe magicamente o passado” (HALBWACHS, 1990, p. 14-15) no intuito desses relatos e registros de informações sejam incorporados em nossa sociedade.

Aproveitando Rosa e Nogueira (2011, p. 328) pontuam outros autores que fazem parte da historiografia literária, a respeito, a pesquisa histórica, biografia e memorialismo Hildebrando Campestrini publicou *A saga da divisão* (1989), em parceria com João Pereira da Rosa, *Breve memória da justiça sul-mato-grossense* (1989) e *História de Mato Grosso Sul* (1941), os dois últimos em parceria com Acyr Vaz Guimarães, lembramos, também, que aspectos históricos do desenvolvimento da região sul-mato-grossense são desvendados na obra serrana.

Rosa e Nogueira (2011) compreendem que a literatura regionalista inspira, norteia o

todo, e é imanente ao sujeito. E acrescentam

Sérgio Cruz publicou *Memorial divisionista; Guerra ao contrabando; Pantanal: estado das águas e Datas e fatos históricos do Sul de Mato Grosso*. Lécio Gomes de Sousa deixou *História de uma região: Pantanal*, em que percorreu a região do Pantanal, a partir de sua pré-história. Lori Alice Gressler escreveu *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque ao município de Dourados*. Outras obras importantes nesse setor são: *Educação e História em Mato Grosso 1717-1864*, de Gilberto Luiz Alves, *Mato Grosso 1817-1840: o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província e Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*, de Valmir Batista Corrêa; *Corumbá, um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso: 1870-1920*, de Lúcia Salsa Corrêa e *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste Brasil, 1904-1981* (1997), de Paulo Roberto Cimó Queiróz. Henrique de Melo Spengler e Marcos Paulo Carlito publicaram importante obra intitulada *Porto Murtinho: história e cultura* (ROSA E NOGUEIRA, 2011, p. 328-329).

As temáticas das obras acima são fatores relevantes para a compreensão do desenvolvimento e da cultura da região centro-oeste, situando no tempo os acontecimentos, bem como a memória cultural Sul-mato-grossense. Essas informações, dentro do tempo e do espaço do discurso na narrativa, envolvem o leitor, dirigindo-o para o centro das ocorrências.

Com relação a esse fato, para as escritoras Rosa e Nogueira (2011) é sem dúvida uma das inúmeras publicações da região centro-oeste que encontram estímulos nas identidades culturais, as quais sobrevivem pelo dinamismo e desprendimento de líderes que se dedicam a Arte, Literatura e Culturas diversas. Assim como Artistas destacados: Maria Adélia Menegazzo, Idara Duncan, Yara Penteado, Humberto Augusto Miranda Espíndola, Alice Hellmann, Anas Ruas, Isaac de Oliveira⁴ e Heron Zanatta⁵.

Portanto, essa identidade sociocultural, também, é a memória cultural vinculada à sensibilidade social, isto é, o reconhecimento, a luta e recomeço. A história da criação, ou formação, e desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, a passagem pelas transformações, enriquece infinitamente o local geográfico concernente a ele, enriquecendo a sociedade, uma busca e conquista constante da memória cultural dispendo à referência da formação territorial e identidade sul-mato-grossense.

No capítulo III, iremos aprofundar neste assunto da memória cultural, por meio das análises de duas crônicas que estão publicadas em *Camalotes e Guavirais*, de Ulisses Serra. A primeira, *Quem ergueu o primeiro racho?*, e a segunda, *A Rua do meu tempo*. Vamos articular as questões levantadas no intuito de buscamos as lembranças e recordações, por meio da memória sociocultural de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

⁴ *in memoriam*

⁵ *in memoriam*

3. HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA EM CAMALOTES E GUAVIRAIS

3.1. A perspectiva da memória histórica na tradição oral sobre os fundadores, em *Quem ergueu o primeiro rancho?*

A perspectiva da crônica em questão de conceito tem a característica de um registro histórico, por meio disso autores aproveitaram para registrar os relatos e fatos dos acontecimentos, a crônica tem um teor memorialístico, primeiramente, uma memória individual, e posteriormente, avança para uma memória coletiva, com relatos históricos na tradição oral, que instiga a curiosidade do leitor.

Historicamente, a construção da cidade precisa de seus fundadores, segundo as historiadoras Lori Alice Gressler, Luiza Mello Vasconcelos, e Zelia Peres de Souza Kruger (2008) afirmam que,

A história de uma cidade, por exemplo, inicia-se com seus fundadores e depois vai sendo, no cotidiano, construída coletivamente pelos que nela moram. O estudo do passado possibilita a compreensão da realidade de hoje. Isto é a história. A história é como nossa memória. Sem memória, não temos identidade. Não sabemos quem somos, quem são nossos pais, onde moramos. Um povo que não preserva a sua história é como uma árvore sem raízes: qualquer vento a tomba. É através das raízes que a árvore obtém seu alimento. Assim, também, a compreensão dos fatos e acontecimentos atuais depende do conhecimento do passado (GRESSLER, VASCONCELOS, KRUGER, 2008, p. 8).

Dessa forma, ao relacionamos o registro de relatos passado, buscamos Serra (1989) que disponibiliza informações referentes as ocorrências históricas das regiões Sul e Norte de Mato Grosso, em sua obra. A narrativa primordial do acontecimento leva a discussão e comprovação dos fatos, a partir das informações dos jornais e revistas da época, publicados por ele em periódicos da cidade. O discurso literário gera um enredo da narrativa, no qual os sujeitos são situados em lugares como campos verdes, verdes dos cerrados, nas confluências dos arroios, a própria natureza localizada ao perímetro rural, e posteriormente, ao perímetro urbano.

Alisolete Weingärtner (1995) afirma que a instabilidade econômica, política, e a decadência das minas de ouro, proporcionaram o aumento da migração, em busca de outros lugares com terras férteis para o plantio, sendo a região Sul explorada,

No século XX, a decadência das minas de ouro de Cuiabá, de Minas Gerais e outras localidades provocam nestas Províncias instabilidades políticas e econômicas. Estes

fatores possibilitam a migração de cuiabanos, goianos, mineiros, paulistas e gaúchos para o Sul de Mato Grosso. Estes novos bandeirantes vêm atraídos pela fertilidade do solo, pela grande quantidade de gado bovino nos campos de Vacaria e Pantanal, e fundam núcleos populacionais ou reativam outros. Após a Guerra com o Paraguai intensifica-se a migração para o Sul de Mato Grosso. Em 1872, José Antonio Pereira acompanhado de dois filhos e mais alguns homens saem de Monte Alegre, Minas Gerais, de onde outros já haviam saído, rumo às terras do Sul de Mato Grosso (WEINGÄRTNER, 1995, p. 4).

Alisolete, aponta que o rancho pode ser de José Antonio, pois chegaram nas terras, em 1872. A respeito sobre o assunto de procurarem novas terras, Celso Costa (1999), em *Evolução urbana* pondera

Mesmo depois, quando aventureiros brasileiros passaram a buscar novas terras para se instalar com suas famílias, a região serviu como passagem para os Campos de Vacaria. Jamais alguém havia atentado para a privilegiada posição geográfica do lugar que, mesmo nos primórdios da pátria, significava um pólo de invejável posição para apoio das expedições, pousada das tropas e sua subsistência. O acaso, nada mais que o acaso, gerou a parada e a decisão de José Antônio Pereira em estabelecer aqui o seu rancho e dar início à criação de um povoado, convencido apenas pela riqueza do solo e a beleza do lugar. Seu verdadeiro destino seria, como o de outros mineiros, os Campos de Vacaria, já habitados e com segurança de apoio dos vizinhos mais próximos que por lá encontraria (COSTA, 1999, p. 71-72).

Dessa forma, Costa observa que José Antônio encanta-se pela região, e futuramente, será o fundador de Arraial de Santo Antonio de Campo Grande, a figura 8 abaixo, representa os primeiros ranchos construídos, mas ninguém esperava era o desenvolvimento promissor do vilarejo,



Figura 8 – Propriedade rural típica do início do século XX. (Foto: Arquivo/ARCA).

Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>.

Acesso em: 17 set. 2021.

Atentamos ao local, simples, rural e a imensidão dos campos atrás da casinha, em relação ao espaço, Moisés (2007) explica “se regional ou sertaneja, o cenário será a própria Natureza, concebida como a soma de objetos que a mão do homem não transformou” (MOISÉS, 2007, p. 107-108), logo, o espaço relacionado ao cenário/local específico do princípio de tudo com a chegada dos primeiros pioneiros, em busca de novas terras e foram fixando moradia na região, em 1872. A crônica de Ulisses o espaço é o meio rural, e depois com desenvolvimento da cidade, passa ser registrada na parte urbana.

O leitor vai sendo conduzido pelos olhos do autor na descoberta, portanto, esse autor pode fazer o que quiser na crônica mentir, aumentar, inventar, esconder, mas o leitor pode ou não confiar nele. Sendo assim, Serra guiam-nos para as histórias das cidades de Corumbá e Campo Grande.

Na historiografia literária da fundação de Campo Grande, após a Guerra do Paraguai que terminou em 1870, devido a morte do governador do Paraguai Solano López. Os migrantes e imigrantes de várias regiões tanto do país como de fora, buscavam novos lugares para melhores oportunidades, e como sabemos tivemos contribuições culturais, que influenciaram em nossa formação de identidade cultural.

Eis a crônica, *Quem ergueu o primeiro rancho?*. A pergunta que deixou várias pessoas curiosas em,

Campo Grande surgiu em meio a um imenso vazio demográfico e não teve os seus primórdios assentados nos registros públicos e narrados nas gazetas de cidades próximas. Só a tradição oral, passível de distorções involuntárias, deles nos dá notícias. Isso levou Vespasiano Martins a dizer, em de agosto de 1943, em atraente conferência pronunciada no Rotary Club da nossa cidade, que “há muita lenda, muito erro, já de difícil demolição” (SERRA, 1989, p. 15-16).

Na adequação discursiva da crônica *Quem ergueu o primeiro rancho?*, nota-se que os fundamentos dos fatos diante das controvérsias são formuladas de forma pausada, descritiva, melhor dizendo, em tempo histórico, por meio da memória social. A história local da fundação de Campo Grande, levanta certa curiosidade de quem chegou primeiro, quem foi responsável pela primeira plantação, o primeiro rancho, devido uma conferência discurso de Vespasiano Martins, no Rotary Club, geraram discussões e polêmicas.

Vespasiano Barbosa Martins, em 1943, já tinha levantando a suspeita que quando José Antonio Pereira, os dois filhos e alguns homens quando chegaram na cidade, já estava habitada por outro morador. A respeito desse assunto, Vespasiano Martins, em 1964, publica um artigo, no *Jornal Correio do Estado*, expondo quem chegou primeiro. Serra (1989) relata que uma epopeia não se realiza sozinho, vamos aos fatos,

Já Vespasiano Martins, dono de admirável memória e convicção no que afirmava, não compartilha dessa opinião, quando assegurava: “O certo, o seguro, porque ouvi de velhos moradores desta região, uns já mortos, outros ainda vivos, é que o primeiro rancho, quem o fincou dentro do hoje rocio de Campo Grande, foi o esperto poconeano João Nepomuceno.” E prossegue: “Ele deve ter vindo para aqui, aí pelo ano de 1870 ou 71, pois quando Antônio Gonçalves Barbosa aqui passando, vindo do Sucuriú, quando da invasão paraguaia, passou no rancho de João Nepomuceno.” É ainda setembro de 1964, que explica: viajava de Campo Grande para Rio Brillhante, a cavalo, em companhia daquele seu tio, arrojado, desbravador do sul-mato-grossense e este lhe contou, em longa conversa, como conhecera João Nepomuceno (SERRA, 1989, p. 16).

Consequentemente, ainda não foi comprovado e nem localizados documentos oficiais que registram João Nepomuceno, como primeiro morador da cidade, vamos conhecer sua pequena história

‘João Nepomuceno Ferreira, cuiabano destemeroso, era posseiro, vindo de Nioaque, pouco antes dos canhões cessarem fogo nas margens do Aquidabã. Negociado o sítio, José Antônio Pereira e seus companheiros iniciaram imediatamente a ereção das primeiras moradas toscas de sapé, espalhadas à toa pelas margens dos dois arroios.’ (Folha da Serra, 1933, citado por SERRA, 1989, p. 17).

Contudo, os apontamentos dos estudos da memória coletiva de forma distinta apontam para a necessidade de conhecer o passado, a fim de compreender o presente. Aleida Assman (2011) pelos estudos de referenciais do sociólogo Maurice Halbwachs afirma que

A memória coletiva assegura a singularidade e a continuidade de um grupo, ao passo que a memória histórica não tem a função de asseguarção identitária; as memórias coletivas, assim como os grupos sociais aos quais estão vinculadas, existem sempre no plural; a memória histórica, por sua vez, constrói uma moldura integradora para muitas narrativas e existe no singular; a memória coletiva obscurece ostensivamente as mudanças, ao passo que a memória histórica é nelas que se especializa (ASSMAN, 2011, p. 144-145).

Isto é, Vespasiano Martins em seu argumento apoiado na tradição da oralidade e na memória coletiva: velhos moradores e de seu tio Antônio Gonçalves Barbosa, para justificar o primeiro morador seria João Nepomuceno. Temos a representação da memória compartilhada por mais de um sujeito, ou seja, a memória coletiva realizado a recuperação das lembranças do passado, principalmente, pelos velhos moradores.

Sendo assim, várias discussões foram feitas, em questão do primeiro morador de *Campos de Vacarias*, José Antonio Pereira ou João Nepomuceno. Figura 9 do possível artigo publicado, no *Jornal Correio do Estado*, de Vespasiano Martins,



Figura 9 – Artigo Vespasiano Barbosa Martins sobre primeiro morador da cidade (Foto: Mídia Max).
 Fonte: Disponível em: https://midiamax.uol.com.br/media/_versions/legacy/2018/08/Novo-Projeto-3_widelg.jpg.
 Acesso em: 15 set. 2021.

A figura 9 do artigo é uma relíquia para documentação histórica e foi publicada no jornal, porém são fatos e relatos que não sabemos se o autor foi realmente atrás dos acontecimentos, pois são relatos orais. Segundo o jornalista Guilherme Cavalcante, matéria intitulada #CG119: *acervo de Vespasiano reacende 'polêmica' sobre primeiro morador de Campo Grande*, do Site Mídia Max, em 22 de agosto de 2018, afirma

Mas uma relíquia com valor histórico considerável, salvaguardada pelo IHGMS (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul), e que encontra-se em processo de Segundo os documentos de autoria de uma das figuras históricas mais relevantes do Estado, Vespasiano Barbosa Martins, os primeiros habitantes do “arraial” teriam sido um homicida em fuga e sua esposa: João Nepomuceno e Maria Abranches (CAVALCANTE, 2018, n. p.).

Algo que deixa os moradores com dúvidas, porém não deram importância para tal acontecimento. Na crônica, Serra frisa que Vespasiano Martins realiza uma longa descrição categórica de como conheceu o casal pioneiro, ao narrar,

Leiamos o próprio articulista, reproduzindo as palavras singelas e amenas do seu informante: Veja menino, como esta Campo Grande tem crescido. Por volta de 1872, depois da Guerra do Paraguai, eu já de novo no Passatempo, de volta do Sucuriú, onde estivemos todo o tempo da Guerra, refugiados, estive aqui pela primeira vez. Andava à cata de dois cavalos, que me haviam roubado, e, de volta, das bandas do Coxim, aqui cheguei já à tardezinha e ali onde se juntam os córregos Prosa e Segredo dei com um casal que estava acabando de construir um rancho com parede de pau-a-pique, coberto de folhas de coqueiro e o piso de terra batida (SERRA, 1989, p. 16).

Para assegurar sua afirmação, relata que o rancho tinha acabado de ser construído, e descreve-o. Além disso Vespasiano Martins, afirma em seu artigo que o seu sogro Bernardo Franco Baís, nomeado como primeiro juiz de paz, deu ao casal a primazia como os primeiros moradores “atribui àquele solitário casal a primazia do primeiro teto aqui erguido” (SERRA, 1989, p. 17). A atração pelos fatos, acontecimentos e relatos de quem foi o real fundador chamaram atenção de Emílio Garcia Barbosa acrescenta,

Atraído pelos fatos d’antanho, Emílio Garcia Barbosa vos coletou em quatro ou cinco livros. E, em OS BARBOSA EM MATO GROSSO (p. 64), reproduz a mesma narrativa feita pelo sertanista Antônio Gonçalves Barbosa a Vespasiano Martins. Cruzou pelo rancho de João Nepomuceno e Maria Abranches à procura de cavalos roubados. Recebeu alimentos e pousada. E conta Emílio: “Gostou tanto que, de volta, foi novamente ali pernoitar e conhecer melhor o casal, achando-o radicado com amor ao lugar.” Mais tarde o mesmo historiador, com seu entusiasmo de magnífico vacariano, chega a chamá-lo “guerreiro crioulo de Poconé” e, exaltando-o, diz: “Glória e não pouca tem Nepomuceno que foi a chave, o causador da parada de José Antônio.” (Esboço histórico e divagações sobre Campo Grande, n. d., citado por SERRA, 1989, p.18).

E posteriormente, outro relato com forma de estabelecer relação com o passado por meio de registros fotográficos e relatos, como o gerente Benedito Leitão, do periódico *O Progressista* (outubro de 1939), fundamenta o seguinte,

A publicação é de fundo comercial, valoriza-a, porém, um magnífico trabalho de Peri Alves de Campos, médico, poeta e escritor. Perquiriu ele arquivos e ouviu velhos moradores, catalogou informações e velhas fotografias no propósito de um dia lançar um livro sobre o passado da cidade. Nesse trabalho diz ele: “na tarde de 21 de junho de 1872 José Antônio Pereira aqui fez pouso e foi recepcionado por João Nepomuceno.” Acrescenta que ‘mal se refizera de suas energias à sombra do rancho de Nepomuceno, que aqui vivia à margem da estrada, foragido, não da justiça, mas de poderoso 44, de Camapuã, onde cometera algumas estripulias, deixou-se encantar com as possibilidades das cercanias (...)’ (SERRA, 1989, p. 18).

Peri Alves aprofundou as pesquisas sobre primeiro fundador, coletou relatos, informações e fotografias como fonte de pesquisa historiográfica. Em conformidade com, Le Goff “a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 1990, p. 466). E por fim, Vespasiano atribui ao artigo o relato de J. R. de Sá Carvalho, o qual confirmava os outros relatos já citados,

Afirma mais, talvez por ter ouvido de Domingos Barbosa Martins, que o desbravador de sertões foi morrer tuberculoso em Araxá. Creio que não buscara Minas por temor dos parentes de Joaquim Mota, como se insinua, a quem assassinara na sua fazenda do Varadouro, nem mesmo acochado pelo mal que o vitimara. Se era um homem caladão e taciturno, era também quase nômade, sem fixar-se em parte alguma, ávido

de palmilhar novas estradas, vadear rios, escalar serras e embrenhar-se pelos penetrais (SERRA, 1989, p. 17)

Vespasiano diz que pesquisou, escutou vários relatos e publicou. Porém Vespasiano deixou entender em seu artigo, que Nepomuceno pudesse estar foragido, e que não voltaria para Minas, devido ter matado um homem, com revólver calibre 44, e estava escondido pelo cerrado, sem uma residência fixa, um nômade.

Outro relato, foi a publicação póstuma do artigo, do professor João Evangelista Vieira de Almeida, no *Jornal Correio do Estado*, de 26 de agosto de 1966, intensificado os relatos de que, possivelmente, seriam o casal João Nepomuceno e Maria Abranches os fundadores,

Nesse artigo diz ele que “quer concorrer para dirimir a controvérsia” e categórico escreve: “José Antônio Pereira e seu filho Antônio Luís Pereira já em 1872 haviam estado nestas paragens onde encontraram João Nepomuceno, caboclo poconeano aqui residente com sua branca companheira Maria Abranches ou Abrantes, como querem alguns. Moravam num amplo rancho coberto de folhas de palmeira, provavelmente de buriti (a tradição diz que de acuri, palmeira não muito comum nesta região), aí tinham posto roça de cereais logo ampliada com auxílio de José Antônio Pereira e seu filho que propuseram sociedade nas plantações a João Nepomuceno” (SERRA, 1989, p.18).

E tratando-se de memórias coletivas, eis aqui uma que rende sempre uma boa conversa em debates acalorados da história local, quem ergueu o primeiro rancho? Mas, as informações que temos são dos historiadores, e para reconstituir esse passado o historiador precisa de fontes, Edward Hallet Carr (1982), em *Que é História?* pondera que “os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que se possa fazer qualquer uso deles: o uso que se faz deles é, se me permitem colocar dessa forma, o processo do processamento” (CARR, 1982, p. 42).

Nos fragmentos citados relatam, que o primeiro morador seria Nepomuceno, devido a característica de memória social, e a partir dela criamos uma memória cultural, que é a construção de identidade. A respeito do reconhecimento dos pioneiros em relação a história local, Aleida Assman representa a conscientização e o debate entre a “ruptura e o esquecimento” (ASSMAN, 2011, p. 57), isto é, das memórias e das recordações, em diversos pontos, dentre eles, na validação da formação identitária local.

Na literatura, conto, crônica ou qualquer outro gênero, o ato de trazer à tona algum tipo de lembrança também se faz memória, pois provoca as lembranças, sendo assim, é a arte de não cair no esquecimento.

Há uma enorme distância entre o lamento da impermanência do mundo, de um lado, e a percepção da mudança histórica, de outro. Uma dimensão importante em que a mudança cultural pode ser experimentada empiricamente é a mudança linguística. Por

isso, não raro a consciência história começa com uma conscientização sobre a mudança linguística. Os ritmos da mudança tornaram-se mais breves e puderam ser registrados no próprio tempo de vida de uma única pessoa. Assim, justamente a escrita, uma pretensa garantia de durabilidade, acabou por tornar-se um *médium* que evidenciava a mudança linguística de forma patente (ASSMAN, 2011, p. 55, grifos da autora).

Os recursos orais, de modo geral, enriquecem e valorizam a escrita que revela a diversidade de relatos históricos e inúmeras vezes em forma de memórias afetiva. Dessa forma, a escrita fica como registro de recuperação do passado por meio da memória. Esse artifício faz com que o leitor explore o universo multissemiótico da obra na sociedade representada, imagetivamente pela multiplicidade de símbolos que são reconhecidos no ato da informação, seja ela, escrita ou oral. Conforme Assman explica,

Arquivos podem ser organizados tanto como memórias funcionais quanto como memórias de armazenamento; no primeiro caso, eles contêm documentos e peças comprobatórias que asseguram a base legitimadora das relações de poder vigentes; no outro caso, revelam fontes potenciais que perfazem o fundamento do saber histórico de uma cultura (Assman, 2011, p. 438).

Dessa forma, citamos o exemplo: Quando Vespasiano Martins encontra o rancho de João Nepomuceno, pela representação, ele reconstrói os aspectos sociais, físicos das personagens da crônica em relação ao casal João Nepomuceno e Maria Abranches, e contextualiza: “Agora vem o retrato dos seus donos: “Tratava-se de João Nepomuceno e Maria Abranches. Ele poconeano e ela de Faxina, no Estado de São Paulo. Ele era alto, magro, de pouca prosa; ela, branca, baixota, gorda e muito alegre” (SERRA, 1989, p. 17).

Essa representação das características físicas das personagens são registros e informações para a memória, no caso, para Vespasiano era por memória individual, a partir do seu compartilhamento, e busca de informações, relatos, e a publicação de seu artigo, cria-se uma memória coletiva que será fonte histórico cultural.

Ao pesquisarmos sobre a história dos fundadores de Campo Grande, encontramos reportagens, sobre possíveis outras versões dos primeiros moradores da Vila de Campo Grande. A matéria da jornalista Mikaele Teodoro, intitulada *Na terra do agronegócio, versão de ex-escrava fundadora não é bem-vinda*, do Site *Mídia Max*, em 25 de agosto de 2015, lemos à entrevista da tataraneta de Eva Maria de Jesus, a Tia Eva, e presidente da Associação dos Descendentes de Tia Eva, Lúcia da Silva Araújo explica que “Sempre nos falaram que quando José Antônio Pereira chegou por aqui, ‘não havia nada’, só uma comunidade negra nos altos do São Francisco. Esta comunidade só pode ser a nossa. Foi a Tia Eva que fixou o povoado na região” (ARAÚJO, em entrevista à TEODORO, 2015, n. p.).

Segue figura 10, abaixo,



Figura 10 – Igreja de São Benedito – Comunidade Tia Eva (Foto: Mídia Max).

Fonte: Disponível em: https://midiamax.uol.com.br/media/uploads/legacy/2015/08/arquivos_MG_1151PQ.jpg. Acesso em: 15 set. 2021.

A figura 10 acima, representa a promessa de Tia Eva em ser curada e ocorrer tudo bem durante à viagem em busca das novas terras. De acordo com Lúcia da Silva (2015) devido ao preconceito racial existente nos dias atuais, imagine reconhecerem um povoado de ex-escravo como fundadores de uma cidade, quando soube da pauta da reportagem, Lúcia convidou-os a serem ouvidos, convocando “os mais antigos” para representar uma possível discussão calorosa.

Mas, a partir de pesquisas relacionadas a esse fato da Tia Eva, encontramos na *Revista ARCA* (1995), em *Festa de São Benedito: A fé de Tia Eva*, matéria da historiadora Doralice Martins afirma que,

Eva Maria de Jesus Vida, nasceu em Mineiros, Goiás. Em 1847. Quando a Lei Áurea foi assinada, em 1888, ela estava com 41 anos de idade e nunca soube quem foram seus pais. Com uma chaga na perna direita, que a medicina da época não conseguiu curar, partiu de Mineiros em 1905 à procura de um bom lugar para recomeçar a vida. Vinha num carro puxado por dois bois e trazia suas três filhas ainda crianças: Sebastiana, Joana e Lázara. Sobreviveu às dificuldades do caminho enfrentando a fome e as doenças da época. Trazia consigo uma imagem esculpida em madeira de São Benedito, seu protetor e a quem havia feito promessa que construiria uma capela em sua homenagem quando fosse curada da chaga na perna. Já curada, chegou à Vila de Campo Grande no mesmo ano de 1905. Para se fixar escolheu uma área afastada do centro, nos altos do atual Bairro São Francisco, onde construiu um pequeno rancho e começou a nova vida (MARTINS, 1995, p. 55).

É importante lembrar, e novamente, observamos que as pesquisas são por meios da tradição oral, as informações históricas passada pelos antepassados, e que irá perpassar de geração em geração. Nas ponderações de Ecléa Bosi (1994), em *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos* comenta,

Há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos têm de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás essas coisas, como desnecessárias. Esta força, essa vontade de revivescência, arranca do que passou seu caráter transitório (BOSI, 1994, p. 74).

A memória cultural tem enorme contribuição pelos relatos dos idosos, Ecléa aponta que é uma função dos idosos lembrar. Ao analisamos, os fragmentos acima, destacamos “dono de admirável memória”, “convicção no que afirmava”, “porque ouvi de velhos moradores”, “em longa conversa”, “os mais antigos”; temos a presença da tradição oral estabelecendo um vínculo entre à memória e o resgate do passado.

Frisamos, novamente, que não foram localizados documentos, e não foi comprovado registros oficiais que João Nepomuceno, sua esposa Maria Abranches, ou Eva Maria de Jesus (Tia Eva) foram de fatos os primeiros moradores da Vila de Campo Grande. A história de quem ergueu o primeiro rancho, foi toda traçada pela tradição oral ou história oral, e contada pelos mais velhos.

Em relação ao assunto Weingärtner (1995) afirma,

A história oral admite que José Antonio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo, ela aponta, também, a existência de uma comunidade negra, no Cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea à chegada dos primeiros desbravadores descendentes dos portugueses. Entretanto, esta mesma história oral reconhece que José Antonio Pereira, falecido em 1900, influenciou nos primeiros tempos a sistematização da ocupação do povoado. Ele dirigiu e orientou as demarcações das posses, procurando harmonizar, os interesses daqueles que pretendiam se fixar no vilarejo (WEINGÄRTNER, 1995, p. 5).

Na concepção de quem seria o primeiro rancho, o que temos são registros orais, mas é a versão histórica oficial, a qual é ensinada nas escolas, contada nos livros, e passada de geração em geração, principalmente, contada pelos mais velhos. Ao lermos sobre fundação Ulisses Serra registra a informação, do bisneto, de José Antônio Pereira, o qual fala,

Epaminondas Alves Pereira, bisneto de José Antônio Pereira, estudioso dos fatos ligados à fundação de Campo Grande, em artigo publicado em O JORNAL DO COMÉRCIO, aqui editado, de 26 de agosto de 1966, reproduzido em plaqueta,

defende para seu glorioso ancestral esse privilégio. Afirma que quando José Antônio regressava a Monte Alegre, em busca da família, conheceu João Nepomuceno, em Camapuã, mandando-o zelar da posse que aqui fizera e deixara. Não diz das compensações que para isso teria tido o poconeano (SERRA, 1989, p. 16).

Epaminondas reconhece seu bisavô como fundador do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande, e que José Antônio Pereira e João Nepomuceno fizeram um acordo, com intuito João cuidar das terras e das plantações, enquanto José Antônio Pereira regressava para Monte Alegre de Minas, com finalidade de buscar seus familiares. Conforme Abílio Leite Barros (1999), em *Crônicas de uma vila centenária* depois da argumenta,

Em 1872, 21 de junho, na confluência de dois córregos⁶, chegava a comitiva de José Antônio Pereira, então com 47 anos. Acompanhava-o um filho, de 17, Antônio Luiz Pereira, dois escravos e um guia, o cuiabano Luiz Pinto Guimarães. Saíram de Monte Alegre, povoado do Triângulo Mineiro, atravessando o rio Paranaíba em direção a Jataí de Goiás. Entraram em território mato-grossense passando por Baús em busca de Camapuã, pequeno povoado criado pelos bandeirantes (próximo de ruínas da antiga missão jesuíta) como apoio às monções. [...] (BARROS, 1999, p. 20).

A afirmação de Abílio Barros, coincide parcialmente, com as informações do bisneto do fundador, Epaminondas aponta que o bisavô encontrou o poconeano ao “regressar” para Monte Alegre. Sendo assim, recorreremos a crônica de Serra, João Nepomuceno e Maria Abranches ficaram responsáveis por cuidar do rancho para José Antônio,

Um dia chega, de Monte Alegre, José Antônio Pereira com o seu filho Luís e mais dois camaradas. Buscava o intrépido mineiro dilatadas terras para fixar-se. Comprou o rancho do poconeano, plantou mais para sua volta e deixou-o encarregado da posse. Regressou a Minas para buscar a família (SERRA, 1989, p. 18-19).

Consequentemente, a história do fundador e do rancho tem tantos outros relatos e informações, como já registramos acima, mas, tanto Epaminondas, bisneto de José Antonio, como João Nepomuceno pelas histórias não “comprovam” tal compra de terras, e sim que cobraria por zela-las até José Antonio regressar com família. Segundo Valério d’ Almeida, campo-grandense atesta “ao amanhecer do outro dia José Antônio procurou entrar em negócios com o solitário morador que ali vivia, trocando com boiadeiros os provimentos da sua parca agricultura” (SERRA, 1989, p. 17), o aspecto histórico é a ligação da memória coletiva, por meio de informações orais coletadas.

Seguindo, o tempo histórico, José Antonio regressou para buscar sua família em Monte Alegre,

Dois anos e meio se passaram e não regressava e o zelador dele não tinha notícias.

⁶ Confluências Córregos Prosa e Segredo.

Seguramente estava ocupado no minucioso apresto da viagem, definitiva e longa que teria de empreender. João Nepomuceno e Maria Abranches esperavam. Porfiavam em cumprir o que haviam prometido. Vegetavam no ermo como se fosse também árvore, segregados do mundo pelas distâncias e em volta deles cobras, feras e índios (SERRA, 1989, p. 19).

Essa distância e a segregação ao compararmos aos relatos de Vespasiano Martins Benedito Leitão, J. R. de Sá Carvalho pode estar ligado ao fato de querer se esconder de algo, no caso tinha assassinado uma pessoa. Recorremos a crônica, João Nepomuceno, ainda aguarda, e assim, passados dois anos e meio, e sem notícias, zelando a propriedade e esperando por José Antônio, apareceu outro mineiro no rancho, Manuel Vieira de Sousa,

Um dia, depois de longa espera, apontaram carretas no verde do cerrado. Traziam homens, mulheres e crianças. Devia ter sido de eufórica algazarra a alegria dos que chegavam e maior daquele casal de solitários. Não era José Antônio Pereira! Mas outro desassombrado mineiro que também buscava terras, também queria afazendar-se e plantar povoados. Era Manuel Vieira de Sousa. João Nepomuceno, então, não lhe vendeu propriamente a posse, cobrou-lhe o zelo, como repetidamente frisou e o registra um cronista. Vende-lhe a última colheita, que sendo a última e de produtos de lavoura do ciclo de um ano, só poderia ser da sua própria enxada. Por tudo recebeu trinta mil-réis, equivalente apenas a cinco ou seis vacas, e ainda pactuou que se um dia chegasse José Antônio Pereira a ele Manuel Vieira deveria entregar a mesma quantia a título de indenização (SERRA, 1989, p. 19).

João Nepomuceno negocia às terras de José Pereira, com o mineiro Manuel, o qual queria comprá-las, Nepomuceno nega-lhe a posse, pois já havia um dono, e ressalta que caso o verdadeiro dono voltasse, eles deveriam devolvê-la a José Antônio. Pela crônica não se percebe algo material, isto é, relatos de registro de documentos, apenas acordos pela oralidade, em outras palavras, um juramento entre homens dando valores e significações em suas palavras, no caso, a honestidade de ambos, com o proprietário.

Assman (2011) aponta que entre as marcas históricas da memória está a escrita. “O fenômeno da memória é resistente a descrição mais direta e incide em processos metafóricos. As imagens desempenham o papel de figuras de pensamento, modelos que demarcam os campos conceituais e orientam teorias” (ASSMAN, 2011, p. 162). Nesse ponto compreende-se a riqueza de figuras metafóricas que estabelecem o significado e o sentido da obra *Camalotes e Guavirais* (1989).

Depois de três anos, escutava-se de longe, os sons das carroças e dos carros de bois, sinalizaram no verde do serrado, era o proprietário com sua comitiva que estavam regressando “Semanas ou meses depois ouve-se a canção monótona do chiado de carretas mineiras. E elas despontam lentas, em fila, pelo caminho estreito que cavaleiros abriram na mata. É José Antônio Pereira. Traz a mulher. Traz filhos, genros, netos e agregados” (SERRA, 1989, p. 19).

Alisolete Weingärtner (1995) tece os seguintes argumentos,

Em agosto de 1875 chega a Campo Grande José Antonio Pereira, conduzindo sua expedição composta de onze carros mineiros, os quais, além das provisões necessárias aos primeiros tempos, traziam também sementes, mudas diversas, inclusive cana-de-açúcar e café. Em seguida à sua chegada José Antonio Pereira se entende com Manuel Vieira de Souza, e se juntam para organizar a ocupação de Campo Grande (WEINGÄRTNER, 1995, p. 4).

Em conformidade com os fatos históricos, José Antônio volta com sua família e agregados, e entra em acordo com seus zeladores, e com intuito de instalarem suas moradias da sua comitiva “em pouco tempo Campo Grande adquire características de um vilarejo em franco desenvolvimento” (WEINGÄRTNER, 1995, p. 4), em relação a crônica José Antônio,

Traz a família para fixar-se para sempre. Entre ele e o coestaduano não houve conflito de interesse. Havia terra em profusão e havia o bom-senso do mineiro. Irmanaram-se, entregaram-se entusiasmamente à construção de novos ranchos, ampliaram o roçado para maior plantio e maior colheita; os solteiros convolveram núpcias e dentro em pouco davam a um arroio o nome pícaro de Prosa e ao outro, o romântico Segredo, porque, de fato, envolvia um segredo de amor (SERRA, 1989, p. 19).

Esses apontamentos de fatos históricos são compreendidos também pelos periódicos, (jornais e revistas da época), registrados despropositadamente nas crônicas por serem recursos utilizados no momento, mas não sabemos da sua real veracidade dos acontecimentos, pois o historiador precisa das fontes para reconstruir o passado. Posteriormente, tornaram-se compêndios para pesquisas oficiais referente a memória histórica local e o leitor ao buscar o passado pelos historiadores constata-se, também, a identidade sociocultural e de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

Segundo Abílio Leite Barros (1999), depois que as famílias se instalaram, começaram outras pessoas fixarem moradias, e assim, inicia-se o desenvolvimento do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande, e argumenta,

O pequeno povoado estendia-se em desarruada e tortuosa formação, acompanhado o córrego Prosa, desde sua confluência com o segredo, onde os fundadores ergueram os primeiros ranchos vinte e quatro anos passados. Acompanhava à certa distância, fugindo do terreno alagadiço do córrego. Mais acima, buscando altura e mantendo o desnível necessário passava um rego-d' água tirado do mesmo Prosa acima da Cachoeirinha – era a água de todos. Desse rego mestre, pequenos canais abasteciam as casas (BARROS, 1999, p. 13-14).

Vale ressaltar, também, que Serra destaca a simbologia representada pelos Córregos Prosa e Segredo; o pícaro denominado Prosa, e outro, o romântico Segredo, em suas margens foram abrigados os primeiros ranchos, foi o encontro com o casal solitário João Nepomuceno

da Silva e Maria Abranches, pois acontecimentos e fatos históricos não se faz sozinho, senão pelas histórias orais. Logo, constatamos que José Antônio não foi o primeiro a estabelecer seu rancho, porém, tem seu prestígio como fundador por ordenar as posses de terras.

Devido ao avanço e ao desenvolvimento populacional no vilarejo, Abílio Barros (1999) complementa,

As pessoas que chegavam, atraídas pelas notícias do desenvolvimento do povoado, eram chamadas pelos locais de ‘mudanceiros’. O termo parece ter um sentido de certo modo pejorativo ou pelo menos manifesta o estado de incômoda apreensão em relação aos desconhecidos. Nem todos eram os vizinhos desejáveis. O clã dos Pereira logo mostraria a insatisfação com o ambiente trazido à vila pelos mudanceiros [...] (BARROS, 1999, p. 23).

Apresentamos abaixo, uma figura 11, para contextualizarmos o espaço, em outras palavras, o refúgio de José Antônio. Segundo os relatos José Antônio mudou-se para a Fazenda Bálsamo, em 1880,



Figura 11 – Sede da Fazenda Bálsamo, construída 1880. Hoje, o Museu José Antonio Pereira.
(Foto: Arquivo/ARCA)

Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>
Acesso em: 17 set. 2021.

Hoje, a Fazenda Bálsamo é um museu com alguns objetos da Família Pereira, apesar de conservar o espaço que o fundador morou, devido as reformas recebidas perdeu um pouco da sua origem primitiva. O museu é patrimônio cultural e com incentivos atribuídos a pesquisas acadêmicas e outros, tem o intuito de preservar a memória histórico-cultural de Campo Grande. Assman (2011) confirma que

[...] Outra forma de assegurar instituições que preservam, conservam, investigam e difundem o saber cultural. Arquivos, museus, bibliotecas e memoriais participam da execução dessa tarefa tanto quanto institutos de pesquisa e universidades. Essas instituições oferecem resistência tanto à supressão involuntária do passado na memória cotidiana quanto ao seu apagamento consciente na memória funcional (ASSMAN, 2011, p. 153-154).

Assman (2011) conclui que a preocupação em eternizar a memória está para os cronistas e aos historiadores, mediante os fatos de resgate ao passado para originar alguns fatos do presente,

Enquanto a fama se orienta para o futuro e para as gerações vindouras, que devem conservar um acontecimento declarado inesquecível, a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade. Esse interesse pela memória como provedora de respostas sobre a própria origem e identidade não surgiu somente a partir do século XIX com a formação dos estados nacionais (ASSMAN, 2011, p. 53).

Consequentemente, o ponto de vista, do autor pode ser questionado, devido os historiadores buscarem os relatos orais para depois chegarem nas pesquisas de registros historiográficos, logo, podem ser desconsideradas, algumas, informações, pois o autor estará carregado da memória coletiva, e o tempo e espaço podem estar descontinuados.

No caso de *Camalotes e Guavirais*, o leitor pode atribuir pesquisas de fontes que a envolva a memória cultural, por exemplo, os arquivos históricos, surte o efeito da compreensão da importância da memória e identidade histórico-cultural de Campo Grande e região.

Então, quanto a indagação, *Quem ergueu o primeiro rancho?*, buscamos o reconhecimento do fundador da capital Sul-mato-grossense, Campo Grande, nas palavras de Serra afirma,

José Antônio Pereira, por circunstâncias e fatos múltiplos que dão o conceito de *fundação*, inclusive pela numerosa progênie que deixou e hoje se expande brilhantemente, é intangível. É figura preeminente e central da fundação, individualizando-a, personificando-a, encarnando-a (SERRA, 1989, p. 20).

Ulisses Serra reconhece José Antônio como fundador pelos fatos e acontecimentos que o denominam como fundador. E complementamos, com uma citação já mencionada, para concluirmos nossa pesquisa,

Campo Grande surgiu em meio a um imenso vazio demográfico e não teve os seus primórdios assentados nos registros públicos e narrados nas gazetas de cidades próximas. Só a tradição oral, passível de distorções involuntárias, deles nos dá notícias (SERRA, 1989, p. 15).

A nossa perspectiva acerca da indagação registrada na crônica, *Quem ergueu o primeiro rancho?*, eterniza em memória histórica de tradição oral, baseada em diversos relatos e informações históricas, de memórias coletivas, os quais fortaleceram e ainda fortalecem a relação identitária histórico-sociocultural de Campo Grande, mantendo-a viva. Nota-se que a metáfora da narrativa não tem primórdios, nem registros em cartórios, apenas fatos narrados em jornais da vizinhança, mas apesar de não ter documentos, a tradição oral dos mais velhos em narrar os fatos é precisa, e nisso reside a essência da memória cultural.

Portanto, o narrar sempre foi valorizado pelas recordações e reconstruções das histórias dos idosos, pelos seus registros deles conseguimos uma preservação das tradições, seja ela cultural ou como história. Isto é, o idoso como mantedor da preservação da memória cultural é fonte rica de informações e embora, alguns, não recordam o presente, talvez por motivos de doenças ou até mesmo pela velhice, o passado é bem atual para eles, pois relembram acontecimentos como se tivesse ocorrido ontem.

Sendo assim, percebemos que o vínculo e o prazer da memória cultural residem nas memórias individuais e coletivas permeando relatos e tradições orais. O ato de recontar são sempre presentes e relacionados com as experiências vividas e está identificado com o relacionamento social, no qual está inserido. A memória cultural torna-se intergeracional, sobrevive e permeia as gerações, colaborando para a construção da identidade, preservação e desenvolvimento histórico-cultural, seja ele local ou nacional.

3.2. Concepção da memória e a identidade cultural, em *A Rua 14 do meu tempo*

Ao pesquisarmos referências bibliográficas, reportagens em revistas, documentos antigos, e fotografias digitais da Rua 14 de Julho, fizemos um resgate ao passado, isto é, as lembranças, as recordações e as memórias: coletiva e cultural foram processadas para o desenvolvimento para análise memorialística histórico-cultural, por meio da crônica *A Rua 14 do meu tempo*, que nos mostra a expansão de nossa cidade: Campo Grande.

Nos acervos da *Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA*, disponíveis no Site da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a qual é uma das responsáveis por manter à memória cultural de Mato Grosso do Sul, e do município Campo Grande encontramos registrados quatro possíveis nomes para a rua 14 de Julho.

Historicamente, é uma das principais ruas da cidade e de ponto comercial, desde 1905,

ano correspondente ao *Código de Posturas*⁷. A princípio era Beco, conforme matéria da *Revista ARCA* (1995), o escritor Paulo Coelho Machado, em *14 de Julho* afirma “[...] o nome de 14 de Julho para a nossa principal artéria de hoje, que era chamada simplesmente de Beco, porque ali existia apenas um trilheiro deserto, curto e sem saída” (MACHADO, 1995, p. 14). Conforme a figura 12,

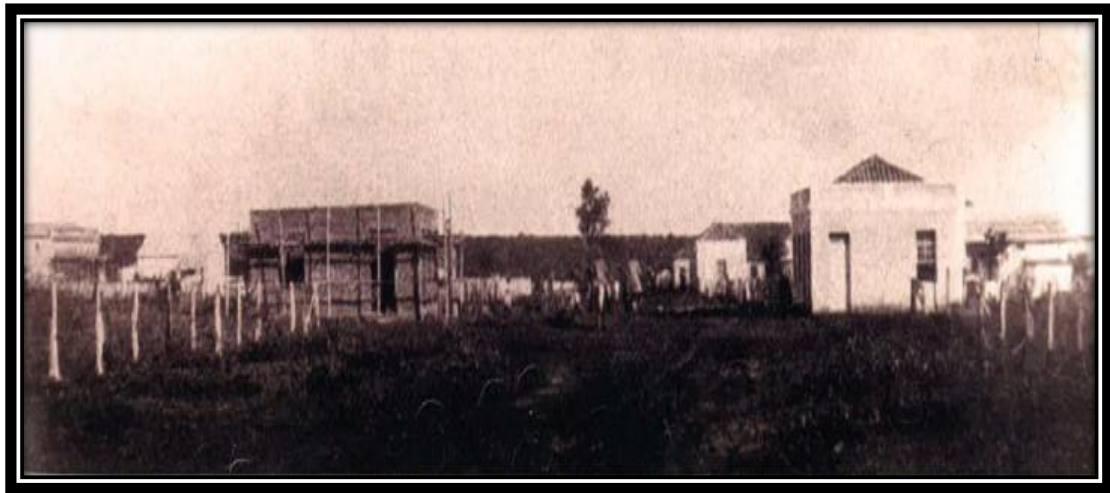


Figura 12 – O Beco - trilheiro deserto, curto e sem saída - Rua 14 de Julho, década de 1910. (Foto: Arquivo/ARCA)

Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

A figura 12 acima, representa o motivo do nome Beco. A segunda versão para narrar a história do nome da Rua 14 de Julho. É a seguinte, em 1914, foi nomeada, por um dos dois motivos, primeiramente, por uma proposta feita pelo vereador Miguel Garcia Martins

a princípio homenagearia a queda da Bastilha, ocorrida naquela data, que significou um marco histórico para a humanidade, quando os franceses se insurgiram contra a tirania real, iniciando o movimento conhecido como Revolução Francesa, que tanto influenciou no comportamento dos povos ocidentais (MACHADO, 1995, p. 14).

E, a outra versão, Paulo menciona o artigo da professora Lígia de Oliveira Lima levantou dúvidas sobre a real homenagem feita a queda de Bastilha, devido declarações de Godofredo Barbosa, o qual

Conta a professora Lígia, com riqueza de detalhes o acontecimento, que Godofredo repetiu, bem mais tarde, ao autor destas linhas: “ele era menino e no dia 14 de Julho de 1914 foi à estação da Noroeste do Brasil, com seu pai, aguardar a chegada do trem que inaugurava a ferrovia. Muita gente na estação: ouve-se o silvo da locomotiva a vapor. Godofredo presencia, então, um dos ádvenas (que ficou sabendo ser o

⁷ Os habitantes do lugar começaram a experimentar algum tipo de normatização que buscava orientar as relações sociais entre os moradores e as relações deles com o espaço que habitavam (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 42).

engenheiro Emílio Schnoor), dizer em voz alta ao intendente José Santiago: - Peço-lhe que a rua principal desta cidade tenha a denominação de 14 de Julho em homenagem da municipalidade e do povo à data de hoje, tão importante para toda a região (MACHADO, 1995, p. 14).

Batizada como Rua 14 de Julho, pela sugestão do vereador, retirado o nome Beco. O segundo motivos com relatos de Godofredo, talvez, nem tenha sido acatada a proposta para o nome. A terceira troca, em 1930, no acaloramento das movimentações políticas e sociais da época, o prefeito Antônio Antero Paes, sugeriu rebatizarem a Rua 14 de Julho, para Rua Aníbal de Toledo, o prefeito com intenções políticas quis homenagear o então presidente do estado Mato Grosso na época,

Em janeiro de 1930, o deputado Aníbal Benício de Toledo foi eleito presidente do Estado, para o quadriênio 1930-1934. Empenhou-se a fundo na campanha eleitoral de Júlio Preste, que disputava a Presidência da República com Getúlio Vargas. O prefeito Antero, seu correligionário, querendo agradá-lo, mudou o nome de nossa via principal para Aníbal de Toledo. Acontece que o homem não durou mais de nove meses no governo de Mato Grosso. Vitoriosa a Revolução de 3 de outubro de 1930, ele foi substituído pelo coronel Antonio Mena Gonçalves, nomeado por Getúlio Vargas, interventor federal. E lá se foi o nome da rua [...] (MACHADO, 1995, p. 15).

Após a queda do presidente do Estado, o nome também caiu, e assim, ainda em 1930, ocorreu a quarta troca do nome, estimulados pelos movimentos revolucionários que perdiam forças, e o assassinato do presidente da república que gerou comoção na sociedade,

[...] trocado para João Pessoa, assassinado em Pernambuco, comovendo toda a nação e dando novo alento ao movimento revolucionário que se esvaziava dia a dia. Mas o povo não aceitou a nova denominação e, passados quinze anos, voltou a rua a seu nome primitivo, que os campo-grandenses jamais haviam abandonado. Era prefeito Carlos Hugueney Filho. A Rua 14 de Julho, embora não seja a mais velha da cidade, é a principal artéria comercial de Campo Grande (MACHADO, 1995, p. 15).

Com essas citações notamos um contexto histórico-social e cultural permeável por relatos e informações da oralidade e da escrita por meio da memória cultural, pois retornamos ao tempo histórico do desenvolvimento e construção da cidade. Dessa forma, Ulisses Serra (1989) registra na crônica *A Rua 14 do meu tempo* memórias individuais e coletivas que remetem ao contexto historiográfico, podemos dizer que é um patrimônio cultural escrito de riquíssimo valor para a identidade cultural da região e até do país.

Talvez outra não tenhamos no Brasil com essa denominação vem homenagem a um dos degraus escalados pelo homem em busca dos seus direitos. Em setembro de 1930 trocaram-lhe o nome pelo de Aníbal de Toledo, de modo que o atuante e dinâmico prefeito Antônio Antero Paes de Barros melhor se aquecesse ao sol surgido no Alencastro, em 22 de janeiro daquele mesmo ano. O homenageado, presente à cerimônia, ouvia embevecido as loas e os ditirambos da lisonja, supondo a placa fosse atravessar os séculos, levando-lhe o nome. No mês seguinte sobreveio a revolução e

seus autênticos adeptos, repentinamente fortemente engrossados por rubros e acalorados adesistas de última hora, trocaram-na aos urros pelo de João Pessoa. Quinze anos depois, o prefeito-interventor Carlos Huguenei Filho restaurou o antigo nome, que não desertara da preferência do povo (SERRA, 1989, p. 21-22).

A crônica é exuberante, os vários relatos valorizando o tempo e espaço que estão na Rua 14 de Julho para o leitor. A respeito da compreensão da memória local, Assmam afirma que “existe uma ligação inseparável entre memória e espaço” (ASSMAM, 2011, p. 170). Sendo assim, as memórias referentes a arquitetura e as ilustres personalidades, além de caracterizar identidade sociocultural e reaproximar o leitor resgatar o passado, enriquecem o local denotando na linguagem informal, traços de afetividade, generosidade, saudosismo e de relações interpessoais.

A crônica em uma espécie de quadros montados da Rua 14 de Julho, os quais induzem o leitor a significação simbólica dos elementos: local, tempo e espaço, recorrem as memórias locais, isto é, na memória coletiva em registros elencados pelo autor, pois a memória narra e conta, e a história deixa escrito.

Em *A Rua 14 do meu tempo* estão relacionadas com pequenas crônicas temáticas de locais e pessoas da rua 14: *A Farmácia Royal; A gargalhada do Antonio Bacha; Um incêndio; O nosso engenheiro Passos; Corso, serpentinas e confetes; Um curso retardado; Casas de pasto; Livrarias; Farmácia São José; A ironia, Kikibol, Casas tradicionais* essas crônicas correspondem a evolução e o desenvolvimento da rua 14 de Julho, após buscamos a origem do nome da rua, historicamente, Serra representa as características comerciais, sociais e lazer para sociedade da época.

Vespasiano Barbosa Martins, doutor recém-formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, Rio de Janeiro, passou um tempo em Cuiabá trabalhando, e regressou para Campo Grande, em 1917, e adquiriu o imóvel, *A Farmácia Royal*,

Primeiro filho da região a laurear-se em Medicina, forte de espírito, desprendido e leal, de personalidade singular e marcante, amando a popularidade sem nunca cortejá-la, polarizou a estima e o respeito de seu povo e caminhou para o seu grande destino. Alegre, simples e generoso, nele se estereotipavam as coisas e a gente da sua terra natal. Nenhum outro homem se encarnou tanto quanto ele (SERRA, 1989, p. 22).

Oficialmente a cidade tem seu primeiro médico diplomado o doutor Vespasiano Martins, clínico geral, tornou-se um homem influente e importante para os movimentos políticos e de emancipação do estado, uma figura pública. Conforme Olney Cardoso Galvão (1999), em *História da medicina em Campo Grande*, explica

A Medicina na vila de Santo Antônio de Campo Grande, nos fins do século passado,

era exercida por práticos e curandeiros, tendo sido o próprio fundador o primeiro a curar os doentes com “rezas e garrafadas”. Em 1890, José Antônio Pereira mudou-se de vila para morar na fazenda Bandeira (de onde regressou mãos tarde) e foi substituído pelo boticário Joaquim Vieira de Almeida (avô dos futuros cardiologistas Basílio de Almeida Lima e Guaraci Vieira de Almeida), que montou uma farmácia na Rua Velha (atual 26 de Agosto), um armário de remédios e formulações homeopáticas. O “doutor” Joaquim era um dos poucos homens letrados da época, ocupando todos os cargos que exigiam a escrita (subdelegado, secretário, médico, chefe político) (GALVÃO, 1999, p. 255-256).

Antes da chegar doutor Vespasiano Martins, a medicina era exercida pelos curandeiros, rezas e garrafadas. *A Rua 14 do meu tempo* mostra-nos que cidade vai movimentando e expandido o número habitacional. Sendo assim, temos a instauração da primeira clínica, e a chegada dos primeiros médicos em Campo Grande, precisamente na Rua 14. Traz também a memória outras personalidades que somaram tanto no exercício da profissão, a medicina, quanto no crescimento da cidade, como podemos observar no fragmento da crônica:

A Royal tornou-se logo centro médico da cidade e logo mais de todo o sul. César Galvão, gordo, alegre olhos azuis, com experiência nos hospitais da França, instala nela o seu consultório. Outros o fazem também. Eduardo Costa Manso, fino, polido, de boa cepa e proclamado valor profissional. Alegre, fino, amando e servindo à cidade, jornalista e político, que mais tarde seria nome de rua, o carioca Arthur Jorge. Uns mais cedo, outros mais tarde integrariam a equipe médica de Vespasiano Martins, fazendo muitas vezes operação de emergência, à luz de lampião, na própria Royal. No receituário, Jarbas e Totinho. Mais demorada e marcadamente, João Akamine e Guenka Kokichi. Ambos se afeiçoaram extremamente à terra campo-grandense e foram dois símbolos de amizade a Vespasiano Martins. Guenka obsessivamente cultua-lhe a memória, através de livros, artigos e da herma que mandou erigir na praça do seu nome (SERRA, 1989, p. 23).

A crônica exemplifica a diversidade e o contexto da formação da sociedade local. Esse contexto reflete como elementos simbólicos dos locais e das personagens distintas “médicos; o carioca; experiência adquirida na França; a população sendo atendida Jarbas e Totinho; e o círculo de amizades sendo construído demoraram, mas se afeiçoaram por Campo Grande João e Guenka”. Galvão (1999) recorda “trazido pelos trilhos da recém-inaugurada ferrovia (NOB-1914), chega a Campo Grande o Dr. Cesar Galvão, primeiro médico a aplicar anestesia geral (clorofórmio) em seus pacientes” (GALVÃO, 1999, p. 257). Destacamos que reconhecemos no presente essa simbologia representada por eles, por meio de nossa memória individual, trabalhando com a memória social, recordarmos as nossas raízes culturais na construção da cidade, por meio dos imigrantes e migrantes.

Serra dá ênfase as lembranças sob sua ótica, temos expressa a singularidade do passado “Cidade simples e sertaneja, não faltavam às clínicas médicas inevitáveis casos pitorescos”, apesar da cidade simples e sertaneja, o movimento populacional iria aumentando, até mesmo porque Campo Grande expandia seu desenvolvimento econômico e chamou atenção de pessoas

de outros lugares. Dessa maneira, era necessário pensarem na construção de Hospitais, pois as clínicas construídas na Rua 14 de Julho, não tinham os recursos clínicos para certos procedimentos mais graves, por exemplo: a pandemia da Gripe Espanhola, em 1918 e 1919, vírus da gripe que disseminou na população causando milhões de mortos em todo restante do mundo. De acordo com Galvão (1999) afirma que “à epidemia da gripe espanhola, que atacou a cidade totalmente despreparada”. O Hospital Militar foi o primeiro centro de tratamento construído, Galvão aponta

O nosso primeiro centro de tratamento foi o Hospital militar, hoje denominado Hospital Geral de Campo Grande. Teve sua origem no hospital de segunda classe de Corumbá, a mais importante cidade de Mato Grosso nos idos de 1890, ano em que foi criado. Foi transferido para Campo Grande 1921, inicialmente na condição de enfermagem-hospital, com todo o acervo material e os recursos humanos. A construção do HGCG foi iniciada em abril de 1922 e concluída em julho de 1923. A inauguração ocorreu em 1º de fevereiro de 1924 (GALVÃO, 1999, p. 259).

Assim, o ofício da medicina, o qual já tinha reconhecimento valorizado, agora passa ser prestigiado pela população, pois engenharia, medicina e direito são considerados cursos elitizados. Outros hospitais vieram ser construídos: Hospital Santa Casa – Sociedade Beneficente de Campo Grande – criando em 1917, porém oficializado com sede em 1924, Maternidade Cândido Mariano (1938); Casa de Saúde Santa Maria – o primeiro particular (1939); Sanatório São Julião (1941); Clínica Campo Grande – particular (1963); Sanatório Mato Grosso (1966); Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian (1971); Clínica de Repouso Campo Grande – posteriormente, Clínica Carandá (1973); Hospital do Câncer (1995); Hospital Regional Rosa Maria Pedrossian (1997), e, posteriormente, surgem hospitais particulares que visam o lucro com os atendimentos da população.

Recorrendo a Serra, temos consciência da importância dos atendimentos das clínicas e da equipe médica renomadas, com participação de médicos de outras localidades e os que regressavam para terra natal, após concluírem os estudos. Esses médicos serão nomes importantes para a história da medicina, alguns doutores: Vespasiano Martins, Bernardo Franco Baís, João Vidal, Augusto Silva, Cláudio Fragelli, Alfredo Neder, Guaraci Vieira de Almeida, Fernando Corrêa da Costa, Ary Coelho, entre outros tantos.

Com a chegada dos imigrantes e dos migrantes internos de diversos lugares e regiões, a cidade se desenvolveu, e assim surge uma sociedade local rural, conservadora, hibridizada e tradicional. Podemos observar características de formação da sociedade local nas seguintes crônicas: *A gargalhada do Antônio Bacha*, *Um incêndio*, *A ironia*, Serra possui a característica que alude às emoções associadas ao espaço da rua 14, a representação da memória afetiva ligada

ao local, destacamos alguns fragmentos das crônicas elencadas,

A gargalhada do Antônio Bacha – A gargalhada do Bacha era famosa, inigualável e inconfundível. Alto, vigoroso, de larga fissura labial, dentes graúdos e fortes, maxilares robustos, ria e estrondosamente sem mover o busto nem a cabeça. [...] Quando sua gargalhada ressoava todos afirmavam: É o Bacha! É o Bacha! E ele estava a cem ou mais metros de distância. Hoje, seguramente, não pode mais gargalhar como antes, mas é o mesmo homem que lança pontes e não levanta muros e segue à risca o salutar conselho do Pe. Charbonneau: sobre o fosso da incompreensão sobrepõe a ponte do diálogo (SERRA, 1989, p. 24).

Um incêndio – A linda e jovem senhora libanesa, altas horas da noite, andava de um canto para outro do seu pequeno apartamento, aflita, a ninar o filhinho insone, que ardia em febre. Súbito, um clarão em frente iluminou a noite. Foi à janela e viu famintas labaredas devorando famelicamente a Casa Moderna. Na esquina, em diagonal, na casa grande, de tijolos vermelhos, sem reboco, onde se instalava A Capital, o fogo também lavrava. Deu alarme e houve pânico. Todos temiam que o incêndio se propagasse às casas vizinhas, velhas, de fácil combustão, e arrasasse dois quarteirões inteiros, destruindo parte da cidade. Alguém, embuçado no manto negro da noite, ateara o fogo às duas casas. Nesse exato momento um homem gordo, de bochechas grandes, flácidas e marcadas de gilvazes de varíola, já entrado em anos, tomava um Ford e partia em busca da fronteira. [...] O amor, que tudo pode e subitamente surge, sob variadas formas do coração humano, imenso e maravilhoso, reuniu vizinhos e boêmios da noite vindos das mesas de jogo e dos lupanares e o fogo foi debelado. E a jovem e bela senhora libanesa, providencialmente em vigília, continuou a cantar e a ninar o filhinho, que ardia em febre (SERRA, 1989, p. 24-25).

A ironia – Em 25, eu e Osvaldo Pereira, contador de gabada competência, escrevíamos um jornalzinho de lirismo misturado com farsas, A IRONIA, impresso e composto em A TRIBUNA DO POVO, Ulisses Serra vibrante bissemanário do dr. Luís da Costa Gomes. Ubirajara Paes de Barros, hoje oficial superior do Exército, compunha e imprimia, gratuitamente, o veículo do nosso romantismo e das nossas zombarias. Certa vez, ao redistribuir tipos para nova composição, leu uma verrina contra o seu pai. Nesse dia perdemos o nosso gráfico e, portanto, o nosso jornal se fechou... (SERRA, 1989, p. 28).

Serra descreve a diversidade das personagens nas seguintes crônicas: Antônio Bacha, A jovem senhora libanesa e Ubirajara Paes de Barros, notamos o tom humorístico, sarcástico e irônico, porém a sociedade, a qual estavam inseridos não aceitavam tais desrespeitos ou atitudes, conforme Candido (2010), em *Os parceiros do rio bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* aponta “[...] não é de substituição mecânica dos padrões; mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social” (CANDIDO, 2010, p. 232).

Dessa forma, achamos que Antônio Bacha não se comportava conforme as condutas culturais daquela sociedade, a qual pertencia, os traços rurais expandiam para um progresso de urbanização, novas colônias, culturas, novos comportamentos. Nota-se que o padre chama sua atenção, ressaltamos que a religião interfere nos traços comportamentais dos grupos sociais, e pode ser que incomodava algumas pessoas, seria um deboche sua risada, desconforto para alguém, um gesto irônico, o fato é que não sabemos, apenas aqueles que vivenciaram com

Bacha poderiam nos contar.

Segundo Candido (2010) atesta que

Todas as vezes que os indivíduos e os grupos se encontram em presença de novos valores, propostos ao seu comportamento e à sua concepção de mundo, podem teoricamente ocorrer três soluções: os valores são rejeitados, e os antigos mantidos na íntegra; os valores são aceitos em bloco, e os antigos rejeitados; os valores antigos se combinam aos novos em proporções variáveis. É o que se observa nos contactos culturais, decorrendo, na mesma ordem, as seguintes consequências: enquistamento, desorganização; aculturação⁸ (CANDIDO, 2010, p. 232).

O que chama atenção são as mudanças dos valores nos aspectos morais e sociais das pessoas, podendo causar até interferência em suas identidades, o cidadão mudava de rural para o urbano, mas na perspectiva de manter a ordem com regras impostas, destacando o respeito com o próximo e a preocupação com a população e seus modos Bacha mudou, porém, ressaltamos que a Rua 14 de julho era o ponto de encontro das famílias, dos amigos, dos bares, dos lazeres o barulho aconteceria, era inevitável chegamos a uma evolução urbana.

A libanesa, pela época década de 20, às mulheres eram tratadas como trabalhadoras do lar, provavelmente, casada devido o respeito em usar “A jovem senhora libanesa”, a vida sendo vivida por meio das janelas, isto é, imposta no sistema patriarcal. O pânico tomou conta da população devido o incêndio, às pessoas estão manifestando solidariedade em gesto de amor, e assim, passada euforia todos estavam juntos: vizinhos e boêmios da noite para cessar o fogo “na sociedade caipira a sua manifestação mais importante é o mutirão, cuja origem tem sido objeto de discussões. Qualquer que seja, todavia, é prática tradicional” (CANDIDO, 2010, p. 81). E a libanesa continua no amor da maternidade ninando o filho com febre.

Em conformidade com Candido explica que

Um velho caipira me contou que no mutirão não há obrigação com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem se serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido. Um outro, referindo-se ao tempo de dantes, dizia que era o “tempo da caridade” [...]. Ambos, todavia, se referiam sempre a auxílio de moradores do mesmo bairro – que era o limite da cooperação e deveres (CANDIDO, 2010, p. 82).

E por fim, a possível veiculação de folhetim que antes mesmo de ser impresso gerou aborrecimento ao dono da gráfica, a crítica em respeito ao seu pai foi suficiente para ele não continuar apoiando as escritas de zombaria de Ulisses Serra e Oswaldo Pereira. A relação de trabalho, mesmo está sendo voluntária foram extintas e amizade cortada. Já vimos que os folhetins são importantes para disseminam informações para a população, porém na rua 14 de

⁸ O termo aculturação reflete “aos problemas de aceitação ou rejeição de padrões, com tudo que envolvem de opção e de reorganização do comportamento” (CANDIDO, 2010, p. 233).

julho tinha outras maneiras, Celso Costa (1999) relembra

Quando havia um fato novo, a notícia corria pela Rua 14 de Julho como um rastilho de pólvora. Foi assim que, em meados de 32, a cidade ficou sabendo da deflagração da revolução constitucionalista. De loja em loja, de bar em bar, de casa em casa, a notícia correu e a população viu-se frente ao seu primeiro desafio: que lado tomar na refrega? Coube aos políticos e coronéis da época a decisão de romper de vez com o poder e unir-se a São Paulo contra tudo e contra todos (COSTA, 1999, p. 77).

As lembranças do passado, pode ser melhor assimilada na recordação, e não somente pelo ato de narrar, escutar, mas por pessoas, objetos e lugares, “A maior parte das sociedades considera o passado como modelo do presente. Nesta devoção pelo passado há, no entanto, fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança” (LE GOFF, 1990, p. 213). Dessa forma o passado assimilado pelo presente e vice-versa, como forma de construção de identidade do indivíduo na sociedade inserida.

O nosso engenheiro Passos conta a história do prefeito da cidade doutor Arlindo de Andrade Gomes resolveu condenar e demolir uma casa velha, na rua 14 de Julho com Afonso Pena,

[...] havia uma casa velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua, alugada ao libanês José Elias. O prefeito dr. Arlindo de Andrade, achando-a uma agressão à fisionomia da cidade condenou-a e determinou aos irmãos Suarez, seus proprietários que a demolissem. Por terra ou estribados em direito eles não derrubaram. Certa noite, em meados de 1923, dez ou mais homens, de machados e picaretas, puseram-na abaixo. De manhã era apenas um monte de barro, taquaras e telhas velhas (SERRA, 1989, p. 25).

Os donos da casa resistiam a ordem do prefeito, porém devido ao fato de “agressão a fisionomia da cidade”, o próprio prefeito manda, mas vamos aos fatos, a expansão urbana, a mudança das casas era necessária, pois já haviam critérios para as construções, isto é o modo de vida urbano, Antônio Firmino Oliveira Neto (2005), em *A Rua e a Cidade: Campo Grande e a 14 de Julho* aponta que

Campo Grande foi incluída no projeto definitivo da ferrovia, a citada companhia fez incursões para que a cidade tivesse o seu traçado estabelecido seguindo as suas sugestões. Ainda segundo Weingärtner, as sugestões previam a necessidade do estabelecimento de um centro para a localização de casas comerciais, residências e órgãos públicos, a criação do bairro Amambaí e, ainda, a criação de um bairro ferroviário que abrigaria o conjunto de serviços e residências dos trabalhadores ferroviários. Todos esses fatores foram importantes para que, em 1909, a Câmara Municipal determinasse: *...Fica aprovado o plano para o alinhamento das ruas e praças desta Villa, de accôrdo com a planta confeccionada pelo cidadão Dr. Nilo Javary Bares e apresentada pelo Senr. Intendente Geral interino do Município...*, que de imediato foi executada pelo projetista, sob a assistência de Amando de Oliveira que, *a margem de qualquer cargo, era o pulso de ferro, orientado por uma*

inteligência lúcida, a mostrar ao vilarejo a senda do progresso paulista...
(Weingärtner, 1995, citada por OLIVEIRA NETO, 2005, p. 82, grifos do autor).

Dessa forma a *casa velha, de pau-a-pique, chão batido, abaixo do nível da rua*, não poderia ficar, uma vez que, a vida primitiva estava ficando no passado, e a vida urbana no presente. A planta urbanística (1909) foi elaborada para acompanhar o crescimento populacional, incorporando as leis e as regras para a estruturação das moradias, a rua 14 de Julho que foi denominada, primeiramente, de Beco e considerada *trilheiro deserto, curto e sem saída*, a representação de seu espaço público, já é outro.

Recorremos a Ulisses Serra, em *Casas de pasto*⁹, faz menção aos nomes dos lugares “A Delícia, a Phenix, a Ramadinha, o Bom Gosto, o Jaú e a Sitter” (SERRA, 1989, p. 27), além de relembra das confeitarias são nomes de pontos comerciais da época considerados símbolos que se destacavam na Rua 14 de Julho. Esses lugares além do comércio era um ponto de encontro para aos amigos e a convivência social, conforme Costa afirma

a sociedade da época, vestindo-se elegantemente com tecidos importados, desfilava ali sua pompa, em nível de grandes centros, *esticando* depois para os bailes do Rádio Clube ou pelos elegantes restaurantes da cidade, como a Gruta Baiana, o bar Bom Jardim, a Confeitaria Delícia e outros tantos locais considerados chiques naqueles tempos (COSTA, 1999, p. 76).

A existência da ligação do passado com memória é muito presente em relação aos espaços, pois quando vivenciamos socialmente mantemos e acumulamos experiências,

O cerne da *ars memorativa* consiste de *imagines*, a codificação de conteúdo de memória em fórmulas imagéticas impactantes, e *loci*, a atribuição dessas imagens a locais específicos de um espaço estruturado. A partir dessa qualidade topológica se está a apenas um passo de considerar complexos arquitetônicos como corporificações da memória (ASSMAN, 2011, p. 170, grifos da autora).

Lembramos, que revistar às memórias é importante para o indivíduo, pois os locais e lugares são espaços de memória “mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos” (ASSMAN, 2011, p. 318), atestando, deste modo sua significação socioculturais e históricas como indivíduo na construção da memória.

Na crônica *Curso, serpentinas e confetes* e, *Um curso retardado* a população e os foliões ficavam ansiosos para o desfiles dos carros enfeitados,

⁹ Casa de pasto - Estabelecimento modesto onde se servem comidas. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/casa%20de%20pasto>. Acesso em: 15 set. 2021.

Guardadas as justas proporções, não houve no mundo todo corso mais vibrante e intenso, que o da Rua 14 do meu tempo. Disputavam-se os Fords e as Ramonas, de capotas arriadas, pagando-se o exorbitante preço de oitenta mil-réis a hora. [...] O leito da rua, nu e vermelho, ficava totalmente recoberto de espessas camadas de tiras de papel, brancas, azuis e escarlates. As serpentinas iam e vinham, cruzavam-se, levavam e traziam líricas mensagens de amor e promessas de reencontros. [...] Caíam confetes em chuvas multicores, profusas e alucinantes. Esguichos gelados de lança-perfumes faziam alvorecer auroras de sangue nas veias dos carnavalescos, porque levavam também mensagens ardentes, escaldantes de mocidade (SERRA, 1989, p. 25-26).

Conforme Serra narra, o leitor por meio por meio das reconstruções históricas, pode discorrer da história do carnaval da cidade, tradição oral de preservação da memória cultural, Machado aponta,

[...] o melhor carnaval de todos os tempos foi o de 1914. Desfilaram pela rua principal nada menos que catorze carros alegóricos, sob os aplausos delirantes dos foliões. “Tatu” foi o carro premiado e criticava a recente decisão da municipalidade de mudar novamente o cemitério do local próximo à atual Avenida Bandeirantes para onde se situa hoje – no final da Avenida Calógeras. [...] A cidade criou fama e muitos e bons carnavais aqui aconteceram, até que os carros fechados fossem acabando com o famoso Corso. Restarem os alegres e bem organizados bailes a fantasia que se realizavam a partir do mês de janeiro, em “assaltos” às residências, pelos numerosos blocos alegres e despreocupados numa época feliz e tranquila, que tão pouca transmitiu aos nossos dias de um carnaval mais livre, porém menos agradável (MACHADO, 1995, p. 16).

Se existimos, temos lembranças e recordações, e a partir da concepção de homem no mundo, por isso temos os relatos de história do carnaval da cidade, Oliveira Neto pontua,

Pela 14 de Julho realizavam-se os cursos carnavalescos, inicialmente com carruagens, substituídas, posteriormente, por automóveis de capotas arriadas, que percorriam o trecho principal entre as avenidas Afonso Pena e Mato Grosso [...] Da mesma forma que na rua 14 de Julho as pessoas se reuniam em festa pagã, também o faziam por motivos religiosos atribuindo-lhe ainda um caráter simbólico. Era por ela que passava a procissão de Santo Antônio, levando a imagem do santo padroeiro até a igreja matriz, onde todos os anos realizavam-se os festejos com a tradicional quermesse (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 67-68).

Tanto Oliveira quanto Machado atestam sobre as recordações da população, as brincadeiras com serpentinas, das carruagens, e, posteriormente, os carros Fords e as Ramonas todos enfeitados, o lança-perfume, depois, vieram as fantasias individuais e blocos, e por meios das marchinhas criou-se uma tradição oral de preservação da memória cultural, pois algumas músicas que são tocadas até hoje, em bailes carnavalesco “creio que só no final da década de 20 as danças transformara em pulação, ao som de “Teu Cabelo Não Nega”, “Loirinha”, “Moreninha” – marchinhas que deram vida ao novo carnaval campo-grandense” (MACHADO, 1995, p. 16-17). Segundo Peter Burker (1978), em *Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800* pondera

O exemplo *par excellence* da festa como contexto para imagens e textos é certamente o Carnaval. Particularmente no sul da Europa, o Carnaval era a maior festa popular do ano, época privilegiada na qual o que muitas vezes se pensava poderia ser expresso com relativa impunidade. O Carnaval era uma época favorita para a encenação de peças, e muitas delas não podem ser corretamente entendidas sem se ter algum conhecimento dos rituais carnavalescos, a que tanto aludem. Antes de se poder tentar qualquer interpretação, é preciso reconstruir um Carnaval típico a partir das provas fragmentárias que sobreviveram. Essa reconstrução é inevitavelmente arriscada, pois, embora as provas italianas sejam as mais ricas, é um tanto perigoso ver a Europa através de lentes italianas (BURKER, 1978, p. 180, grifos do autor).

Em conformidade com Peter o carnaval, durante a Idade Moderna na Europa era valorizado uma festa popular, tradicionalmente, cultura popular, porém fala de certa reconstrução do carnaval típico “os bailes de máscara”, porém atentar na reconstrução pelo olhar de outro seria receoso “[...] esta dependência da história do passado em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tomar presente [...]” (LE GOFF, 1990, p. 25). Como elemento essencial memória social sendo constituída para reconstrução, o historiador, neste caso, não pode errar na cronologia dos fatos históricos, precisa resgatar o passado exatamente na época dos registros.

Para contextualizarmos as recordações dos escritores Paulo Machado e Antônio Oliveira Neto, resgatamos a seguinte figura 13,



Figura 13 – Desfile de carro ornamentado para o Carnaval. (Foto: Arquivo/ARCA).
 Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>.
 Acesso em: 17 set. 2021.

Diante da figura 13, disponível no acervo ARCA, em seus relatos os escritores conseguem reconstruir a época do registro, os carros ornamentados para as festividades carnavalescas, é um exemplo que o resgate ao passado foi reconstruído historicamente, isto é, a semelhança entre os registros dos dois escritores constrói a memória do carnaval campo-grandense.

Recorremos a José Barbosa Rodrigues (1980), em *História de Campo Grande*, documentadamente, antes de ser denominada Campo Grande, a cidade era *Arraial de Santo Antônio de Campo Grande*¹⁰, por motivo de seu fundador José Antonio Pereira ser religioso e fez promessa a Santo Antônio “o velho patriarca lembrou-se de Santo Antônio, seu santo protetor, e, em meio à ardente prece, prometeu-lhe uma capela e uma festa na inauguração, caso os doentes sarassem e chegassem ao seu destino” (RODRIGUES, 1980, p. 36). Sendo assim, em 1877, José Antônio cumpre a promessa e constrói um pequeno racho, nas imediações da rua 26 de agosto.

Na crônica o *Um curso retardado*,

Quatro amigos, todos de avantajado porte físico e grande estatura moral, solenes, graves, queridos e respeitados na cidade. Exatamente por isso o fato causou singularidade àqueles que não lhe entenderam o sentido. Juvenal Alves Correia Filho, Francisco Valero, Bernardo Bicas e Ovídio Correia. Este era lírico quando escrevia O NEGRO DO BIRUMBAU, a HISTÓRIA DAS IGREJAS CUIABANAS e CAMAPUÃ e mordaz nos seus artigos polêmicos como em SAVARINAS, página escrita a pedido e sob as vistas do talentoso jornalista Rádio Maia, que proclamava seu encantamento pelos seus fulgores e suas farpas. [...] Na quarta-feira de cinzas de 1928, ainda saíam da igreja de Santo Antônio beatos de rosário à mão e cruz à testa, reverentes e contritos, quando aquele grupo de amigos surgiu ruidosamente na Rua 14. Vinham todos num carro de capota baixa, percutiam um imenso bombo, atiravam confetes e serpentinas, cantavam jargões das últimas músicas carnavalescas. Naqueles tempos recuados e de cidade provinciana, a cena era alvoroçante, desafiadora, e ostentava anticlericalismo provocante [...] (SERRA, 1989, p. 26).

Portanto, temos uma cidade com manifestações do cristianismo, a qual evidencia marcas religiões e culturais, o sagrado é divino não podendo socialmente ter o profano, e o carnaval é uma festa pagã. A esse respeito Júlio Chiavenato (2002), em *Religião: da origem à ideologia* tece o seguinte,

Um fator ideológico é uma força que age ideologicamente [...] Não há dúvida de que a religião é um fator ideológico com uma grande força moral na sociedade. A religião, a moral e a ciência são formas de ideologia, como a filosofia, a literatura e as artes [...] A ideologia é uma superestrutura. Um reflexo cultural das forças estruturais da sociedade (CHIAVENATO, 2002, p. 17).

¹⁰ Edição Especial - *Revista ARCA*, 2011, p. 8, grifos nossos. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 16 set. 2021.

O poder ideológico exercido na época não deixa o profano ser maior que os reflexos e aspectos ideológicos daquela sociedade, tais cenas assim, são desrespeitosas e contra a filosofia de convivência no momento, essas ideologias mudam, de acordo com as características do contexto histórico-sociocultural dominante.

O profano, também, está relacionado nas crônicas *Kikibol* e *Casas de Jogo*, devido a motivação de uma sociedade religiosa,

Às carreiras Thomé & Irmãos fizeram construir um prédio assobradado, onde hoje é a lanchonete de Elias Lhado, para a prática do *kikibol*, movimentado papa-níquel trazido pelo Falabella. Na parte térrea, onde funcionava, lindas e vistosas garotas, elegantemente fardadas, de uma plataforma de um metro de altura, impeliam bolas através de uma canaleta de madeira. Jogo atraente, mais atraentes as meninas de belo porte e muito charme. Nele não interferia habilidade, somente a sorte, o que levou o subchefe de polícia, dr. Carlos Huguenei Filho, a classificá-lo de contravenção e proibi-lo. O cel. Newton Cavalcânti, comandante da Circunscrição Militar e das forças que nos combateram em Quitéria, na Revolução de 32, opôs-se à medida, firme e resoluto. [...] Senti. Pois foi o único jogo que aprendi e me fascinava... (SERRA, 1989, p. 28-29, grifo do autor).

Casas de jogo [...] Para intensificar o turismo, o jogo foi permitido em todas as suas modalidades nas cidades consideradas climáticas e entre elas Campo Grande. Aqui se podia jogar até a meia-noite, mas em verdade se jogava a noite toda e em grande parte do dia. A Rua Dom Aquino, antiga 1.º de Março, no trecho entre a Rua 14 de Julho e Avenida Calógeras (antiga Santo Antônio), converteu-se na rua do jogo, do pecado e das mariposas (SERRA, 1989, p. 47, grifo nosso).

Sendo assim, é inaceitável tal conduta de jogatina, quando Serra expõe ‘único jogo que aprendi e me fascinava’, simbolizamos em nossa memória o vício em jogos, na perspectiva da religiosidade são imorais, além das mulheres no ambiente “lindas e vistosas”, pelo patriarcado às mulheres foram naturalizados como donas de casa, mães de famílias, entre outras coisas, portanto, aspectos sociais e de prazer duvidoso, e não estão ligados ao sagrado concluem-se de que “havia outros argumentos morais além deste sobre a indecência. Por exemplo, havia a questão de que os jogos e festividades eram ocasiões de violência” (BURKER, 1978, p. 207).

Outra questão é a ilegalidade dos jogos de azar, cassinos, jogo do bicho, sorteio ou loteria não legalizados, e qualquer outro tipo de exploração enganosa para o indivíduo. Dessa forma, o primeiro *Decreto Lei n. 241*¹¹, 04 de fevereiro de 1938, tinha a seguinte ementa “Dispoe sobre o Imposto de Licença Para Funcionamento, no Distrito Federal, dos Casinos - Balnearios, e da Outras Providencias. - Cassinos. Jogos De Azar” (BRASIL, 1938). Posteriormente, em 1941, o *Decreto Lei n. 3.688*, Lei das Contravenções Penais, em seu artigo

¹¹ (REVOGADO). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=241&ano=1938&ato=a1f0TUE9kMjpXTe51>. Acesso em: 22 set. 2021.

50, dispõe “Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele” (BRASIL, 1941). E assim, os jogos de azar passar ser crime, pelo *Decreto-Lei n. 4.866*, 23 de outubro de 1942, regulamenta aplicação do Art. 50 (BRASIL, 1942).

Desde 2019, a Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, deflagra a operação *Deu Zebra* matéria dos jornalistas Marta Ferreira e João Pedro Godoy, do *site GIMS* (03 de setembro de 2021), na qual assinala que setenta e dois pontos de jogos do bicho estão sendo alvo da operação,

Jogo do bicho em Campo Grande

A atividade ilegal continua operando apesar da retirada de banquinhas durante a “Black Cat”, uma das fases da operação Omertà, deflagrada desde setembro de 2019 contra o crime organizado em Campo Grande. As banquinhas tradicionalmente ocupavam calçadas em Campo Grande, onde eram recebidas as apostas e feitos os pagamentos de prêmios. Com a saída delas - que foram lacradas em setembro e retiradas em dezembro em ação conjunta da Polícia Civil e da prefeitura de Campo Grande - as apostas são feitas em pontos, que são os alvos da ação. Para isso, é utilizado um aplicativo, com maquininhas que passam cartão de crédito e débito. As extrações podem ser vistas na internet, em sites especializados, que trazem os resultados todos os dias, comprovando que as apostas seguem, apesar da investida das forças de segurança. A tarefa da operação é interromper a prática além de juntar elementos para identificar os responsáveis pela operação do negócio ilegal. A suspeita é que, depois da prisão dos acusados de operar por mais de 30 anos o jogo do bicho em Campo Grande, com as ações da Omertà, outro grupo assumiu os negócios, possivelmente vindo de fora (FERREIRA; GODOY, 2021, n. p.).

Dessa forma tanto o jogo de azar quanto o jogo do bicho são ilegais no Brasil, e estão sendo vistoriados desde 1931, a partir decretos e leis, assim, os jogos e o Carnaval chegaram causar certo preconceito em alguns lugares, Burker aponta sobre as proibições impostas pelos reformadores, no caso os jesuítas europeus,

Os reformadores objetavam particularmente contra certas formas de religião popular, como as peças de milagres ou mistérios, sermões populares e, acima de tudo, festas religiosas como os dias de santos e peregrinações. Também objetavam contra inúmeros itens da cultura popular secular. Uma lista abrangente atingiria proporções enormes, e mesmo uma lista curta teria de incluir atores, baladas, açulamento de ursos, touradas, jogos de cartas, livretos populares, *charivari*, charlatães, danças, dados, adivinhações, feiras, contos folclóricos, leituras da sorte, magia, máscaras, menestréis, bonecos, tavernas e feitiçaria. Um número considerável desses itens criticados associava-se ao Carnaval, de modo que não surpreende que os reformadores concentrassem suas investidas contra ele. Além disso, proibiam — ou queimavam — livros, destruíam imagens, fechavam teatros, picavam mastros de Maio e dissolviam “abadias de desgoverno” (BURKER, 1978, p. 204).

Esta reforma da cultural popular, podem ter seus fragmentos e ideologia sendo observadas no Brasil, pelo fato da imigração trazer sua cultura junto, e ocorre a hibridação cultural, e reflete em nossa formação histórico-sociocultural, e ressaltamos que a religião, também, causa

interferência na vida social do homem, lugares que podem ser associados com a prostituição, com vícios, então, tanto na época como até hoje, não são bem vistos culturalmente.

Nas crônicas *Livrarias*, *Farmácia São José* e *Casas tradicionais*, respectivamente, mostra esse encontro de colônias, de desenvolvimento, separamos os seguintes fragmentos,

Livrarias – As duas mais antigas que conheci foram a Kosmos, de Lourival de Sousa, da numerosa e querida família do austero cel. João Pedro, e a Passarelli, do gaúcho João Passarelli, que foi um impetuoso defensor da cidade e uma partícula viva, humana, marcante, na Rua 14. Depois surgiria a Rui Barbosa, dos irmãos Tessitori. Depois de sucessivas modificações na razão social da firma proprietária, passaria à exclusividade de Abel Freire de Aragão, que a dilatou e criou a maior gráfica de Mato Grosso (SERRA, 1989, p. 27).

Farmácia São José – O exílio de Vespasiano Martins no Paraguai e depois sua vida parlamentar fizeram a Royal entrar em declínio e ser substituída, como pólo político e social, pela São José, transferida da Rua 13 para a Rua 14. Vicente Fragelli, simples e bom, ocupava-se do receituário. Ângelo, de prosa amena, trato polido e acolhedor, conhecedor de bons vinhos e com extensões universitárias nos EE. UU., era um enamorado da cidade. [...] Os três irmãos, homens de alma leve, sem ódios, sem rancores, faziam da São José uma ilha verde e remansosa, a ante-sala de Campo Grande e um pedaço de Corumbá, transplantado com raízes e as raízes levando terra branca e calcária. [...] Freqüentavam-na assiduamente Mário Pinto Peixoto, Quintanilha, Artur Jorge, Correinha, Issa Kalif, Mariz Pinto, Eduardo Olímpio Machado e outros. Todos já morreram. [...] (SERRA, 1989, p. 27-28).

Casas tradicionais – Havia casas que marcavam a Rua 14. A do velho Wulfes, por exemplo. Teuto-brasileiro que foi apenas presidente vitalício da Associação Comercial e da Associação dos Proprietários de Imóveis, sempre dedicado, eficiente e probo. [...] Mais acima, a casa do libanês Salim Maluf, estátua viva da honradez e da mansuetude. No outro quarteirão, uma casa trazia na fachada, como autêntica legenda de pioneirismo, a inscrição: Fundada em 1911. [...] Somente há poucos anos teve de submeter-se à ação demolidora dos anos. Mas ficou em placa de rua o nome do seu proprietário, Abrão Júlio Rahe, que uma progênie ilustre mantém e dilata. Padaria Hespânica, de D. Cubel e D. Filomena, trabalhadores, alegres e corretos, a vender pão, sobretudo a distribuírem otimismo e bons exemplos. [...] E o Aikel Mansour? Libanês que virou campo-grandense de chapa e cruz, e já tem sessenta anos de bela tradição. À noite ficávamos eu, João Maluf, Osvaldo Pereira, João Müller, Pedro Pina e às vezes Alberto de Castro a cavaquear, na Rua 14. Tive um outro amigo, fraterno, companheiro da Rua 14 e de tertúlias – Tibor Davi. Húngaro, chegou muito moço ao Brasil. [...] (SERRA, 1989, p. 29-30).

Em relação às memórias coletivas, observa-se que em *Livrarias*, *Farmácia São José* e *Casas tradicionais*, os locais das casas residências e dos comércios estão ligados ao sobrenome de suas respectivas origens, por exemplo: Kosmos, Passarelli, Fragelli, Tognini, Maluf, Wuffles, entre outras, que estão situadas na Rua 14 de Julho, e referenciam o pioneirismo da evolução e desenvolvimento historiográfico do crescimento populacional, e ocupação dos imigrantes na cidade, registrado assim em a memória cultural local.

Ao lermos as crônicas três percebe-se que Serra enfoca nos sobrenomes das pessoas e relaciona adjetivos positivos de acordo com personalidade das pessoas, além do poder social e aquisitivo, dessa forma, podemos pensar em uma sociedade elitizada. Outro aspecto,

importante, são os locais como ponto de encontro, e frisa seus frequentadores como pessoas elitizadas devidos seus bens materiais, logo, seria a identidade sociocultural daquele grupo.

Na concepção de Le Goff,

Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da *memória*, que atravessa a história e a alimenta (LE GOFF, 1990, p. 13, grifo do autor).

Dessa forma, Serra faz um resgate ao passado, com momentos de tons saudosismos. E acontecimentos alusivos à sua vivência, porém esta memória individual precisa da memória coletiva, observamos a característica quando ele nomeia as pessoas, localiza o tempo, avisa que alguns já morreram, os lugares marcando o espaço da memória é descrito com o intuito, talvez, de aprisiona-se ao tempo “À noite ficávamos eu, João Maluf, Osvaldo Pereira, João Müller, Pedro Pina e às vezes Alberto de Castro a cavaquear, na Rua 14” (SERRA, 1989, p. 29), Serra não pode reviver o momento físico, mas que pode acionar sua memória coletiva para recordar esses momentos vividos.

Nas ponderações de Ecléa Bosi (1994), sobre memória, lembranças e representação comenta

A lembrança bergsoniana, enquanto conservação total do passado e sua ressurreição, só seria possível no caso (afinal, impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância. A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória (BOSI, 1994, p. 55).

Ecléa Bosi argumenta que não existe uma percepção pura, que sempre teremos traços do passado, da memória coletiva. A memória cultural é uma forma de representar a sociedade para que não seja esquecida, a maioria delas evocam o passado a fim de transformar ou assegurar o futuro, conseqüentemente, não tem como separar memória, história e sociedade, pois é uma dimensão de memória coletiva construída historicamente. Oliveira Neto (2005) tece algumas considerações a respeito da rua 14,

E era na rua 14 de Julho onde as mais importantes figuras da sociedade local se reuniam para, além de discutirem sobre negócios ligados principalmente ao gado, conversarem a respeito dos problemas da cidade. Essas reuniões davam-se ora nas portas dos estabelecimentos dos principais comerciantes, ora em pontos tradicionais como o Café Néctar, a Farmácia São José ou os bares Bom Jardim, Cinelândia e Bom Gosto. Paulo Coelho Machado, já mencionado membro efetivo e atuante da elite campo-grandense, no seu livro *A Rua Principal*, citando o nome de ilustres personalidades da história local, referiu-se à Farmácia São José *como o ponto obrigatório e cotidiano de reunião dos profissionais liberais e comerciantes de Campo Grande, no final do expediente (p. 97)*. Na sua entrevista, Gabura também

citou importantes nomes da política local e estadual como assíduos frequentadores da Farmácia São José e da 14 de Julho: ...tinha a Farmácia São José, ao lado da minha casa, que era onde se reuniam os políticos daquele tempo, então eu convivi também com os grandes políticos do Mato Grosso que sempre estavam ali... era Filinto Müller, Fernando Corrêa do Costa, Ari Coelho, Wilson Barbosa Martins e o irmão dele o Plínio Barbosa Martins, o Governador Ponce, então todas essas pessoas circulavam pela 14... ali era o movimento, Campo Grande era a rua 14. Esses encontros informais, e em locais públicos, de políticos tradicionais, comerciantes, fazendeiros e outras pessoas influentes, possibilitaram que a população de Campo Grande passasse a identificar a 14 de Julho como o local onde eram tomadas as principais decisões políticas e econômicas da cidade (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 61-62, grifos do autor).

À entrevista de Gabura para Oliveira Neto faz um resgate do passado, pela memória e recordação de Gabura, temos uma significação ao recordar o que estava sendo esquecido, os pontos comerciais, os amigos, porém foi a vivência de Gabura, ele pode recordar e reconstruir no ponto de vista dele, conforme Le Goff aponta “O olhar do historiador sobre a história da sua disciplina desenvolveu recentemente um novo setor especialmente rico da historiografia: a história da história” (LE GOFF, 1990, p. 195).

Em conformidade com Ecléa Bosi,

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem seu ponto exato da entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos, creio que esse não seja um processo consciente (BOSI, 1994, p. 407).

A articulação passado, presente e futuro é provocar lembranças, sejam estas individuais ou coletivas. Mas, na perspectiva de construirmos nossas lembranças estão mais no social que no individual, as quais deixarão marcas para as novas gerações, Ulisses Serra, fez! Fez com excelência, uma obra memorialística com qualidade e reconhecimento para nossa memória coletiva e identidade histórico-sociocultural.

Quando iniciamos, situamos o nosso leitor com a figura 12, da Rua 14 de Julho, para temos a ideia como seria o Beco, a qual era denominada primeiramente, ao finalizarmos destacou esta,



Figura 14 – Rua 14 de Julho década de 1920. (Foto: Arquivo/ARCA).

Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

Conforme, a figura 14, em 1920, para contextualizar a mudança da rua 14 de Julho: Beco, o trilheiro deserto, curto e sem saída, estava desenvolvendo, rua larga, com residências, o comércio aparece, era o progresso da Rua 14 de Julho, a qual mudaria muita mais.

Serra escreve,

Hoje a Rua 14 é outra. Tem mais do que sonhávamos ela tivesse um dia. Cruzam-se nela todos os caminhos de Mato Grosso e traçam-se os destinos políticos do Estado. Empolgante com suas luzes de gás *néon* e seus postes artísticos, no vaivém contínuo das multidões que se acotovelam, no tumulto do seu trânsito e na audácia dos seus arranha-céus. Amo-a como a nenhuma outra. De ponta a ponta abre-me os seus braços nos abraços dos meus amigos. Mas a outra, a de outrora, dos meus tempos de moço, descuidados e fagueiros, era mais típica, mais genuína, mais gostosamente cabocla (SERRA, 1989, p. 30).

Quando são acionadas a memória cultural ou social, inevitavelmente conecta as relações dos acontecimentos atuais com o passado, recordações entre o que está acontecendo e o que já aconteceu. Ulisses Serra vislumbra de antemão os fatos históricos como memória histórica, porém, em dado momento passa a ser memória coletiva, portanto sua obra é um registro literário, um patrimônio cultural cheio de riquezas da cidade Campo Grande, uma resignação ao tempo e ao passado, relacionado com a memória social que reconhece o outro, para formar às memórias a partir do contato da vida social.

Portanto, refletir questões de memórias sociais e culturais possibilitam ao leitor uma ampliação de sentido, pois o leitor enxerga a realidade sobre outro prisma, perfazendo o “real que um dia existiu”, sendo possível, ainda, ser encontrado na capital Campo Grande elementos pertinentes à obra, levando-se em conta os 50 anos da primeira publicação e os 32 anos do

lançamento da segunda edição de *Camalotes e Guavirais*. Os quais podemos recordar e reconstituir nossa história, e construir memórias tantas individuais como coletivas.

Nesta perspectiva, *Camalotes e Guavirais* (1989) é uma obra que perdura quase meio século, considerando 1º centenário do nascimento de Ulisses Serra (115 anos). Oferece esta estrutura social de uma época que promove dilemas sociais e morais em outra época, transmitindo certa ambivalência intertextual entre passado e futuro, e certamente a representação e construção da nossa identidade sociocultural, pois reconstituir o passado em partes, faz parte da nossa formação civilizatória. Recordamos que o presente, passado, e o futuro são fundamentais para memória histórico-cultural de um povo, sem as memórias não existe uma identidade cultural.

3.3. *Cenas da Rua 14* de Julho do nosso tempo: o espaço revitalizado

Com vimos, a Rua 14 de julho é uma das principais da cidade desde quando o vilarejo foi fundado 1875, e se constituiu aos poucos, foi denominada de Beco “um trilheiro deserto, curto e sem saída” (MACHADO, 1995, p. 14), e, posteriormente, batizada para 14 de Julho. Sendo considerada a rua dos comércios na cidade, as casas tradicionais e residências são raras na região, devido as revitalizações ou demolições dos locais. Seu prolongamento vai da rua Mascarenhas de Moraes (polo esportivo do colégio Dom Bosco) até Avenida Eduardo Elias Zahran (próximo ao cemitério Santo Antônio). De acordo com Oliveira Neto (2005) explica,

Estendendo-se desde o Cemitério Municipal Santo Antônio, ao sul, até a Avenida Mascarenhas de Moraes, ao norte, a 14 de Julho é mais uma das largas e retas ruas de mão única que compõem o núcleo central de Campo Grande [...], em forma de tabuleiro de xadrez. Mesmo sendo uma rua de grande volume comercial e de maior quantidade de movimentação de pessoas e mercadorias da cidade, esse logradouro público apresenta, atualmente, características similares a qualquer outra rua dos centros das cidades brasileiras (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 21).

Oliveira Neto traça o perfil urbanístico da rua 14 de Julho, e mostra o desenvolvimento da cidade com movimentações de pessoas e dos comércios. Mas para ocorrer esse melhoramento a cidade precisou se adequar e criaram o 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande¹², em 1905, esse ditava as diretrizes de convivência para os moradores do povoado. Em 1907, chegaram engenheiros a cidade e propuseram a planta urbanística.

A planta urbanística era a exigência da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste Brasil para iniciar a construção da linha ferroviária, a cidade em ‘forma de tabuleiro xadrez’ era o traçado que as ruas tinham que ter ângulos retos e quarteirões regulares, e em 1909, a primeira planta urbanística da cidade, conforme Alisolet Weingärtner atesta,

Nos fins de 1909, por determinação do Presidente do Estado Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, se fez a demarcação das terras para a sede da cidade, cuja área era de 3.600 hectares. Dois anos antes dessa determinação de Pedro Celestino, em 1907, chegam a Campo Grande a serviço da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o engenheiro Emílio Schenoor e sua comitiva. Vieram estudar o terreno e definir o traçado da ferrovia. O contrato assinado entre o governo federal e a Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, permite a esta companhia interferir na estruturação da área urbana, elaborando para aquelas cidades situadas no traçado ferroviário, um planejamento para disciplinar a ocupação urbana e sugere às Intendências Municipais, Código de Postura, no qual, além de estabelecer diretrizes de ocupação, define algumas medidas de higiene e saúde pública. Com isso, as cidades ganham um traçado xadrez onde, além de reordenar a aglomeração existente, prevê a

¹² Revista ARCA, n. 5, outubro de 2005, n. p.

expansão urbana. Em Campo Grande, o planejamento urbano sugerido pela Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, estabelece um centro onde se localizam as casas comerciais, residenciais, sede de alguns órgãos públicos, prevê a criação de bairros, entre eles o bairro ferroviário que abrigaria o conjunto de serviços e residências de seus trabalhadores (WEINGÄRTNER, 1995, p. 6).

Dessa maneira, houve intensidade no aumento populacional de Campo Grande, assim, como fatores econômicos, políticos, comerciais e históricos impulsionaram o seu desenvolvimento. A linha ferroviária foi inaugurada, em 1914, favoreceu ainda mais, crescimento urbano devido a movimentação de imigrantes e migrantes pelas linhas férreas de outros estados,

A presença de imigrantes em Campo Grande, como a própria história da cidade, passa, principalmente, pelos trilhos da estrada de ferro quando muitos aqui aportaram, em busca de trabalho. O fluxo migratório de estrangeiros aumente com a construção e inauguração da Estrada de Ferro do Noroeste Brasil e, por volta de 1920, representa cerca de 9% da população da cidade. Do total de imigrantes, os portugueses, italianos e espanhóis representam expressivo número de pessoas que vieram buscar novas oportunidades atuando em atividades da construção, indústrias de tijolos, ladrilhos, comércio e serviços, como hotelaria e panificação (ARCA, 2000, p. 5).

Com a evolução da linha férrea, além dos imigrantes que chegaram de outros países, teve a migração interna “para Mato Grosso do Sul vieram, no começo, migrantes provenientes principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná, e noroeste de São Paulo. Posteriormente, chegaram também levas de mineiros, nordestinos e cariocas” (GRESSLER, VASCONCELOS, KRUGER, 2008, p. 8).

O desenvolvimento econômico e aberturas dos comércios contribuem para um novo plano urbanístico, o qual inclui a pavimentação e calçamento das ruas, principalmente a 14 de Julho, assim, é iniciado a revitalização das ruas da cidade. Depois das informações acima, tratando-se de memória coletiva, é interessante mencionarmos a crônica: *Cenas da rua 14*, da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, iremos analisar o 1 parágrafo da crônica.

Ulisses Serra escreve o seguinte,

A pavimentação da Rua 14 partia da Av. Mato Grosso, rápida, sólida, bem-feita, ao preço de vinte e dois cruzeiros, da moeda anterior, o metro quadrado. Entre os funcionários da firma empreiteira, um moço loiro, olhos azuis, sanguíneo, inteligente e agitado. O cabo de um chicote acintosamente emergia do cós das suas calças. Um operário moroso ou descuidado, um transeunte que pisasse ou atirasse um detrito no asfalto ainda vedado ao público, acendia a cólera do Anacreonte. Furioso, gesticulava, gritava, espumava. Sacava do relho e o brandia no espaço. A própria violência¹³ solta na rua. Ninguém tentava deter aquele furacão humano. Um velho gaúcho, alto, magro, vendedor de assinatura de jornais, aconselhava-o sempre: – Cuidado. Cuidado, rapaz. Esta terra não cria valentes. Ou então, mais dramático: – Olha, você, assim, vai morrer

¹³ Nosso objetivo está pautado nas contribuições dos imigrantes e migrantes para o desenvolvimento da cidade, portanto, não iremos focar em contextualizarmos a violência.

de botina... Mas, não se emendava [...] (SERRA, 1989, p. 31).

Dessa maneira, ao analisamos a crônica nota-se: “a pavimentação¹⁴ da Rua 14 partia da Av. Mato Grosso, rápida, sólida, bem-feita” (SERRA, 1989, p. 31), a mão-de-obra gerou trabalho para diversas famílias, as quais migravam internamente para o estado em busca de oportunidades e melhorar de vida economicamente. Essa pavimentação “consistia numa mistura de pedra britada com saibro e compressão com máquinas pesadas, adicionando um pouco de piche ou massa asfáltica quente e pó de pedra por cima” (MACHADO, 1995, p. 17).

Quando lemos: “Entre os funcionários da firma empreiteira, um moço loiro, olhos azuis, sanguíneo, inteligente e agitado. O cabo de um chicote acintosamente emergia do cós das suas calças” (SERRA, 1989, p. 31), pelas características físicas é um imigrante, com possibilidades de cargo de chefia, por ter nas calças pendurado o chicote “O chicote era um instrumento utilizado tanto em punições particulares, privadas no interior das fazendas, como por sentença da justiça, no pelourinho” (MOURA, 2004, p. 100).

E seguimos “Um velho gaúcho, alto, magro, vendedor de assinatura de jornais, aconselhava-o sempre: – Cuidado. Cuidado, rapaz. Esta terra não cria valentes” (SERRA, 1989, p. 31), porém na nossa concepção histórica, cultural, e geográfica a região Sul do Mato Grosso acabou herdando os vestígios maiores da violência devido a Guerra do Paraguai, o historiador Valmir Corrêa, em *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)* argumenta,

Após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência. Isso vale dizer que, no instante de reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, as leis de um modo geral passaram a ser sistematicamente violadas, ou simplesmente ignoradas, dando continuidade ao *clima de guerra* e a impunidade na região. Apareceram assim, os primeiros focos de banditismo na região sul, às vezes perfeitamente delimitados pela concentração em determinadas fazendas, abandonadas ou arrasadas pela guerra, ou através de constantes ataques a boiadeiros, mascates e aos fazendeiros que tentavam reconstruir suas propriedades (CORRÊA, 2006, p. 34-35, grifos do autor).

Ao consideramos a crônica, logo, essa violência é naturalizada, um dos motivos é o espaço fronteiriço, o qual a região está inserida, e permeia a diversidade cultural, isto é, a hibridização cultural, entres outros, que gerou consequências devido a urbanização, o processo de industrialização e o período de modernização.

Os imigrantes contribuíram de maneira significativa, pelo olhar da historiografia literária e da memória cultural, a Rua 14 de Julho é conhecida como a principal rua do comércio, em Campo Grande, onde os imigrantes instalaram seus comércios e suas residências, também,

¹⁴ Técnica de pavimentação idealizado pelo inglês Mac Adam, no século passado, no período da Revolução Industrial (Revista ARCA, n. 5, outubro de 2005, p. 17).

é, a que dava acesso à Estação Ferroviária Noroeste do Brasil.

Inserimos algumas figuras, com objetivo de mostrarmos o desenvolvimento da cidade,



Figura 15 – Edifício José Abrão localizado na Rua 14 de Julho, esquina com a Cândido Mariano. (Foto: Arquivo/ARCA)

Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

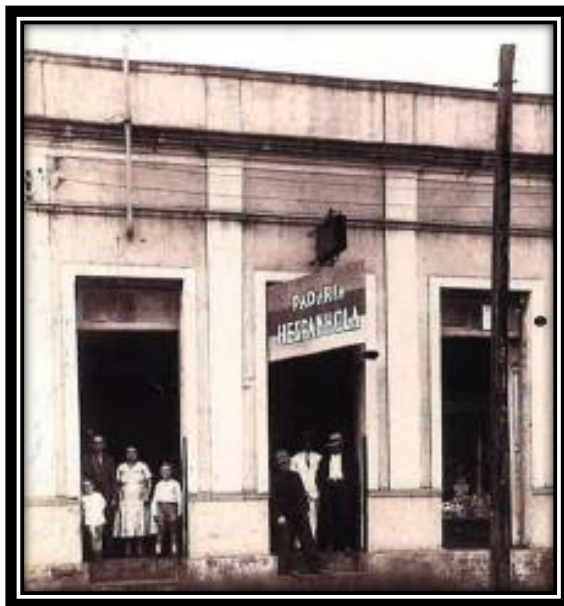


Figura 16 – Padaria Hespânica (1923, Família Cubel). (Foto: Arquivo/ARCA)

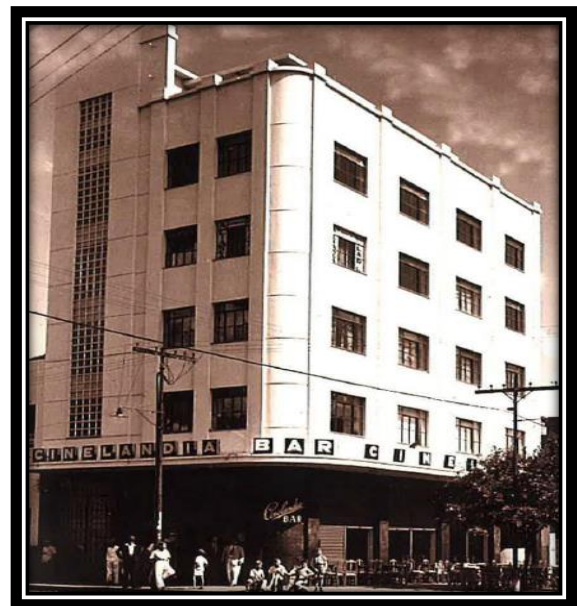


Figura 17 – Cinelândia Bar – Edifício Olinda. (Foto: Arquivo/ARCA)

Figura 16 e 17 – Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>.

Acesso em: 17 set. 2021.

Observamos, na figura 15, o Edifício José Abrão sendo o mais antigo da cidade construído, em 1939, empreendimento do senhor José Abraão, o coordenador Fernando Batiston, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, em matéria *O Bem: Edifício José Abrão ou Antigo Hotel Americano*,

Ao fim das obras, o prédio foi alugado para funcionamento de um hotel, inicialmente ao Rio Hotel e posteriormente ao Hotel Americano, consagrando o seu nome ao imóvel na memória dos campo-grandenses. O edifício ocupa todo o terreno com um pátio central no miolo do lote. O andar térreo era composto por duas moradias e três lojas, sendo a da esquina a maior delas. Os dois andares superiores possuíam, juntos, um total de trinta e cinco quartos com lavatórios, conforme o costume da época, e preparados para o funcionamento de um hotel. O Edifício José Abrão encontra-se localizado na esquina da Rua 14 de Julho com a Rua Cândido Mariano. A maneira como o prédio foi implantado no lote valoriza sua volumetria e os frisos geométricos verticais, bem como as molduras das janelas e portas e as letras do nome do edifício altaneiras, são ressaltadas por seu posicionamento centralizado do conjunto e pela pequena sacada no primeiro pavimento e outra menor no segundo, revelando a elegância do estilo ArtDéco. O revestimento externo em pó de mica avermelhada vinha da região de Porto Murtinho, fronteira do Estado com o Paraguai (BASTITON, 2019, n. p.).

Dessa maneira, um projeto arquitetônico te encantar os olhos, também, foi pioneiro na verticalização dos prédios, atualmente, é patrimônio cultural. Assim como, o edifício Olinda – figura 17, que abrigou o Cinelândia Bar, em 1949. A jornalista Alana Portela, em *Cinelândia Bar era point dos homens galanteadores na década de 50*, do *Site Campo Grande News*, matéria publicada em 01 de julho de 2019, entrevista o escritor e historiador Edson Contar, o qual relata,

[...] frequentava o local quando era adolescente e conta alguns fatos marcantes que tornaram o Cinelândia o bar mais famoso da região. “Era o bar da elite, A rapaziada gostava de andar elegante, terno e gravata esse traje era comum”, lembra. Ele recorda que naquele tempo, os moços se reuniam em grupos, cada um com seu time. “Tinha o ‘Club das Cinco’, que era esportivo e social. Era um poderoso time de basquete e vôlei que foi campeão numa competição nordestina. Eram quase imbatíveis. O meu grupo era o ‘Havana’ e nasceu através de um grupo de amigos de infância”. Aos domingos, as mulheres iam até a Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena, para um passeio entre moças. “Elas saíam com as amigas, mães e irmãs. Andavam até a Rua Dom Aquino. Na volta, passavam em torno do Cinelândia porque, do lado, tinha o famoso ‘Sonheiro’, um italiano que vendia sonhos no carrinho. Do outro lado, havia os doces árabes de seu Abrão e próximo, tinha a ‘Sorveteria Torino’”, recorda (CONTAR, em entrevista a PORTELA, 2019, n. p.).

Nota-se, que o entrevistado reconstrói os momentos com saudosismo, a memória individual, especificamente com a coletiva, relembra o bar da elite, esse era o “point” sociedade campo-grandense costumava encontrar-se, alguns lugares como Confeitaria Phenix, Farmácia São José, Cine Alhambra, entre outros. A figura 16, refere-se Padaria Hodierna Hespânica, os proprietários em frente ao comércio e o fundo era residência “O álbum de família exprime a verdade da recordação social” (LE GOFF, 1990, p. 466), inaugurada em 1923, uma das mais tradicionais da época, e ainda em funcionamento, em outro endereço e novos proprietários. O médico Alberto Cubel Brull (1999), em *Espanhóis*, tece o seguinte relato sobre seu avô Francisco Cubel Pastor, pai e tio,

[...] Chegando ao porto de Santos, resolveu estabelecer-se como padeiro, mas seu espírito aventureiro o impeliu a embrenhar-se no interior do Brasil, até chegar a

Campo Grande, onde realmente resolveu ficar. Fundou, então, na Rua João Pessoa (hoje 14 de Julho), entre as Ruas Antônio Maria Coelho e Maracaju, a padaria Hodierna Hespanola, em 1923. Imediatamente, ele escreveu para os seus filhos Manoel (Manolo) e Gabriel, que viviam em Valência [...]. [...] Diante do convite para ir a Campo Grande, papai e tio resolveram se casar e no mesmo dia 22 de maio de 1924. [...] em meados de junho do mesmo ano deixaram a Espanha a bordo do navio Catalina [...] Após uma viagem de 28 dias, apontaram em Santos. Com pouco recursos, pois vinham como imigrantes, procuraram trabalho – os homens como padeiros e as mulheres como domésticas. Após dois meses, conseguiram recurso suficiente e então partiram definitivamente para Campo Grande [...] passaram então administrar a padaria. Gabriel e Filomena ficaram morando na padaria, junto com meu avô [...] (BRULL, 1999, p. 321-322).

A família Cubel foi precursora do ramo de panificação na cidade, abriram outras padarias: Elite, Francesa e Estrela do Norte. Como vimos, a padaria Espanhola teve outros donos, o qual um deles é pai do cantor Michel Teló, durante a quarentena instaurada pelo coronavírus – COVID-19, (assim, como Brasil, o mundo está vivendo uma pandemia que ceifou milhões de vidas). Voltamos ao Michel Teló, em sua rede social, ele postou stories, os quais viraram matéria da jornalista Elisangela Ribeiro, em *Sertanejo Michel Teló relembra época da infância em Campo Grande*, do *Área Vip*, matéria publicada em 26 de março de 2020,

Através de seus stories, o cantor surgiu espremendo algumas laranjas para preparar um suco para a família, e lembrou o tempo em que era criança, e morava nos fundos de uma padaria.

“Pra você que está tomando seu café da manhã, eu tô aqui fazendo um suco...” começou o cantor”

Depois, Michel continuou falando sobre quando era criança e lembrando sobre o local onde morou: *“Eu morei toda a minha infância 9, 10 anos de idade nos fundos de uma padaria, e esse era um dos sons que eu mais ouvia (barulho de espremedor de laranja), na minha infância”*, disse ele.

Na sequência, ele relatou que em Campo Grande, ele ouvia muito o barulho do espremedor de frutas: *“Porque na padaria vendia muito suco de laranja, lá em campo grande na padaria Espanhola, então o tempo todo você estava ouvindo esse barulho de espremer uma laranja, e é bom né? Só botar uma água, isso me lembra demais minha infância”* (Teló, 2020, citado por RIBEIRO, 2020, n. p.).

Consequentemente, Michel Teló, reconstrói uma parte de sua infância com as lembranças do barulho do liquidificador, Halbwachs afirma “admitimos que o sistema cerebral e nervoso do homem seja um aparelho de ressonância, capaz naturalmente de registrar e reproduzir os sons” (HALBWACHS, 1990, p. 172), ao lembrar esses momentos que fixados em nossas lembranças, às vezes, imagem e sons são os que mais recuperamos pela memória, também, observamos, que mesmo com toda modernidade atribuída ao mundo, lembrar o barulho, o suco remeteu à sua infância “insistindo na importância da infância na constituição desta memória”

Assim como a família Cubel, veio para Campo Grande, outros imigrantes também se deslocaram com esperanças de melhorar a vida financeira, dessa forma, possibilidade das

relações comerciais aumentou, devido as instalações das colônias e dos migrantes promovendo a abertura de novos pontos comerciais, armazéns, hotéis, construções de novas residências com edifícios e casas criados com projetos arquitetônicos semelhantes com o período colonial. Ao dispomos as figuras acima.

O jornalista Danilo Nery, em *Importância da ferrovia NOB para o desenvolvimento de Campo Grande*, do site *Capital News*, matéria publicada em 26 de agosto 2014, tece as seguintes informações,

Japoneses – Os imigrantes japoneses desenvolveram várias colônias agrícolas no entorno de Campo Grande. Com isso se tornaram os primeiros fornecedores de alimento para a população campo-grandense. Gonshiro Nacao (grande empresário e dono de cafezais na cidade). **Italianos** – Entre os imigrantes italianos que prosperaram na cidade morena se destacam: Antônio Mandetta (proprietário da primeira fábrica de refrigerantes); Camilo Boni (elaborou diversos projetos, como o colégio Dom Bosco, Igreja Matriz de Santo Antônio, Loja Maçonica e o bairro Amambaí, o primeiro da capital); Bernardo Franco Baís (primeiro grande comerciante da Capital e proprietário da famosa Morada dos Baís). **Sírio-Libaneses** – Nas primeiras décadas do século XX, a grande maioria dos comerciantes instalados na Rua 14 de Julho era sírio-libaneses. Adib Assef Buainain (fundador da rede de drogarias São Bento). **Espanhóis** – Irmãos José e Inácio Gomes (pioneiros na construção e proprietários da primeira empresa de telefonia da Capital; Manoel Estevão (proprietário da carpintaria mais famosa da cidade, a Carpintaria São José). **Portugueses** – Manoel Secco Tomé (pioneiro da construção e responsável por grandes obras como o complexo dos quartéis do exército na Avenida Duque de Caxias) (NERY, 2014, n. p., grifos do autor).

Dessa forma, os imigrantes, também criaram suas respectivas colônias culturais, com intuito de preservarem as tradições e cultura. Proporcionaram o desenvolvimento local da Rua 14 de Julho, e além das contribuições significativamente que influenciaram na identidade sociocultural do estado, constituindo a hibridização cultural da cidade Campo Grande.

Recorremos a crônica, *A Rua 14 do meu tempo – Casas tradicionais*, de Ulisses Serra,

Mas esta rua, a de agora, também irá desaparecer na voragem dos anos. Estes edifícios, que atrevidamente se alteiam para o céu a desafiar procelas, serão jogados ao chão como frágeis e anacrônicos. Homens, fortunas, princípios que nos empolgam não resistirão à derrocada do tempo. Tempo! Mau e generoso; destruidor e renovador; noite e alvorada; piedoso quando faz lembrar, piedoso quando faz esquecer! No imenso e insondável encadeamento das gerações, a nossa vida, por mais longa, é fração de segundo imedível frente às gerações que já se passaram e às gerações que os milênios hão de trazer (SERRA, 1989, p. 30).

Ulisses aponta “Mas esta rua, a de agora, também irá desaparecer na voragem dos anos” (1989, p. 30). E não que ele tinha razão, o relógio construído, em 1933, na gestão do prefeito Ytrio Correia da Costa foi aprovada e aceita, este prefeito deixou três legados históricos, segundo Machado (1995) o relógio, o Obelisco na Afonso Penas e as feiras agropecuárias, atualmente, Parque de Exposição Laucídio Coelho.

Entre eles, o relógio era considerado um belo monumento para cidade, localizado no meio da 14 de Julho com Afonso Pena, era o marco referencial de tudo que acontecia na cidade: carnaval, encontros, desfiles cívicos, entre outros. O relógio foi demolido, em 1977.

As figuras da Rua 14 de Julho, respectivamente, representando a simbologia do relógio, figuras 18,

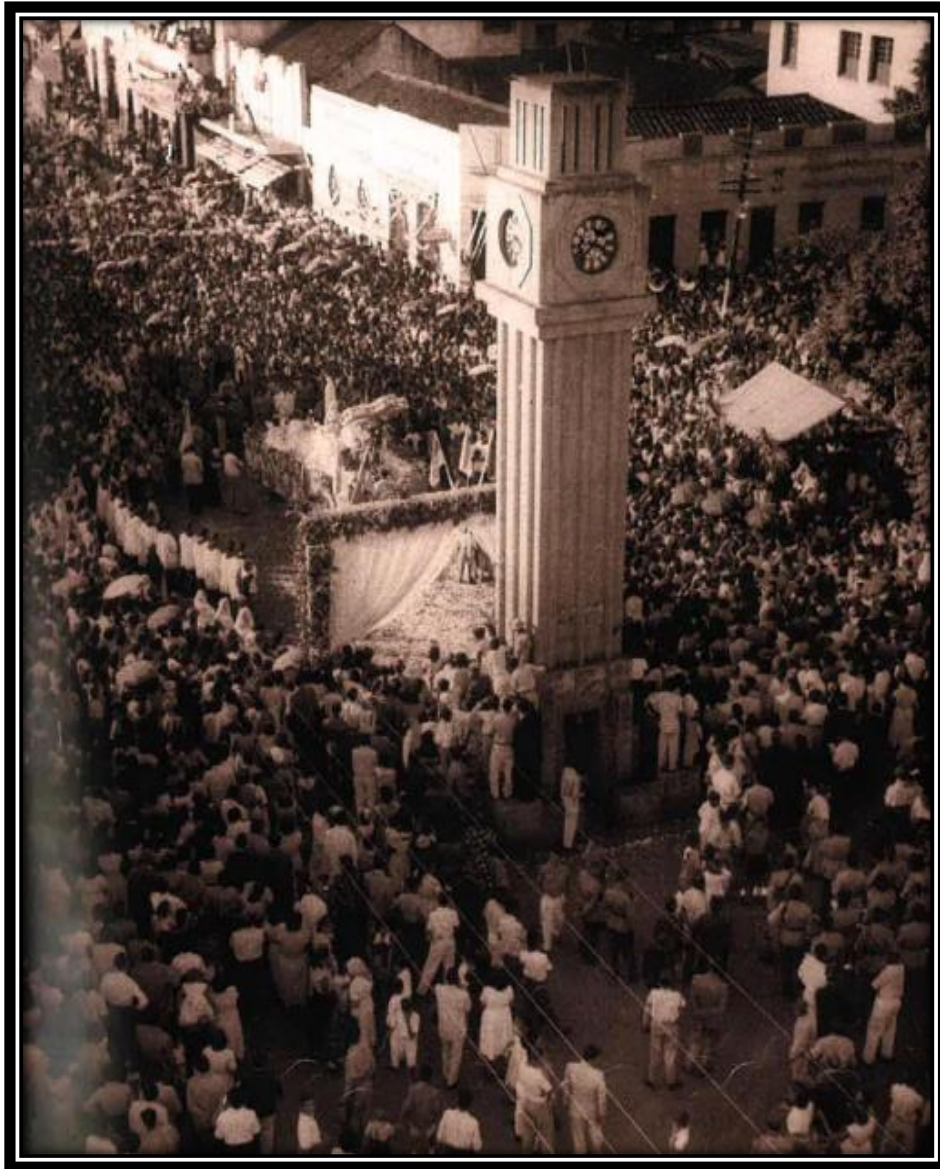


Figura 18 – Ponto de encontro dos campo-grandenses (Foto: Arquivo/ARCA)

Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>.
Acesso em: 17 set. 2021.

Na figura 18 - O relógio era representação de lazer, festividades, movimentos culturais e políticos, os desfiles cívicos, carnavais, comícios aconteciam ali. A memória social e coletiva estava sendo construídas por esses momentos de diversidade cultural.

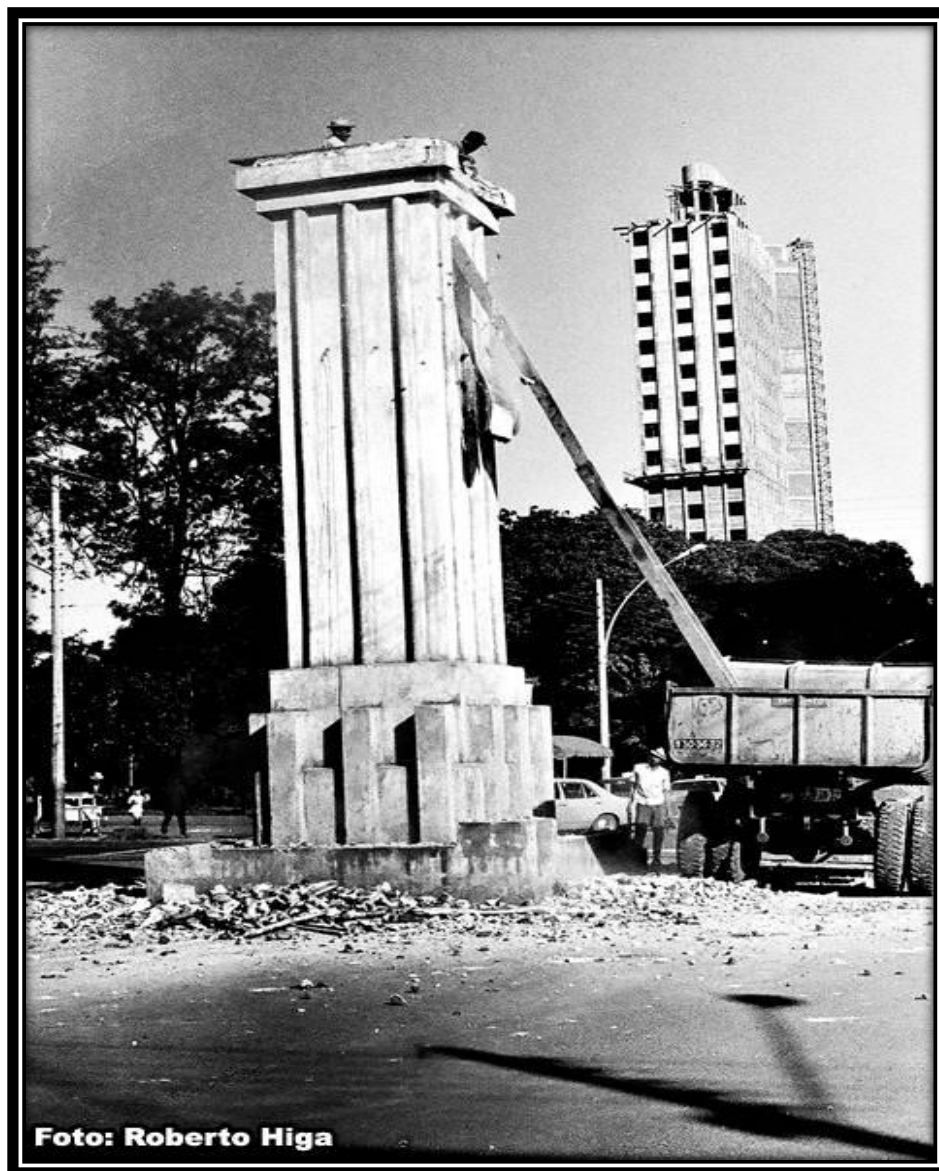


Figura 19 – Demolição do relógio da 14 de Julho
(Foto: Roberto Higa)

Fonte: Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/conteudo.php?cid=267328>.
Acesso em: 17 set. 2021.

A figura 19 – o momento da demolição do relógio na década 70, gerou certo desconforto na população campo-grandense, pois o relógio era o ponto sociocultural, a população questionou os motivos da demolição, o historiador Paulo Machado afirma que,

Era um belo monumento de uns cinco metros de altura em alvenaria, com um relógio de quatro faces (ou mostradores), cujas as badaladas eram ouvidas em toda a vizinhança. [...] Um dia resolveram demolir o Relógio em homenagem ao progresso. Em lugar do alargamento da rua, pelo corte das ilhas laterais, o que certamente acomodaria os problemas de trânsito, entenderam as autoridades que era mais fácil sacrificar o monumento. Mais tarde pensaram em fazer a mesma coisa com Obelisco. Felizmente venceu o bom senso e a notável obra permaneceu (MACHADO, 1995, p. 19).

Na perspectiva, de memória cultural o argumento usado “progresso” relacionamos com a evolução urbana para modernidade do espaço, tempo e sócio-histórico, em certo ponto não resistiriam, Ulisses ressalta “Homens, fortunas, princípios que nos empolgam não resistirão à derrocada do tempo” (SERRA, 1989, p. 30), o progresso foi associado como moderno ou tradicional. Para Hall (2020) afirma “as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2020, p. 12).

Hall aponta que essa modernidade, conseqüentemente, agride o sujeito. Isso é, os valores de tradicionais e modernos, também, desestruturam a identidade do sujeito moderno, pois as identidades modernas não há centro. Dessa forma, o progresso desfragmenta a cidade da sua memória cultural e o indivíduo com sua tradicionalidade, pois ele tem consideração com suas raízes, isto é, valoriza sua origem; a modernização individualizada, modela o outro afastando dos grupos sociais, não zela e nem se mantém preso as tradições que são nossa identidade histórico-cultural.

Recorremos a Serra “Estes edifícios, que atrevidamente se alteiam para o céu a desafiar procelas, serão jogados ao chão como frágeis e anacrônicos” (SERRA, 1989, p. 30). Em 1995, Jamil Naglis concede entrevista para Machado,

Até 1950 a Rua 14 era comercial e residencial, com os proprietários morando nos fundos das lojas. O estilo das construções foi definido até a década de 30. De lá pra cá, a rua 14 de Julho não mudou muito a sua característica arquitetônica. Apenas alguns prédios foram demolidos e outros construídos em seus lugares, como o edifício Nakao, o prédio das Pernambucanas, O hotel Americano e o edifício São Félix. A maioria foi apenas reformada para se adequar às novas instalações comerciais. Jamil Naglis recorda com saudade o outro lado da Rua 14 de sua juventude, na década de 30, quando a paquera se concentrava no trecho entre a Avenida Afonso Pena e a Rua Cândido Mariano, principalmente na área do antigo Relógio. Os rapazes ficavam parados nas calçadas, e as moças passavam no meio da rua. O flerte era na base de troca de olhares. Agora, ele acredita na necessidade de se transformar em calçadão uma três ou quatro quadras na Rua 14 de Julho e de se modernizar o comércio central da cidade (NAGLIS, em entrevista a MACHADO, 1995, p. 20-21).

Com o sentido de progresso, em outras palavras, a modernização, afetou a diversidade cultural das tipologias arquitetônicas das edificações, as residências na 14 de Julho são raras e o comércio alastrou-se. Costa (1999) reflete

Campo Grande cresce. Não tem mar nem montanhas para impedir seu gigantismo. Bairros tornam-se maiores que a maioria dos municípios do Estado e vão se armando de todos os recursos necessários a uma vida própria, sonhando mesmo tornar-se um deles, deixando de lado a cidade-mãe que os fez nascer (COSTA, 1999, p. 81).

A rua 14 de Julho, cresceu e precisa cuidar, preservar o restante para não perdemos nossa identidade cultural, umas das principais ruas é um patrimônio para o acervo cultural local,

cheios de representações significativas, pois foi local em que tudo começou com a chegada dos imigrantes e migrantes internos. Observe, a figura 20,



Figura 20 – Rua 14 de Julho, antes da revitalização (Foto: Diogo Gonçalves)

Fonte: Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/prefeitura-realiza-estudo-tecnico-antes-de-iniciar-obras-rua-14-de-julho/>.

Acesso em: 18 set. 2021.

Conforme vimos, a modernização estabelece progresso, alguns donos e comerciantes mexeram nas estruturas arquitetônicas das edificações, a poluição visual das placas com nomes dos comércios, de cabeamento de fios de eletricidade e linhas telefônicas. Costa (1999) reflete “Rua 14 de Julho vai aos poucos perdendo o seu brilho e, mesmo mantendo o centro comercial, já não é mais a mesma dos *footings*” (COSTA, 1999, p. 81). A transformação imensa na qualidade construtiva do espaço, e em razão ao tempo, como disse Ulisses “Hoje a Rua 14 é outra” (SERRA, 1989, p. 30), descaracterizada da primazia dos traços histórico-cultural, deslocando sua identidade local e intersocial. Segundo Le Goff (1990),

A aceleração da história, por outro lado, levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a moda *retro*, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio. (LE GOFF, 1990, p. 220).

Conseqüentemente, temos uma relação da história com o tempo que estão interligados, a história estuda o passado e o tempo presente, e dessa forma podemos reconstruir nossas origens. Segundo Le Goff atesta “A dialética da história parece resumir-se numa oposição – ou

num diálogo – passado/presente (e/ou presente/passado). Em geral, esta oposição não é neutra mas subentende, ou exprime, um sistema de atribuição de valores” (LE GOFF, 1990, p. 7-8). Esses valores tanto humanos quanto culturais são os que se perdem na sociedade moderna, no progresso, levando o sujeito a certa perturbação.

Conforme Serra “Tempo! Mau e generoso; destruidor e renovador; noite e alvorada; piedoso quando faz lembrar, piedoso quando faz esquecer!” (SERRA, 1989, p. 30). O tempo cronológico leva os sujeitos a morte, mas o tempo histórico refere-se as recordações, reconstruções, e as lembranças, o qual afeta nossa memória individual, coletiva, social pois são indissociáveis e constroem nossa memória e identidade cultural.

José Reginaldo Santos Gonçalves (2002), em *Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso*, tece as seguintes ponderações a respeito da preservação cultural,

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público (GONÇALVES, 2002, p. 121-122).

Dessa maneira, recorreremos nossa memória coletiva, em algo específico do tempo histórico, já citamos, o relógio da 14 de Julho demolido sem remorsos, e projetando a perspectiva da modernização, porém, a perturbação do relógio destruído, o qual tinha um contexto e valor simbólico tanto para cidade como aos campo-grandenses, logo, a decadência do homem e da sua memória social, coletiva e cultural está na destruição do seu patrimônio cultural e da história local da cidade. Conforme Oliveira Neto pontua,

ele tornou-se no principal referencial para qualquer manifestação pública da sociedade campo-grandense. Localizado no ponto mais central da cidade, ao lado da praça Ari Coelho - antigo Jardim Público, era um belo monumento de uns cinco metros de altura em alvenaria e o relógio tinha quatro faces (ou mostradores). As badaladas era ouvidas em toda a vizinhança e ele servia como referência de horário e de local para qualquer encontro entre os moradores da cidade. Nele foi, estrategicamente, alojado um altofalante que transmitia a programação de um pequeno serviço de som instalado na praça (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 63).

Em matéria no *Site da Prefeitura Municipal de Campo Grande*, para resgatar o passado,

o Rotary Club, em 1998, incentivou como homenagem ao centenário de Campo Grande e 60 anos do Clube a construção de uma réplica do relógio da 14 de julho, a qual foi viabilizada por um projeto de lei,

Em 16 de junho do ano 2000 foi inaugurada uma cópia idêntica à original, em alvenaria e com cinco metros de altura; porém o mecanismo de funcionamento do relógio não teve a mesma estrutura da época. O mostruário da réplica é o mesmo usado no que foi demolido, sendo que o material ficou guardado num depósito da prefeitura e depois recuperado. O objetivo foi reconstruir um símbolo de significados diversos para homenagear o centenário de Campo Grande e comemorar os 60 anos do Rotary Club de Campo Grande (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, n. d.).

Em 2000, a réplica foi entregue aos campo-grandenses, porém os mesmos estavam com os discursos narrativos da memória formados, a reclamação era que o relógio não estava no mesmo lugar de simbologia histórica, foi construído na Avenida Afonso Pena esquina com Rua Calógeras,



Figura 21 – Réplica do relógio da 14 de Julho, em 2000. (Foto: Edemir Rodrigues)

Fonte: Disponível em: <http://www.ms.gov.br/criados-para-preservar-a-historia-monumentos-espalhados-pela-cidade-revelam-identidade-do-povo-campo-grandense/>.

Acesso em: 20 set. 2021.

A figura 21, a edificação tinha em seu contexto favorecer a tradição e preservação da memória cultural atribuído nas lembranças e recordações para quem passassem no local, e tempo histórico para as futuras gerações “No imenso e insondável encadeamento das gerações, a nossa vida, por mais longeva, é fração de segundo imedível frente às gerações que já se passaram e às gerações que os milênios hão de trazer” (SERRA, 1989, p. 30).

Halbwachs explica “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com

a ajuda de dados emprestados do presente, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (HALBWACKS, 1990 p.71). Esses monumentos remetem ao passado histórico-cultural local, para evitar o esquecimento, e fortalecer as memórias e as identidades sociais.

Desde 2014, a Prefeitura Municipal de Campo Grande, tinha intenção de revitalizar várias ruas da cidade, inclusive, a rua 14 de julho. A matéria do site *GIMS*, em 23 de setembro de 2014 tece as seguintes explicações,

[...] o novo projeto de revitalização da rua 14 de Julho, na região central da cidade. O órgão exibiu o planejamento preliminar das obras para entidades do setor comercial para promover o debate e sugestões de possíveis alterações, evitando questionamentos depois que a intervenção for concluída, como ocorreu com a Júlio de Castilho. Entre as principais mudanças está a retirada das linhas de ônibus que passam pela rua no intuito de desafogar o trânsito. Os coletivos passariam a trafegar pela Rui Barbosa e Calógeras. A fiação seria passada por meio de galerias subterrâneas e não seria mais permitido estacionar entre a Afonso Pena e Cândido Mariano. [...] As calçadas seriam ampliadas e arborizadas [...]. A prefeitura planeja iniciar as obras no segundo semestre de 2015 (GIMS, 2014, n. p.).

Mas, por questões políticas e econômicas a revitalização do centro sempre foi adiada, mas diante da nova gestão municipal e com recursos Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi firmado o empréstimo, realizado licitação das empreiteiras, posteriormente, o início das obras, em julho de 2018. O Programa Reviva Campo Grande, logo, as ruas do centro de Campo Grande estava um canteiro de obra, mas com o descontentamento dos comerciantes.

Porém, a revitalização, era necessária, o centro comercial perdeu espaço para as lojas do shopping e bairros, obviamente, ainda tem a movimentação, mas não como antigamente. Costa (1999) explica,

O antigo núcleo central começa a perder espaço na vida da cidade. Bairros vão ganhando vida própria e o comércio já é acentuado em toda a cidade. Surgem os *shoppings* que arrastam para os seus corredores os que ontem passeavam pelas calçadas do centro, admirando vitrines, paquerando, passeando com suas famílias. Um novo núcleo vai se formando em direção a leste. [...] Os saudosos bares Bom Jardim, Gato que Ri, Bambu, Três Poderes e a sinuca do figueiredo (que nos anos 20 fora um grande clube de kic-ball) já não existem mais (COSTA, 1999, p. 81, grifo do autor).

Dessa forma, para atrair a população de volta ao centro e movimentar a economias dos comerciantes, a prefeitura pensa em um plano com possíveis residências no centro,

A Prefeitura firmou, como contrapartida ao investimento, viabilizar intervenções que destinam-se a acelerar os processos de ampliação da oferta habitacional e de dinamização econômica local, visando fomentar a ocupação de áreas com vazios urbanos e a revitalização do comércio na Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC),

por meio da melhoria da infraestrutura e dos espaços públicos. Um projeto piloto de habitação no centro, envolvendo cerca de 1000 novas unidades habitacionais, será implantado a partir de estudos de viabilidade econômico-financeira, modelagem jurídico-institucional e elaboração de termo de referência para gestão pós-ocupação para desenhar incentivos para o setor privado colocar em uso as edificações vazias e/ou subutilizadas no centro. O objetivo é fazer do centro uma região residencial, promovendo familiaridade, pertencimento e fluxo constante nesses bairros pelas pessoas que lá habitarão (PREFEITURA DE CAMPO GRANDE, n. d.).

O projeto da prefeitura quer ocupar os imóveis que estão desocupados no centro, um deles, foi apresentado projeto de usar o Hotel Campo Grande, como moradia, o qual não foi para frente a iniciativa de ocupação. Para manter viva a memória e historiografia histórico-cultural local, foi anunciado a transferência de local do relógio e sua revitalização, conforme a figura 22,



Figura 22 – Réplica do relógio da 14 de julho revitalizado. (Foto: bemvindoacg)
Fonte: Disponível em: <https://bemvindoacg.com.br/nao-e-simplesmente-um-relogio-fantastico/>.
Acesso em: 20 set. 2021.

Entre polêmicas e críticas, os campo-grandenses, aprovaram a mudança e revitalização. Os monumentos são necessários para estabelecer sentido e significado para reconstruímos e preservar a memória cultural, em outras palavras, dá identidade histórico-cultural para a sociedade.



Figura 23 – Rua 14 de Julho do nosso tempo, em 2020 revitalizada. (Foto: Programa Reviva Campo Grande)
 Fonte: Disponível em: <https://reviva.campogrande.ms.gov.br/empreendimento/14-de-julho/>.
 Acesso em: 20 set. 2021.

Ao vermos a figura 23, após as obras de revitalização executadas, entre 2018 e 2019, recorremos a Serra “Hoje 14 é outra. Tem mais do que sonhávamos ela tivesse um dia” (SERRA, 1989, p. 30). A rua 14 do meu tempo, como disse Serra, realmente, já não é igual, agora ela é a 14 do nosso tempo, tentando brilhar novamente, revitalizada, com edificações que remetem ao passado, com reconhecimento que temos que preservar os patrimônios culturais.

Halbwachs afirma “o passado sobrevive por meio das lembranças, uma vez internalizado afloraria a consciência que utilizaria das imagens-lembrança” (HALBWACHS, 1990, p. 53). E neste contexto, observamos, a quantidade de referências nas três crônicas que foram nossa proposta de trabalho. Indiretamente Ulisses Serra fez uma obra memorialísticos para preservar e resgatar a memória histórico-social e cultural do nosso estado, e de Campo Grande agregado com valores culturais.

Deixou um legado identitário, por meio de suas publicações em revistas, jornais, contos e crônicas da época, os quais eram acessíveis para população, e proporcionam um resgate ao passado. Além, de demonstrar seu amor pelo estado sul-mato-grossense e ao Pantanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória cultural é resultado das transformações sociais e históricas de um local e fundamentam a identidade cultural de seu povo, população em geral ou grupos na sociedade. Serra proporciona a partir de sua obra a base para a busca, compreensão e reconhecimento da memória cultural campo-grandense, após o processo separatista de Mato Grosso do Sul.

Para o leitor mais atento, esse universo norteado pela ótica do autor, evidencia uma série de indagações, levando-o ao labirinto. A busca pelas respostas às interrogações revela as memórias individuais de Serra, juntamente com as memórias coletivas, em singulares traços representativos da região centro-oeste, principalmente Campo Grande em sua identidade histórico-cultural.

O autor com essa estratégia propõe ao leitor uma espécie de retorno no tempo através da memória histórica, que trata da historiografia na obra *Camalotes e Guavirais* (1989) da memória local, centrada especificamente na cidade de Campo Grande e da memória coletiva relacionada aos pioneiros que aqui chegaram na década de 60 e 70 e anterior a essas datas.

A obra de Ulisses Serra é importante para a memória cultural de Campo Grande, é a chave para a compreensão de uma infinidade de acontecimentos e informações que ligam os desbravadores pioneiros entre outros as transformações do espaço e comportamento humano, a identidade cultural. Ao leitor, aguçado pelo movimento passado, presente e futuro resta adentrar no espaço contextualizado, pois a narrativa abre margem para a busca de respostas através de outras pesquisas a fim de preencher as lacunas ou buscar “verdades” que se faz necessária, mas que não é clímax.

Com isso, o leitor experimenta sensações de formas variadas que levam a reflexões, conscientização da importância dos relatos orais para associação com registros e documentos históricos acerca do processo divisionista do estado. Porém, ainda que sejam inexistentes, o objeto real não perde valor.

Portanto, a contribuição na obra de Ulisses Serra para a sociedade sul-mato-grossense, para o reconhecimento e preservação da memória cultural e para essa dissertação, é contumaz. Podemos ver essa relação em toda a obra, seu envolvimento social em questões influentes em tribunais, na política, cartórios e no jornalismo. A contribuição de Ulisses Serra vai além obra historiográfica, por esse motivo as crônicas de Serra é também fundamento da região centro-oeste dentro da literatura. O escritor deixa ainda um legado que referência de forma atemporal sua própria memória na capital Campo Grande, a Academia Sul-mato-grossense de Letras.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ARCA. Edição Especial: Campo Grade, Imagens da história. *Revista ARCA*. n. 15, 2011. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 16 set. 2021.

ARCA. *Figura 11 – Sede da Fazenda Bálsamo, construída 1880*. Hoje, o Museu José Antonio Pereira. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Figura 12 – O Beco - trilheiro deserto, curto e sem saída, posteriormente denominada Rua 14 de Julho*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Figura 13 – Desfile de carro ornamentado para o Carnaval*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Figura 14 – Início do desenvolvimento da Rua 14 de Julho*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Figura 15 – Edifício José Abrão localizado na Rua 14 de Julho, esquina com a Cândido Mariano*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Figura 16 – Padaria Hespanola (1923, Família Cubel)*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Figura 17 – Cinelândia Bar – Edifício Olinda*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Figura 18 – Ponto de encontro dos campo-grandenses*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Figura 8 – Propriedade rural típica do início do século XX*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2011/#>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, ARCA*, n. 07. Campo Grande: 2000. Disponível em:

<http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-2000/>. Acesso em: 17 set. 2021.

ARCA. *Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, ARCA*, n. 05. Campo Grande: outubro de 1995. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-1995/>. Acesso em: 07 set. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL. *Figura 2 – Deputados constituintes, eleitos em 1978*. Disponível em: <https://www.al.ms.gov.br/Paginas/1/historia>. Acesso em: 10 set. 2021.

ASSMANN, Aleida. *Espaço da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

BARROS, Abílio Leite de. Crônicas de uma Vila Centenária. In: *CAMPO GRANDE: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 13-26.

BASTITON, Fernando. “O Bem: “Edifício José Abrão” ou “Antigo Hotel Americano””. Matéria do coordenador da SECTUR, do Programa Reviva Campo Grande, para o site *Prefeitura municipal de Campo Grande*. Publicado em: [n. d.]. Disponível em: <https://reviva.campogrande.ms.gov.br/edificio-jose-abrao-ou-antigo-hotel-americano/>. Acesso em: 02 set. 2021.

BEM VINDO A CG. *Figura 22 – Réplica do relógio da 14 de julho revitalizado*. Disponível em: <https://bemvindoacg.com.br/nao-e-simplesmente-um-relogio-fantastico/>. Acesso em: 20 set. 2021.

BENDER, Flora Cristina; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica: História, teoria e prática*. São Paulo: Editora Scipione, 1993. Coleção Margens do texto.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1992. (Síntese Universitária, 36).

BERND, Zilá. Romance memorial (ou familiar) e memória cultural: a necessidade de transmitir em um defeito de cor de Ana Maria Gonçalves. In: *Revista Organon*, v. 29, n. 57, p. 15-27, jul/dez. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/48058>. Acesso em: 13 set. 2021.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. 2 v.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 51. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

BOSI, Alfredo. *O Conto Brasileiro Contemporâneo: seleção de textos, introdução e notas bibliográficas*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 241*, 04 de fevereiro de 1938. Dispõe sobre cobrança de imposto para funcionamento de Cassinos (REVOGADO). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=241&ano=1938&ato=a1f0TUE9kMjpXTe51>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 3.688*, 03 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm#art50. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.866*, 23 de outubro de 1942. Aplicação do Art. 50. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4866.htm#art1. Acesso em: 22 set. 2021.

BRULL, Alberto Cubel. Espanhóis. In: *CAMPO GRANDE: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 321-326.

BUNKER, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500 – 1800*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso, 1978.

CAETANO, Gilmar Lima. A música regional urbana e identidades culturais de Mato Grosso do Sul. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, 2012.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta*. (1500). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

CAMPO GRANDE, *Resolução n.º 03*, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande – ano 1905. Encarte Especial In: *ARCA – revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*, n. 05. Campo Grande: ARCA, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-1995/>. Acesso em: 07 set. 2021.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés do chão. In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 23-29.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul: São Paulo: FAPESP, 2017.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?*. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 3. ed. Linhares: Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

CASA DE PASTO. Estabelecimento modesto onde se servem comidas. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2008-2021.

Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/casa%20de%20pasto>. Acesso em: 15 set. 2021.

CASTELO, José. Crônica, um gênero Brasileiro. In: *Suplemento literário Rascunho*. Curitiba, set. 2007.

CAVALCANTE, Guilherme. “#CG119: acervo de Vespasiano reacende ‘polêmica’ sobre primeiro morador de Campo Grande”. Reportagem do jornalista Guilherme Cavalcante sobre a polêmica do artigo de Vespasiano Martins, para o *site Mídia Max*. Publicado em: 22 ago. 2018. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2018/cg119-abertura-de-acervo-de-vespasiano-martins-reacende-polemica-sobre-primeiro-morador-de-campo-grande>. Acesso em: 02 set. 2021.

CHIAVENATO, Júlio José. *Religião: da origem à ideologia*, Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2002.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Editora UFMS, 2006.

COSTA, Celso. Evolução Urbana. In: *CAMPO GRANDE: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 71-82.

DALMOLIN, José Vicente. “Tópico 25 - Nioaque e seus filhos 1899 – 1953 Panorama Municípios que desmembraram de Nioaque”. Reportagem do jornalista José Vicente Dalmolin sobre nioaque no contexto histórico séculos XIX-XXI na história do Mato Grosso do Sul, para o *site Nioaque e as Histórias*. Publicado em: 03 mai. 2016. Disponível em: <http://nioaquehistorias.blogspot.com/2016/05/topico-25-nioaque-e-seus-filhos-1899-1953.html>. Acesso em: 05 set. 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Coord. de edição Marina Baird Ferreira. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Marta; GODOY, João Pedro. “Operação contra jogo do bicho em MS mobiliza 100 policiais de todas as delegacias da capital”. Reportagem dos jornalistas Marta Ferreira e João Pedro Godoy sobre setenta e dois pontos de jogos do bicho estão sendo alvo de operação da Polícia Federal, para o *site G1MS*. Publicado em: 03 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/09/03/operacao-contra-jogo-do-bicho-em-ms-mobiliza-100-policiais-de-todas-as-delegacias-da-capital.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2021.

G1MS. “Projeto de revitalização da 14 de julho é apresentado em Campo Grande”. Reportagem da redação sobre projeto de revitalização da 14 de julho é apresentado em Campo Grande, para o *site G1MS*. Publicado em: 24 set. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/09/projeto-de-revitalizacao-da-14-de-julho-e-apresentado-em-campo-grande.html>. Acesso em: 02 set. 2021.

GALVÃO, Olney Cardoso. História da Medicina de Campo Grande. In: *CAMPO GRANDE: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 255-272.

GAZETA DO PANTANAL. *Figura 3 – Escritor Corumbaense Ulisses Serra*. Disponível em: www.gazetadopantanal.com/2018/05/academia-sul-mato-grossense-de-letras-inaugurara-busto-do-seu-fundador-ulisses-serra/. Acesso em: 07 set. 2021.

GONÇALVES, Diogo. *Figura 20 – Rua 14 de Julho, antes da revitalização*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/prefeitura-realiza-estudo-tecnico-antes-de-iniciar-obras-rua-14-de-julho/>. Acesso em: 18 set. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lipp (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 108-123.

GOTLIB, Nádia Battella. *A Teoria do conto*. Obra digitalizada, Coletivo Sabotagem, 2004. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2538777/mod_folder/content/0/Nadia%20Battella%20Gotlib%20-%20Teoria%20do%20Conto.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 29 ago. 2021.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello; KRUGER Zelia Peres de Souza. *História do Mato Grosso do Sul*, 5. Ano. São Paulo: FTD, 2008.

GUTIERREZ, CAUE. *Figura 23 – Rua 14 de Julho do nosso tempo, em 2020 revitalizada*. Fonte: Disponível em: <https://reviva.campogrande.ms.gov.br/empreendimento/14-de-julho/>. Acesso em: 20 set. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2020.

HIGA, Roberto. *Figura 19 – Demolição do relógio da 14 de Julho*. Fonte: Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/conteudo.php?cid=267328>. Acesso em: 17 set. 2021.

KARVAT, Erivan Cassiano. Entre o cânone e a história: notas sobre historiografia literária e escrita da história. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Paraná, v. 11, n.14, p. 117-140, 2009. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/217>. Acesso em: 01 set. 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

MACHADO, Paulo Coelho. 14 de Julho. In: *ARCA – revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*, n. 05. Campo Grande: ARCA, outubro de 1995, p. 14-27. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-1995/>. Acesso em: 07 set. 2021.

MARQUES, José. *Figura 5 – Busto de Bronze do escritor Ulisses Serra*. In: *Academia Sul-Mato-Grossense de Letras inaugura busto de seu fundador Ulysses Serra*. Programa Festas e Eventos. Canal 4. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dzlsmaUql24>. Acesso em: 10 set. 2021.

MARQUES, José. Figura 6 – Placa fixada ao Busto de Bronze do escritor Ulisses Serra. In: *Academia Sul-Mato-Grossense de Letras inaugura busto de seu fundador Ulysses Serra*. Programa Festas e Eventos. Canal 4. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dzlsmaUql24>. Acesso em: 10 set. 2021.

MARQUES, José. Figura 7 – Familiares do escritor Ulisses Serra, a filha Marli Serra, o neto Ulysses Serra Neto (Noninho, ao centro), e os bisnetos Ulisses Serra e Clara Serra. In: *Academia Sul-Mato-Grossense de Letras inaugura busto de seu fundador Ulysses Serra*. Programa Festas e Eventos. Canal 4. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dzlsmaUql24>. Acesso em: 10 set. 2021.

MARTINS, Doralice. Festa de São Sebastião: A fé de Tia Eva. In: *ARCA – revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*, n. 05. Campo Grande: ARCA, outubro de 1995, p. 54-56. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-1995/>. Acesso em: 07 set. 2021.

MÍDIA MAX. Figura 10 – Igreja de São Benedito – Comunidade Tia Eva. Disponível em: https://midiamax.uol.com.br/media/uploads/legacy/2015/08/arquivos_MG_1151PQ.jpg. Acesso em: 15 set. 2021.

MÍDIA MAX. Figura 9 – Artigo Vespasiano Barbosa Martins sobre primeiro morador da cidade. Fonte: Disponível em: https://midiamax.uol.com.br/media/_versions/legacy/2018/08/Novo-Projeto-3_widelg.jpg. Acesso em: 15 set. 2021.

MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

NERY, Danilo. “Importância da ferrovia NOB para o desenvolvimento de Campo Grande”. Reportagem do jornalista Guilherme Cavalcante sobre a polêmica do artigo de Vespasiano Martins, para o site *Capital News*. Publicado em: 26 ago. 2014. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/reportagem-especial/importancia-da-ferrovia-nob-para-o-desenvolvimento-de-campo-grande/267340>. Acesso em: 12 set. 2021.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A Rua e a Cidade: Campo Grande e a 14 de Julho*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

PONTES, José Couto Vieira. *História da literatura sul-mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1981. (Coleção Ensaio, v. 12).

PORTELA, Alana. “Cinelândia Bar era point dos homens galanteadores na década de 50”. Reportagem da jornalista Alana Portela sobre o Bar Cinelândia que era o ponto de encontro da galera, para o site *Campo Grande News*. Publicado em: 01 jul. 2019. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/cinelandia-bar-era->

point-dos-homens-galanteadores-na-decada-de-50-na-capital. Acesso em: 19 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE [PMCG]. “Prefeitura inicia instalação de relógio em monumento da 14 de Julho”. Notícias do *site PMCG*. Publicado em: 8 nov. 2019. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/prefeitura-inicia-instalacao-de-relógio-em-monumento-da-14-de-julho/>. Acesso em: 24 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE [PMCG]. “Relógio Central Renato Barbosa Rezende”. Notícias do *site PMCG*. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/sectur/artigos/relogio/>. Acesso em: 02 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE [PMCG]. *Decreto n. 11.510, de 23 de maio de 2011*. Regulamenta parcialmente o capítulo II, que trata da poluição visual no código de polícia administrativa, instituído pela Lei n. 2.909, de 28 de julho de 1992 e o artigo 26 da Lei Complementar n. 162, de 20 de julho de 2010, que trata do controle da poluição visual na zona especial de interesse cultural do centro. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/wp-content/uploads/sites/24/2017/02/20110727085228.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE [PMCG]. *Lei Complementar nº 161 de 20 de julho de 2010*. Institui o plano para revitalização do centro de Campo Grande e dá outras providências. Disponível em: <https://reviva.campogrande.ms.gov.br/documento/page/2/>. Acesso em: 24 set. 2021.

RIBEIRO, Elisângela. “Sertanejo Michel Teló relembra época da infância em Campo Grande”. Reportagem da jornalista Elisângela Ribeiro sobre os stories postado do cantor Michel Teló que recordam a infância em Campo Grande, para o *site Área Vip*. Publicado em: 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.areavip.com.br/famosos/sertanejo-michel-telo-relembra-sua-epoca-de-infancia-em-campo-grande/>. Acesso em: 19 set. 2021.

RODRIGUES, Edemir. *Figura 21 – Réplica do relógio da 14 de Julho, em 2000*. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/criados-para-preservar-a-historia-monumentos-espalhados-pela-cidade-revelam-identidade-do-povo-campo-grandense/>. Acesso em: 20 set. 2021.

RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda., 1980.

ROSA, Maria da Glória Sá.; NOGUEIRA, Albana Xavier. *A Literatura Sul-mato-grossense na ótica de seus construtores*. Campo Grande: Editora Life, 2011.

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. (Série Princípios).

SERRA, Ulisses. *Camalotes e Guavirais*. 2. ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. Série Historiográfica.

SILVA, Ricardo Souza da. Labirintos da memória Uma análise sobre fato e ficção na história de Mato Grosso do Sul. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548772191_b162a92d306eb020bdc311c5017a4197.pdf. Acesso em: 08 set. 2021.

SOARES, Fernando. *Figura 4 – Sede da Academia de Sul-Mato-Grossense de Letras*. Disponível em: https://cdn.acritica.net/img/pc/500/333/dn_galeria_imagem/2017/11/foto-07-a-nova-sede-da-academia-sul-mato-grossense-de-letras-e-de.JPG. Acesso em: 10 set. 2021.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TATIANE, Karla. “Inauguração da Academia Sul-mato-grossense de Letras”. Reportagem da jornalista Karla Tatiane aponta que a inauguração da fez parte de um processo histórico-cultural de comemoração aos 40 anos de divisão do Estado.e, para o *site Portal do Governo de Mato Grosso do Sul*. Publicado em: 28 ago. 2017. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/inauguracao-da-academia-sul-mato-grossense-de-letras/>. Acesso em: 02 set. 2021.

TEODORO, Mikaele. “Na terra do agronegócio, versão de ex-escrava fundadora não é bem-vinda”. Reportagem da jornalista Mikaele Teodoro sobre quem foi o primeiro morador de Campo Grande, para o *site Mídia Max*. Publicado em: 25 ago. 2015. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2015/na-terra-do-agronegocio-versao-de-ex-escrava-fundadora-nao-e-bem-vinda>. Acesso em: 12 set. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO. *Figura 1 – O Antes e Depois da Divisão de Mato Grosso, regiões Norte e Sul*. Disponível em: http://www.tjmt.jus.br/noticias/52525#.YUV_yVPmODY. Acesso em: 10 set. 2021.

VACCARI, Glaucea. “Academia Sul-Mato-Grossense de Letras inaugura busto de seu fundador”. Reportagem da jornalista Glaucea Vaccari entrevista Ulysses Serra Neto (Noninho) sobre a homenagem feita ao avô com o busto no hall de entrada da sede da academia de Letras sul-mato-grossense, para o *site Jornal Correio do Estado*. Publicado em: 09 mai. 2018. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/academia-sulmatogrossense-de-letras-inaugura-busto-de-seu-fundador/327495>. Acesso em: 13 set. 2021.

WEINGÄRTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Campo Grande: O impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul. In: *ARCA – revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS*, n. 05. Campo Grande: ARCA, outubro de 1995, p. 3-9.

Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/downloads/revista-arca-ano-1995/>. Acesso em: 07 set. 2021.